



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

**DO NORTE DA ÁFRICA AO NORTE DA AMAZÔNIA: EXPERIÊNCIAS DE  
COLONIZAÇÃO, FAMÍLIAS E FORMAÇÃO DE ELITES EM NOVA  
MAZAGÃO (1770-1808)**

**YURE LEE ALMEIDA MARTINS**

**BELÉM-PA.**

**2015**

**DO NORTE DA ÁFRICA AO NORTE DA AMAZÔNIA: EXPERIÊNCIAS DE  
COLONIZAÇÃO, FAMÍLIAS E FORMAÇÃO DE ELITES EM NOVA  
MAZAGÃO (1770-1808)**

**YURE LEE ALMEIDA MARTINS**

**Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
História Social do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Pará, como  
requisito parcial para a obtenção do  
grau de Mestre em História Social da  
Amazônia. Orientador: Prof. Dr.  
Antonio Otaviano Vieira Junior.**

**BELÉM-PA.**

**2015**

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a minha família (Mamãe, Vovó, Yan, Ykaro, Luna e Amelie) que nos bons e maus momentos sempre esteve comigo, me deram força e incentivo. MUITÍSSIMO OBRIGADO!

Ao professor Otaviano, orientador desta dissertação, pelas muitas ideias e sugestões relacionadas às fontes e bibliografias que aqui foram utilizadas, sempre me incentivando e demonstrando confiança em meu trabalho mesmo quando eu já não acreditava.

À Ysa Motta, por muito tempo minha companheira e incentivadora. E por ainda um posterior período uma amiga.

Aos amigos Alanna, Fred pelo grande apoio e incentivo. Vocês são grandes modelos para a continuação de minha jornada como pesquisador.

Ao meu grande amigo e colega de classe de graduação e de mestrado Raimundo Nonato (Raí ou Raimundinho II) que desde o início desta empreitada estive comigo discutindo bibliografias diversas, uma infinidade de temáticas, mesmo que de forma cômica e em alguns casos um “fanfarrãozinho”!

A minha eterna turma de Centro de Memória da Amazônia: Paulo Carvalho, Cauê e Luiz Laurindo. Saibam que foram fundamentais em minha formação pessoal e profissional. Ainda que separados pelo tempo, espaço ou mesmo por nossos destinos, sempre é bom saber que os tenho como amigos.

Aos demais colegas da Turma de Mestrado Tamyris Monteiro (Chefe de Turma), Anderson Alexandre (pequeno Lobo), Ana Cravo (Aninha), Deyse (Guevara), Diogo Silva (Otaku), Dione Leão (Espírito de Mãe), Edilson (O Polêmico), Jerusa (Mamãe Panicat), Thiago (Peão/Cowboy), Neto, Sara e Luciana. Obrigado pela paciência e sabedoria que compartilharam comigo em nossas discussões em sala de aula e fora dela. E também ao Raimundo Neves (Raimundinho I, o adotado da nossa turma).

Ao grupo RUMA, muito importante em minha formação no período que pude frequentar seus encontros para saborear textos e debates além de saborosos lanches.

Por fim um agradecimento especial a minha amiga Elayne, que me ajudou bastante com dicas e correções.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

RESUMO E ABSTRACT

**INTRODUÇÃO ..... 01**

**PRIMEIRO CAPÍTULO: OCUPAÇÃO E POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO NO CABO NORTE.....04**

No extremo norte e no extremo sul do que viria a ser o Brasil ..... 04

A historiografia da Amazônia apresenta o Cabo Norte ..... 06

Os “municípios do Cabo Norte” de Palma Muniz ..... 08

O “Território do Amapá” de Ferreira Reis ..... 11

Os primeiros europeus no Vale Amazônico e no Cabo Norte ..... 13

Os colonos e os conflitos ..... 18

A ocupação através das fortificações ..... 19

A fronteira do Cabo Norte ..... 23

O Cabo Norte e a política de ocupação da região ..... 26

A colonização do Cabo Norte durante a segunda metade do século XVIII ..... 35

**Segundo Capítulo: Uma Tentativa de análise demográfica ..... 38**

O histórico da população e circunstâncias da migração ..... 40

Quem saiu da Fortaleza de Mazagão (listas de 1768) ..... 48

Mazaganistas em Lisboa (listas de 1769) ..... 54

A chegada dos mazaganistas em Belém (listas de 1770) ..... 58

Povoamento inicial de Nova Mazagão ..... 62

Mazaganistas em 1778 ..... 65

Nova Mazagão em 1808 .....	78
<b>CAPÍTULO 3: AS TRAJETÓRIAS MAZAGANISTAS .....</b>	<b>81</b>
A Direção Dos que migram não é voluntária, nem totalmente pacífica .....	82
A família Valente Do Couto .....	87
A família de Lourenço Rodrigues, um ferreiro .....	93
A família ascendente de Manoel Gonçalves .....	95
A Câmara .....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>107</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>108</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>109</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1: Principais núcleos coloniais da Amazônia na época do Diretório Pombalino (1757-1798) .....</b>	<b>46</b>
---	-----------

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1: Origem do cabeças de família de Mazagão em 1768-69 .....</b>	<b>50</b>
<b>Tabela 2: A estrutura dos domicílios de Mazagão em 1768-69 .....</b>	<b>52</b>
<b>Tabela 3: Ocupação dos cabeças de família do sexo masculino .....</b>	<b>52</b>
<b>Tabela 4: Homens e mulheres sem famílias por grupos etários .....</b>	<b>53</b>
<b>Tabela 5: Residência dos mazaganistas em Lisboa .....</b>	<b>55</b>
<b>Tabela 6: Mazaganistas trazidos á Belém por embarcações .....</b>	<b>59</b>
<b>Tabela 7: Mazaganistas que ficaram em Lisboa com ordem de vir para Belém .....</b>	<b>61</b>
<b>Tabela 8: Tamanho dos domicílios de Mazagão em 1770 .....</b>	<b>62</b>
<b>Tabela 9: Emprego dos moradores .....</b>	<b>65</b>
<b>Tabela 10: Ofícios dos moradores .....</b>	<b>65</b>
<b>Tabela 11: Perfil dos escravos de Nova Mazagão em 1778 .....</b>	<b>70</b>
<b>Tabela 12: Famílias com escravos em Nova Mazagão 1778 .....</b>	<b>72</b>
<b>Tabela 13: Casamentos .....</b>	<b>74</b>
<b>Tabela 14: Tamanho dos domicílios de Mazagão em 1778 .....</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 15: Origem dos moradores das Vilas de Macapá e Nova de Mazagão em 1808 .....</b>	<b>79</b>
<b>Tabela 16: Ocupação dos cabeças de família do sexo masculino de Macapá e Mazagão .....</b>	<b>79</b>
<b>Tabela 17: Ocupações dos cabeças de família do sexo feminino .....</b>	<b>81</b>
<b>Tabela 18: Família de Lourenço Rodrigues em 1769 .....</b>	<b>93</b>
<b>Tabela 19: Família de Manoel Gonçalves em 1769 .....</b>	<b>96</b>
<b>Tabela 20: Família de Manoel Gonçalves em 1770 .....</b>	<b>96</b>
<b>Tabela 21: Os vereadores de Nova Mazagão (1771-1779) .....</b>	<b>103</b>

## **RESUMO**

**A partir de 1750, quando da ascensão ao ministério do futuro marques de Pombal, a política portuguesa deu maior importância a determinadas colônias como o Brasil e no sul da África decretou a agonia para a gloriosa praça forte de Mazagão. Foi á queda do ultimo bastião cristão luso-marroquino na África. E a rara migração de uma população urbana entre três continentes, África, Europa e América. A praça foi desmontada e embarcada para Lisboa em março de 1769. Destinaram-se os mazaganistas para a Amazônia. Iriam povoar Vila Nova de Mazagão no rio Mutuacá, que estava em construção, além de proteger a fronteira do Cabo Norte com a Guiana Francesa e fortalecer a nova rede de abastecimento do Grão-Pará.**

## **ABSTRACT**

**From 1750, when the ascent to the ministry of the future Marquis of Pombal, the Portuguese policy gave greater importance to certain colonies such as Brazil and South Africa enacted the agony for the glorious fortress of Mazagan. It was to the fall of the last bastion Luso-Moroccan Christians in Africa. And the rare migration of urban population between three continents, Africa, Europe and America. The square was dismantled and shipped to Lisbon in March 1769 was allocated to the mazaganistas to Amazon. Would populate New Mazagão village in river Mutuacá, which was under construction, in addition to protecting the border of North Cape with French Guiana and strengthen new supply chain of Grand Para.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

---

Martins, Yure Lee Almeida

Do Norte da África ao Norte da Amazônia: experiências de colonização, famílias e formação de elites em Nova Mazagão (1770-1808) / Yure Lee Almeida Martins. - 2015.

Orientador: Antonio Otaviano Vieira Junior

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Belém, 2015.

1. África, Norte - História - 1770-1808. 2. Portugal - Colônias. 3. Amazônia - Colonização - 1770-1808. 4. Elites (Ciências Sociais) - Amazônia - 1770-1808. I. Título.

CDD 22. ed. 960

---



## INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 1769, após meses de um último e cansativo cerco, a Praça-Forte de Mazagão na África foi evacuada. O abandono dessa fortaleza já estava sendo planejado desde dezembro de 1768. Mas a execução da ordem de retirada só foi realizada no início do ano seguinte. Por muitas décadas os mazaganistas se orgulharam de não se submeter aos mouros defendendo a bandeira portuguesa e a cristandade. A causa dessa retirada foi justamente um cerco militar planejado por um sultão muçulmano, Mulah Mohamed ou Sidi Mohamed ben Abdallah, de Marrakesh. Esse sultão *mouro* reuniu um exército de 75 mil soldados e 44 mil sapadores para expulsar os mazaganistas de sua fortaleza<sup>1</sup>. Em 1769 a população de Mazagão não passava de 2092 pessoas (1497 adultos, e 595 crianças)<sup>2</sup>. Mendonça Furtado foi o grande articulador na decisão de se evacuar Mazagão e depois em enviá-los ao Grão-Pará além de auxiliar na logística que os receberia.

O abandono da praça-forte de Mazagão não se deve unicamente à inferioridade de seus defensores se comparados aos mazaganistas de outras épocas, que por várias vezes puseram exércitos mouros numericamente muito superiores aos seus bater em retirada. A técnica dos mazaganistas nesse caso era um fulminante ataque de cavalaria<sup>3</sup> que assustasse as tropas inimigas e no caso de falha dessa primeira estratégia se utilizavam do cerco feito contra si e aproveitavam as muralhas da cidade. Durante as duas últimas décadas de sobrevivência de Mazagão na África, todo o Império português passa por profundas transformações. Essas mudanças eram capitaneadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, mais conhecido por seu título de

---

<sup>1</sup> VIDAL, Laurent. **Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico do Marrocos à Amazônia (1769-1783)**. São Paulo. Martins: 2008. Pp15-50.

<sup>2</sup> A.H.U. cod. 1784. **[Relação das Famílias que vieram da Praça de Mazagão]**. 11 de Março de 1769. Fls 34v, imagem 0098.

<sup>3</sup> Em 1760 a tropa de Mazagão era constituída por artilharia, cavalaria e infantaria. A artilharia, formada por um conjunto de 40 a 50 homens, comandada pelo Sargento-Mor Luis da Fonseca Zuzarte. A cavalaria era comandada pelo Adail Diogo Pereira Português, que faleceu no ultimo cerco em 1769, e continha 200 cavalos divididos em 6 companhias dirigidas por capitães. O chefe da infantaria era o mestre de campo Mateus Valente do Couto que comandava 600 homens divididos em 6 companhias. VIDAL, Laurent. **Op. Cit..** PP. 24-25

nobreza tardio, Marquês de Pombal, que veio a se tornar o mais influente e poderoso ministro de Portugal durante o reinado de D. Jose I (1750-1777).

A fortaleza fora evacuada de forma extremamente organizada apesar de estar em cerco de guerra. Os mazaganistas nada queriam deixar para seus inimigos infiéis e enquanto partiam para Lisboa ainda implodiram parte da fortaleza matando algumas centenas de *mouros*<sup>4</sup>. Foram enviados de passagem para Lisboa, e em seguida deixaram de ser os defensores da cristandade em terras muçulmanas e passariam a ser povoadores da fronteira norte da América Portuguesa.

O caso de Mazagão é apenas um exemplo de como as políticas implementadas a partir de Pombal sobre imigração para a Amazônia. Segundo Rosa Acevedo, no século XVIII a imigração para o Grão-Pará foi feita pelos açorianos e mazaganistas<sup>5</sup>. Além de povoadores esses mazaganistas deveria ser defensores da fronteira, e tinham bastante experiência militar. A construção de Vila Nova Mazagão foi planejada de forma a poderem auxiliar militarmente a praça-forte de Macapá e Vila Vistosa de Madre de Deus<sup>6</sup>, o que com o tempo e as dificuldades de locomoção não se mostrou muito eficaz.

Segundo Cardoso, as especificidades de Mazagão e Macapá, devem ser analisadas com cuidado dados os seus aspectos peculiares do povoamento e da colonização na região<sup>7</sup> na faixa da Costa Setentrional do Pará.

Segundo Schwartz a escravidão no Brasil de fato se expande em fins do período colonial e paralelamente ao renascimento agrícola brasileiro que o fez responsável por 60% das exportações portuguesas para Europa, norte da África e América do Norte. Ocorreu o fenômeno complexo e menos conhecido da integração de economias regionais. Esse fenômeno foi responsável pelo início de um mercado interno nacional. Tocado com aumento da população

---

<sup>4</sup>VIDAL, Laurent. *op. cit.*. PP. 47-48.

<sup>5</sup>ACEVEDO MARIN, R. E. “**Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas. Açorianos no Cabo Norte Século XVII**”. In: BARROSO MACIEL, V. L. Açorianos no Brasil. Porto Alegre: Ed. Est., 2002. p. 43-66.

<sup>6</sup>VIDAL, Laurent. *op. cit.* p. 94.

<sup>7</sup>CARDOSO, Alanna Souto; Universidade Federal do Pará. **Apontamentos para história da família e demografia histórica da capitania do Grão-Pará (1750-1790)**. 2008. 257 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2008. P. 88.

livre e produtora de gêneros agrícolas para o mercado interno, também exploradora do trabalho do cativo africano<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões, - - Bauru, SP: EDUSC, 2001.

## **PRIMEIRO CAPÍTULO: OCUPAÇÃO E POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO NO CABO NORTE.**

### **No extremo norte e no extremo sul do que viria a ser o Brasil**

“Sobre esse espaço continental, situado nos trópicos úmidos e rodeado insularmente pelo sistema hidrográfico platino-amazônico, de traços muito vigorosos, destacavam-se, envolvendo-o num arco de círculo irregular, certas zonas de relevo áspero, declive abrupto ou profunda depressão, que opunham forte obstáculo à expansão humana e que chamaremos faixas ou centros formadores de fronteira<sup>9</sup>”.

É durante os séculos XVII e XVIII, que as colônias lusitanas, até então litorâneas, começam a penetrar no continente e vão obtendo os contornos do que viria a ser o Brasil atual. Tem-se nesse momento o aumento de territórios dado de forma conflituosa, ocasionado pelo contato e concorrência por territórios com os indígenas ou pelo encontro nada amistoso com colonos europeus de outras nacionalidades empenhados em defender seus próprios interesses metropolitanos.

Durante a segunda metade do século XVII, os portugueses consolidavam suas posições no Estado do Grão-Pará chegando ao Cabo Norte (extremo norte desta colônia), como se fosse uma continuação do confronto com os franceses e holandeses que haviam ocupado o litoral do Brasil. Já na outra colônia portuguesa, Estado do Brasil, também na América, outros portugueses materializavam sua vontade de transportar ao Rio Prata seus interesses coloniais com a fundação da colônia de Sacramento no ano de 1680.

Dessa maneira, se comprovava a importância estratégica que Portugal atribuía à bacia platina com a decisão de criar uma posição fortificada, tal como também se atendia a vontade dos homens de negócio do Rio de Janeiro, interessados em integrar o lucrativo comércio com o Peru, passando a explorar

---

<sup>9</sup> CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**, 2 vols. (Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/Ministério das Relações Exteriores, 1965-1971). p. 19.

o gado abundante da região, assim como o lucrativo tráfico de escravos que se desenvolvia em torno do Rio da Prata<sup>10</sup>.

Os espanhóis ocupavam a área desde 1516. Mas, foi após a segunda fundação de Buenos Aires, em 1580, que se estabeleceram em definitivo na região, uma vez que ver uma colônia portuguesa fortificada bem em frente a sua não agradava as autoridades espanholas que viam com desconfiança o novo concorrente. E, de fato, em menos de três décadas, os portugueses de Sacramento passaram a figurar como fortes concorrentes aos interesses econômicos de Buenos Aires<sup>11</sup>.

Nesse ponto encontramos uma política de ocupação completamente oposta, dos espanhóis, em suas fronteiras, com as terras portuguesas. Se por sua vez as terras do vale Amazônico não tinham muitos atrativos aos espanhóis, por outro lado, as terras do Rio Prata tinham. De modo que havia grande interesse metropolitano e incentivo para o sucesso de Buenos Aires.

Paralelamente a isso, vemos os portugueses buscando definir suas fronteiras nos dois extremos da América Lusa; no Cabo Norte, em conflito com indígenas e franceses, e no rio Prata tentando fazer frente ao poderio dos espanhóis de Buenos Aires.

Esse interesse luso em manter uma fronteira fortificada e povoada em Sacramento se intensificou a partir de 1715, uma vez que os portugueses, durante os conflitos da Guerra de Sucessão Espanhola, em 1705, tiveram que abandonar a Colônia Nova de Sacramento. A coroa portuguesa procurou implementar a ocupação de seu lado da fronteira para garantir a ocupação e defesa dos territórios limítrofes do Brasil meridional. Com o Tratado de Madrid, Sacramento passou a ser reconhecida como limite das terras portuguesas pelos espanhóis. Desta forma, Foram trazidos da metrópole colonos oriundos da província de Trás-os-Montes e, sobretudo, das ilhas dos Açores.

No decorrer do século XVIII a Colônia do Sacramento que, por ser antes de tudo um presídio militar, impôs a convivência entre militares e comerciantes. Essa convivência forçada provavelmente gerou muitos outros atritos uma vez

---

<sup>10</sup> PRADO, F. P.: “**Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII**”, *Horizontes Antropológicos*, 19 (2003), p. 79-104.

<sup>11</sup> RODRIGUES, José Damião. **Geopolítica e migrações no contexto de Utrecht: Colonos portugueses no Brasil meridional**. *Cuadernos de Historia Moderna* 2013, XII, p. 102.

que a Colônia não possuía uma câmara, onde os comerciantes pudessem se fazer representar, sendo todo o governo da povoação dominado pelos militares que não deixavam de utilizar meios violentos para conseguir seus intentos. Os colonos de Sacramento buscaram criar uma “nobreza da terra” ao acumularem cargos públicos da administração civil com cargos militares<sup>12</sup>.

Nesse sentido, apesar da enorme distância espacial e das diferenças geográficas e políticas entre o Cabo Norte e Sacramento, podemos perceber uma certa semelhança no comportamento dessas duas populações de fronteira, que utilizavam, por exemplo, o discurso de defensores da fronteira para pleitear mercês.

### **A historiografia da Amazônia apresenta o Cabo Norte**

Em 1999 a Editora da Universidade Federal do Pará publicou a obra *“Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)”*<sup>13</sup>. Organizada por Flávio dos Santos Gomes e Maria Fernanda Bicalho. A obra propunha-se a resgatar o processo de ocupação portuguesas na região do vale amazônico. Focando principalmente na região de fronteira setentrional, também conhecida como Guiana Brasileira e atualmente territórios do Estado do Amapá. A obra reuniu trabalhos de importantes pesquisadores da região como do próprio Flávio Gomes, de Jonas Marçal de Queiroz, Mauro Coelho e Rosa Acevedo Marin.

Desde a obra de Berredo<sup>14</sup>, uma das primeiras obras sobre a história da colonização na Amazônia. A partir de então que vários episódios da história da colonização portuguesa se confundem com a história do Cabo Norte, passando-se por obras como as de Domingos Raiol, Arthur Viana e Arthur Cezar Ferreira Reis. Apesar de pouco destacada pela historiografia, esta

---

<sup>12</sup> POSSAMAI, Paulo Cesar. **“Quem não sabe governar a si, mal governará a outrem”**: conflitos pelo poder na Colônia do Sacramento. X Encontro Estadual de História (ANPUH-RS). O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. 2010. p. 4-9

<sup>13</sup> GOMES, Flávio dos Santos; BICALHO, Maria Fernanda B. (organizadores). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. – Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

<sup>14</sup> BERREDO, Bernardo Pereira de. **Annaes Históricos do estado do Maranhão**. Lisboa: Oficina de Francisco Luis Ameno, 1749.

região não ficou necessariamente esquecida durante nosso processo de colonização. Trata-se de uma vasta área do norte do Brasil, nas regiões norte de fronteiras das Guianas, com uma imensa área oriental da Amazônia, denominada como *Terras do Cabo do Norte*<sup>15</sup>.

Arthur Viana por sua vez escreveu e publicou diversas obras, consideradas grandes clássicos da historiografia amazônica. Ele exerceu funções de grande prestígio entre os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século XX, devido a sua amizade com Antônio Lemos. O que lhe permitiu, principalmente, enquanto foi diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, entre 1899 a 1906, realizar exaustivas pesquisas sobre a história da região. Além, de junto com Domingos Raiol e outros intelectuais da época, ter sido fundador do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará. Como outros homens das letras da época, buscava estar sempre ligado á jornais e revistas, local onde podiam ter maior visibilidade<sup>16</sup>.

Segundo Sarges, Viana não era um colecionador de fatos, preferia os acontecimentos políticos, mas isso não o impediu de acrescentar em seus trabalhos históricos a “gente comum”, ainda que de forma direta considerasse brutos certos comportamentos do povo local. Como muitos historiadores de sua época, procurando a história de nosso povo, ele elaborou diversos trabalhos que considerava como “capítulos da história nacional”, tendo a colonização como elemento fundador do povo da “terra Brasileira”<sup>17</sup>.

Arthur Cezar Ferreira Reis, assim como Viana, é considerado um dos principais historiadores da região amazônica, logo, de grande renome. E também assim como Viana ele escreveu importantes trabalhos sobre a história colonial da região, e ambos dedicaram fragmentos de suas obras a história do Cabo Norte.

---

<sup>15</sup> QUEIROZ, Jonas Marçal de. & GOMES, Flávio. **Amazônia, fronteiras e identidades Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)**. *Lusotopie* 2002/1 : p. 25-49

<sup>16</sup> SARGES, Maria de Nazaré. **Fincando uma tradição colonial na República: Arthur Viana e Antonio Lemos**. In: BEZERRA NETO, José Maia. GUZMÁN, Décio de Alencar. (Organizadores) **Terra Matura. Historiografia e História Social da Amazônia Colonial**. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 97.

<sup>17</sup> SARGES, Maria de Nazaré. **Op. Cit.** P. 106-107.

“Arthur Cezar Ferreira Reis, apesar de não figurar entre os grandes nomes nos livros de historiografia brasileira, fez parte de uma geração de intelectuais que estava preocupada inicialmente em construir uma identidade para o Brasil, interessados em explicar e interpretar o país. Como escritor da década de 1930, poderíamos de imediato buscar correspondência intelectual entre ele, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda<sup>18</sup>”.

## Os “municípios do Cabo Norte” de Palma Muniz

“*Município de Macapá*<sup>19</sup>” e “*Município de Mazagão*<sup>20</sup>” são artigos publicados por Palma Muniz nos “*Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará*”, Tomo Nono, de 1916. Em edição anterior dos annaes, Muniz já havia publicado um artigo sobre a história do município de Belém. A obra que possui 808 páginas dedica a 21 páginas a Macapá e mais de 130 páginas apenas para o artigo sobre Mazagão.

No texto sobre Macapá Muniz inicia sua narrativa de forma a apresentar dados diversos sobre a região, como as coordenadas geográficas da localidade. Em seguida inicia uma longa narrativa em que faz uma ligação entre a expedição de Castelo Branco e a presença de europeus na região, fato esse que o autor aponta como fundamental para o início da ocupação colonial no que virá a ser o Estado do Amapá<sup>21</sup>. Em seguida o autor descreve com certa minúcia como se deu a breve ocupação britânica na região:

“A Companhia, presidida pelo Duque de Buckingham, enviou ao Amasonas, com o intuito de colonização uma pequena expedição a mando de Roger Frey, que com felicidade, chegou a foz do grande rio, e aproximadamente duas e meia leguas acima da atual cidade de Macapá, desembarcou, erigindo o forte que denominou de Cumaú<sup>22</sup>”.

---

<sup>18</sup> SOUSA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a “História Do Amazonas” nos quadros da Historiografia brasileira: um possível diálogo com Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda?** Anais do X Encontro Estadual de História da ANPUH-RS. Santa Maria- RS. 2010.

<sup>19</sup> MUNIZ, Palma. **Município de Macapá**. In: *Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará*. Tomo Nono. 1916. p. 337-356

<sup>20</sup> MUNIZ, Palma. **Município de Mazagão**. In: *Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará*. Tomo Nono. 1916. p. 382-516

<sup>21</sup> MUNIZ, Palma. **Município de Macapá**. In: *Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará*. Tomo Nono. 1916. p. 337

<sup>22</sup> MUNIZ, Palma. **Município de Macapá**. In: *Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará*. Tomo Nono. 1916. p. 338



A partir de então Muniz parece desenvolver sua narrativa tentando mostrar como se deu o heroísmo da conquista das terras da bacia do Rio Amazonas. Ele se detém, por exemplo, no desenrolar de batalhas entre os portugueses e outros europeus. Destacando o papel de Bento Maciel Parente, que receberia o Cabo Norte como doação do rei espanhol.

Mas Muniz não se mostrou interessado apenas nas batalhas dos portugueses, seu olhar mostrava-se muito atento às questões políticas importantes naquele contexto. O poder da França no século XVII não lhe escapava na equação sobre a fronteira portuguesa na região:

“A prepotência de Luiz XIV, rei da França, determinou ao Marquez de Ferrolles que, em plena paz, expulsasse os portugueses da margem esquerda do rio Amasonas, havendo esse governador de Cayena (...) se apoderado do Forte que fora denominado Santo Antonio de Macapá (...)”<sup>23</sup>

Após destacar os conflitos como os franceses nas proximidades do rio Oyapoc, o autor se detém em narrar as circunstâncias e as soluções estratégicas tomadas pelos portugueses para manter a posse da região. Para Muniz, uma dessas soluções foi a fundação da Vila de Macapá e a decisão de se construir uma fortaleza ali, muito maior e mais resistente que as construídas anteriormente na região. O momento seguinte da narrativa passa para uma contínua listagem de juízes ordinários que se seguiram na vila e de algumas decisões técnicas que foram tomadas sobre a construção da fortaleza. E ao fim do artigo o autor apresenta um índice de legislação referente aos limites da localidade.

Já no artigo sobre Mazagão o autor não deixa novamente de destacar o heroísmo e a nobreza dos portugueses. Fazendo um enaltecimento da história da população portuguesa

“A sua origem, (...), com as glórias que os trouxeram os valentes da Praça de Mazagão, possui também uma importante raiz local, como os demais lugares do Pará. A humilde choupana do índio reduzido constituiu de facto a primeira pedra collocada nos alicerces do opulento município local”<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> MUNIZ, Palma. **Município de Macapá**. In: Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo Nono. 1916. p. 340

<sup>24</sup> MUNIZ, Palma. **Município de Mazagão**. In: Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo Nono. 1916. p. 383

Nesse ponto a narrativa retoma uma sequência de feitos da colonização portuguesa na região, com destaque para a área aonde o município viria a ser fundado. A presença de ordens missionárias e a atividade de indivíduos como Francisco Portilho, homem muito influente entre os indígenas do Cabo Norte, também não deixam de ser notadas. Viana dá um destaque especial à relação complexa e conflituosa entre Mendonça Furtado e Portilho.

“Não obstante as naturais desconfianças, prestigiou o capitão-general a Portilho com o título de capitão e diretor do lugar de Santana, jungindo desde logo os índios aos trabalhos gerais de Sua Magestade e aos particulares, principais razões do grande interesse que o descimento lhe despertava<sup>25</sup>”.

Viana ressalta a ativa participação de Portilho junto a povoação de Santana, em sua mudança e no enfrentamento das epidemias que a atacaram. E ainda destaca o fato de que as obras de Inácio de Castro Morais Sarmiento iniciou no rio Mutuacá inicialmente eram para a povoação de Santana e não para a fundação de Vila Nova Mazagão<sup>26</sup>.

Assim como no artigo sobre Macapá, Viana constroi em sua narrativa diversos trechos em que retoma o discurso de exaltação das glórias portuguesas:

“(…) Successivamente os heróes portugueses assenhorearam-se de Ceuta, Tanger, Safim, Arzilla e Azamor. Representa a Conquista da Africa uma série brilhante de feitos heroicos, em que se demonstram os filhos da fina flor da nobreza de Portugal, não só nas pugnas sangrentas, como na defeza enérgica das praças fórtes e que consquistaram ao mouro da Berberia. Mazagão foi um dos baluartes das glorias portuguesas, em cujas muralhas se escrevem em sangue fervente inúmeros nomes de ilustres lidadores, (...)”.

Em seguida o autor apresenta com detalhes as ações do governo paraense para o recebimento dos mazaganistas apresentando informações a respeito do estoque de alimentos e preparação de alojamentos em Belém e as comunicações com a vila de Nova Mazagão. E por fim, inicia uma longa sequência de nomes de homens que se seguiram na ocupação de cargos na vila de Nova Mazagão e de responsáveis por suas obras, onde destaca apenas

<sup>25</sup> MUNIZ, Palma. **Município de Mazagão**. In: Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo Nonno. 1916. p. 393

<sup>26</sup> MUNIZ, Palma. **Município de Mazagão**. In: Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo Nonno. 1916. p. 395-399

o fato de haver grande produção de arroz na vila, de terem ocorrido muitas epidemias na região do rio Mutuacá na década de 1780 e de a vila ter permanecido sobre rigorosa organização militar<sup>27</sup>.

De modo geral, em ambos os artigos Muniz mostra sua enorme erudição sobre a história da conquista portuguesa no Brasil, na Amazônia e na África. Isso fica muito claro pela forma rica em que o autor foi capaz de elencar batalhas, atos políticos e estratégias adotadas tanto pelo governo local como por seus diversos representantes. O texto apresenta claramente uma preferência de Viana pelo heroísmo português e possui vários trechos de contínuas listagens de homens que ocuparam cargos nas vilas ou em suas obras.

### O “Território do Amapá” de Ferreira Reis

A obra *“Território do Amapá - Perfil Histórico”*, publicada por Ferreira Reis no Rio de Janeiro em 1949, nela o autor apresenta de forma cronológica, mas pautada por marcos políticos, a história da região das conquistas até os conflitos de Veiga Cabral ocorridos no início do século XX.

Ferreira Reis salienta bastante o fato de durante os primeiros anos da colonização a concorrência com os franceses ter sido um dos motivos que impulsionou as ações do governo português na região. Segundo o autor, depois de De Ferolles, Cloude D’Orvilliers, ambos governadores de Caiena, continuou a autorizar aos mercadores e pescadores franceses a invadirem os territórios portugueses do Cabo Norte. Em resposta João da Maia da Gama organizou pequenas embarcações para expedições de guarda costa na região<sup>28</sup>.

Para o autor, os franceses de Caiena significavam um eminente e insistente perigo, assim como a contínua presença francesa na região, ainda que furtiva, forçava as autoridades portuguesas a resolverem o problema, mesmo que fosse preparando-se para a defesa militar da região, no que várias

---

<sup>27</sup> MUNIZ, Palma. **Município de Mazagão**. In: Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo Nono. 1916. p. 411-427

<sup>28</sup> REIS, Artur César Ferreira. **Território do Amapá - Perfil Histórico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1949. p. 43.

ações nesse sentido foram tomadas. Em 1687, o capitão Pedro de Azevedo Carneiro indicava os pontos que deveriam ser fortificados, reforçando a necessidade de fazer construções mais duráveis para este fim, já que os prédios provisórios davam gastos consideráveis e em poucos anos.

Segundo Reis, Portugal pretendia desenvolver no extremo norte da América os elementos essenciais que lhe garantissem a exploração das especiarias amazônicas em substituição das especiarias do Oriente. O Cabo Norte era muito rico em urucu, cacau, madeiras e muitos tipos de pescado, motivo esse que tanto atraía franceses, ingleses e holandeses para a região. Assim, as autoridades pretendiam a integração dos colonos locais com o incentivo a culturas nativas e outras trazidas pelos europeus. Ainda estudando formas de aliviar as dificuldades que os colonos encontravam ao estabelecer-se na região<sup>29</sup>.

Em outro ponto importante, o autor afirma que as autoridades coloniais em seu projeto de valorização das terras do império na América, viam o domínio sobre as populações locais como algo fundamental, o que necessariamente incluía o apoio aos jesuítas para o nucleamento do gentio e fortificação da fronteira. E não tardou para que Mendonça Furtado, sob orientação de Pombal, enviasse ao Cabo Norte os primeiros casais açorianos, já em 1751. Os resultados dessa primeira leva de colonos não foi o esperado, por mais que fossem excelentes agricultores não estavam afeitos ao solo e ao clima chuvoso da região, ainda assim os pedidos e chegada de colonos para aquela localidade permaneciam consideráveis<sup>30</sup>.

As questões do clima e das doenças tropicais não deixaram de ser mencionadas, uma vez que para o autor tudo o que era realizado pelos colonos de Macapá era comprometido pela violência do clima e pelas enfermidades que os rondavam<sup>31</sup>.

Segundo Ferreira Reis, Gama Lobo de Almada após assumir o comando de Nova Mazagão em 1770 e, na tentativa de apaziguar a disputa entre

---

<sup>29</sup> REIS, Artur César Ferreira. **Território do Amapá** - Perfil Histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1949. P. 53-54

<sup>30</sup> REIS, Artur César Ferreira. **Território do Amapá** - Perfil Histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1949. p. 54-55

<sup>31</sup> REIS, Artur César Ferreira. **Território do Amapá** - Perfil Histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1949. p. 72.

Bernardo Toscano de Vasconcelos, responsável pelas obras, e João Froes de Brito, juiz ordinário da Câmara nomeado por Ataíde Teive, foi o responsável pelo fomento inicial da lavoura e da indústria de madeiras na vila, chegando a instalar um pequeno estaleiro em Mazagão<sup>32</sup>.

De modo geral, em o “Território do Amapá”, destaca como a importância dada a concorrência com os franceses no Cabo Norte foi fundamental para a estruturação da política de ocupação portuguesa em toda a região, pautada nas fortificações e incentivos a colonização em determinadas áreas e períodos específicos.

### **Os primeiros europeus no Vale Amazônico e no Cabo Norte.**

Ainda durante o primeiro século de Conquista das Américas o homem europeu empreendeu suas primeiras aventuras sob o território que hoje chamamos de Região Amazônica. O primeiro europeu a percorrer todo o curso do rio Amazonas teria sido o espanhol Francisco de Orellana, entre 1539 e 1541, desde a cordilheira dos Andes até o Oceano Atlântico.

Pelo que se verifica nas linhas do Tratado de Tordesilhas, ficava evidente que estas terras pertenciam aos reis de Castela por apresentarem um incomparável interesse por outras áreas do continente, os espanhóis não empreenderam grandes esforços para ocupar esta gigantesca faixa de terra, compreendida entre o litoral brasileiro e o delta do rio Amazonas.

Durante a década de 1590, Sir Walter Raleigh esteve visitando a região em nome da coroa britânica. Dessa viagem resultou a obra “The Discovery of the Large, Rich, and Beautiful Empire of Guyana”, publicada em Londres, no ano de 1596. Ao que tudo indica, ela parece ter tido grande impacto entre a população europeia de língua inglesa. O que por sua vez alimentou o desejo de aventureiros ingleses, holandeses e irlandeses sobre a região.<sup>33</sup>

Segundo Arthur César Ferreira Reis, ingleses, holandeses e irlandeses, estavam iniciando estabelecimentos comerciais na região do vale amazônico

---

<sup>32</sup> REIS, Artur César Ferreira. **Território do Amapá** - Perfil Histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1949. p. 73.

<sup>33</sup> REIS, Artur César Ferreira. **Território do Amapá** - Perfil Histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1949. P. 14.

na mesma época que os portugueses se valiam da quase anulação do Tratado de Tordesilhas, que devido à União das Coroas Ibéricas, permitiu aos lusos penetrarem nas Terras das Índias Ocidentais, pertencentes à Espanha. O autor ainda salienta que estes concorrentes dos lusos valiam-se do apoio de gentios Aruan e Tubinambá. E com este apoio estabeleceram-se pela costa do Macapá, região das Ilhas e Xingu, aproximando-se do Tapajós<sup>34</sup>.

Ainda segundo Reis, após a fundação do Forte do Presépio, os portugueses informaram à coroa espanhola sobre a forte presença de outros povos europeus nas guianas e o interesse, como súditos do rei espanhol, de defender aquelas terras, que, até então, pelo Tratado de Tordesilhas, não permitia aos portugueses ocupar e nem defendê-las de outros povos. Neste caso, aproveitando-se dos fatos de seus oponentes não serem católicos, os portugueses buscaram para si o discurso de defesa da cristandade, fazendo dos invasores “hereges<sup>35</sup>”.

E assim se inicia o primeiro conflito internacional da história da região amazônica. O conflito armado direto em nome da coroa de Espanha entre portugueses, contra ingleses, holandeses e também franceses, duraria algumas décadas, mas as disputas sobre a posse e soberania daquelas terras ainda tem ecos relativamente recentes<sup>36</sup>.

Entre as décadas de 1610-1630 foram de intensos e constantes combates contra os “hereges” pela soberania da coroa luso-espanhola na região, onde homens luso-brasileiros figuravam como protagonistas, muitos deles soldados mamelucos vindos das capitânicas do litoral brasileiro. Nesse contexto, a viagem expedicionária de Pedro Teixeira em 1637 teve um significado especial, pois, o soldado fundou Franciscana no caminho para

---

<sup>34</sup> REIS, Artur César Ferreira. **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959. p. 15-17.

<sup>35</sup> REIS, Artur César Ferreira. **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959. p. 17-18.

<sup>36</sup> De acordo com Costa, a fronteira do Oiaopoc. Foi motivo de disputas nos fóruns internacionais entre franceses e portugueses, e depois brasileiros até bem recentemente. Até o ano de 1900, ainda disputavam com o Brasil, em cortes diplomáticas, o território ao sul do rio Oiaoque. COSTA, Kelerson S. **Homens e natureza na Amazônia brasileira dimensões (1616-1920)**. Brasília: UnB, (tese de doutorado).

Quito, na confluência do rio Napo com o Aguarico, simbolizando a delimitação entre as terras de Portugal e de Espanha<sup>37</sup>.

Após as muitas vitórias sobre os estrangeiros na região e muitos outros serviços à coroa de Castela, Bento Maciel Parente conseguiu grande renome entre as autoridades espanholas, enviou um memorial ao rei Felipe IV onde propunha a criação de capitânicas hereditárias e propunha a divisão política das mesmas, baseado na geografia dos rios. A capitania estendia-se:

Pela costa do mar trinta a quarenta legoas de distrito do que se contam do dito cabo até o rio de Vicente Pinzon onde entra a repartição das Índias do reino de Castela e pela terra dentro Rio das Amazonas arriba da parte do canal que vai sair ao mar oitenta a cem legoas até o rio dos tapajussus...<sup>38</sup>

Ainda segundo Ferreira Reis, após o fim da união entre os reinos de Portugal e Espanha, os lusos declaram-se independentes e a região do vale amazônico alinhou-se a Portugal. Os séculos seguintes seriam de delicadas discussões sobre o limite das terras de cada reino, pelos serviços prestados na guerra luso-espanhola contra os invasores estrangeiros. O rei da Espanha, Felipe IV, concedeu a Bento Maciel Parente na forma de Capitania Hereditária as terras do Cabo Norte, que se estendiam do Oiapoque ao Peru. Após a restauração, D. João IV, de Portugal, confirmou as terras de Bento Maciel Parente e a doação do Cabo do Norte seria um dos principais argumentos para a justificação da soberania portuguesa na região<sup>39</sup>.

Se por um lado, os espanhóis, que tinham fortes argumentos contra a presença portuguesa no Vale Amazônico não fizeram muito caso de reclamar estas terras, por outro, os franceses, se fizeram os grandes concorrentes para a soberania portuguesa.

Segundo Regina Gadelha, três fatores foram fundamentais nesse período e que impulsionaram e facilitaram o início da colonização portuguesa no norte: primeiro foi a ideia do *“mito da ilha Brasil”*, ou seja, o desconhecimento das proporções geográficas e imensidão do território;

<sup>37</sup> REIS, Artur César Ferreira. **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959. 1959. p. 17-19.

<sup>38</sup> REIS, Artur César Ferreira. **Território do Amapá - Perfil Histórico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1949. p. 22-23.

<sup>39</sup> REIS, Artur César Ferreira. **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959. 1959. p. 20.

segundo, os ventos e as correntes marítimas do norte da colônia faziam com que a comunicação direta com Lisboa fosse mais rápida e que os contatos com as capitanias do Estado do Brasil fossem mais difíceis, uma vez que não era fácil descer o litoral brasileiro, fosse por terra ou por mar, saindo-se do Pará ou do Maranhão; e terceiro, a política espanhola para os seus territórios no norte da América por mais que a coroa espanhola incentivasse a ocupação de suas terras no vale amazônico, seus colonos não se interessavam em tomar posse dessas terras, uma vez que poderiam enriquecer sem os grandes esforços em Potósi e Nova Granada e sem enfrentarem os perigos que os nativos e a mata amazônica podiam significar<sup>40</sup>.

O capitão-mor da capitania do Pará, Marçal Nunes da Costa, queixava-se ao rei de Portugal, em 1685, do fato de alguns religiosos franciscanos da província de Santo António, que nesta época se viam encarregados da administração da missão no Cabo Norte com os índios “aroanes”, denunciarem as tentativas de conquista da capitania do Pará por parte dos franceses<sup>41</sup>.

Nas circunvizinhanças de Caiena nenhuma riqueza fora descoberta após o estabelecimento dos franceses. No mesmo período, os portugueses tiveram mais sucesso em suas descobertas no Cabo do Norte, fato este que atraía os interesses franceses para as terras vizinhas. Os franciscanos da província de Santo Antonio atingiram os rios Araguari e Aquissu, passando a missionar no Cabo do Norte. Durante seus trabalhos missionários passaram a flagrar com alguma frequência os franceses nas terras portuguesas. Posteriormente, as autoridades portuguesas decidiram dividir a região entre franciscanos e jesuítas. Os franciscanos de Santo Antonio deveriam agir na “costa do Cabo Norte” e os jesuítas entre o Macapá e o Amazonas<sup>42</sup>.

Em 1697, Gomes Freire de Andrade, Francisco Xavier de Menezes, Conde de Ericeira, e Mendo de Poyo Soares elaboraram um trabalho sobre a posse portuguesa da região<sup>43</sup>. Nela expressavam uma tese com

---

<sup>40</sup> GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. **Conquista e ocupação da Amazônia**: a fronteira norte do Brasil. Estudos avançados 16 (45), 2002. p. 72-76

<sup>41</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 3, D. 239.

<sup>42</sup> REIS, Artur César Ferreira. **Território do Amapá** - Perfil Histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1949. p. 27-35

<sup>43</sup> REIS, Artur César Ferreira **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959. 1959. PP 24.



fundamentações histórica, geográfica e jurídica sobre a posse portuguesa das terras do Cabo do Norte.

Com o Tratado Lisboa, assinado em quatro de março de 1700, o rei da França impunha a Portugal que estes deveriam favorecer-lhes em suas pretensões territoriais ao Cabo Norte, também conhecido como “Tratado Provisional”, este acordo fora elaborado após o fim da parceria com a Inglaterra, curto período em que os lusitanos estiveram em colaboração com a França. Portugal praticamente abriu mão de seus interesses na região, tornando a faixa de terra entre o Oiapoc e o Amazonas como “zona neutra”. Um ano depois, autoridades portuguesas discutiam formas de reverter as aviltantes condições a qual haviam se sujeitado. Buscando formas de restabelecer o direito sobre as possessões na vasta região do vale amazônico e ao sul, os territórios da margem esquerda do Rio Prata. Em 1703, Portugal reatou suas relações com os ingleses e descartou o tratado de 1700<sup>44</sup>.

Ainda em 1700, as autoridades lusitanas recorreram ao capitão-general Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho e ao jesuíta Aloísio Conrado Pfeill, para que remetessem dados e documentos a fim de que a diplomacia do reino melhor elaborasse sua tese sobre a posse portuguesa sobre o cabo do norte. Desse modo, Pfeill compôs o seguinte tratado:

Compendio das mais substanciais razões e argumentos que evidentemente provam que a Capitania chamada do Norte situada a boca do Rio das Amazonas legitimamente pertence a coroa de Portugal, e que El Rei de França para ela nem como ao Pará ou Maranhão teve ou tem jus algum<sup>45</sup>.

Nesse período o desacordo entre Portugal e França se agravou. Os franceses argumentavam em torno do desrespeito dos lusos sobre o que foi acertado com o “Tratado Provisional”, sendo que em 1712 essa disputa pela definição do local das fronteiras ainda era intensa, e acabou tomando a via diplomática visando evitar mais conflitos.

Com o Tratado de Utrecht, pretendia-se claramente estabelecer a paz definitiva na região e nos conflitos que ocorriam na Europa em torno da

---

<sup>44</sup> PINTO, Luis Flodoardo da Silva. **Amazônia: Retrato de uma região questionada**. Editora Age. Porto Alegre, 2002. p.179.

<sup>45</sup> REIS, Artur César Ferreira. **Território do Amapá - Perfil Histórico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1949. p. 38.

sucessão do trono espanhol. Uma grande aliança reunindo a Grã-Bretanha, a Holanda, a Prússia, Portugal e a casa futuramente italiana de Savóia se voltaram para por um fim no conflito que já alcançava o Velho e o Novo Mundo<sup>46</sup>.

Os diplomatas portugueses D. Luis da Cunha, João Gomes da Cunha, Conde de Tarouca e Cunha Brochado, através de argumentações hábeis e de acordos políticos conseguiram o apoio da rainha Ana da Inglaterra. E, assim, em 11 de abril de 1713, o tratado estabelecia claramente que as terras portuguesas no vale amazônico findavam no rio Oiapoc, também chamado de Vicente Pinzon. Apesar da clareza, os franceses usavam artimanhas geográficas para confundir o rio Oiapoc com o rio Araguari e vários outros<sup>47</sup>.

### **Os colonos e os conflitos**

Em duas cartas enviadas ao rei de Portugal, D. Pedro II, no ano de 1687, os oficiais da câmara da cidade de Belém informaram que os franceses tomaram o forte do Cabo Norte e destruíram a fortificação do Parú<sup>48</sup>. As cartas deixam transparecer um pouco do terror que a ameaça francesa causava naquelas autoridades e nos colonos.

Durante o governo de De Ferolles na Guiana Francesa, tropas regulares vindas de Caiena assombravam a população instalada na região. Isso ocorreu com vários flagrantes por parte de autoridades portuguesas civis, militares e religiosas, até tomarem de assalto as fortificações portuguesas. Em seguida, Souza Fundão e João Muniz de Mendonça, apoiados por Coelho de Carvalho, as tomaram de volta (1691), durante a batalha ocorreu o conhecido caso das bandeiras francesas que foram apreendidas e enviadas para a sede do governo em Belém. Depois deste episódio ocorreram diversos casos de franceses apanhados pescando em terras lusitanas no Cabo Norte, que eram constantemente expulsos por autoridades civis, militares e religiosas luso-

---

<sup>46</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville*. IN: Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011. p. 66-83.

<sup>47</sup> REIS, Artur César Ferreira. **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959. 1959. p. 24-25.

<sup>48</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 4, D. 338; e AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 4, D. 339.

brasileiras, havendo inclusive policiamento de tropas em embarcações construídas em Belém. Esta passava a ser a política portuguesa de afirmação de sua posse sobre a região<sup>49</sup>.

Segundo Ferreira Reis, os portugueses vieram a aproveitar todo o acúmulo de experiências que já haviam obtido em outras partes do império “para a criação de uma boa base física” e posteriormente socioeconômica e cultural para a colonização na Amazônia. O autor destaca o processo de colonização como um empreendimento ao mesmo tempo espiritual, econômico e político, onde cada personagem presente tinha uma função primordial<sup>50</sup>, como por exemplo, os missionários no apresamento da mão de obra, os funcionários e autoridades reais na elaboração e aplicação de políticas eficientes para a manutenção da autonomia e o bom desenvolvimento da economia local.

Para Chamboleyron, o povoamento das capitanias fora organizado em diversos níveis pela coroa, sendo a mobilidade de populações uma das principais entendendo-se não apenas a movimentação de europeus. Ou seja, a movimentação, nem sempre voluntária, de portugueses, indígenas e negros, internamente foi de grande impacto sobre o povoamento da região<sup>51</sup>.

### **A ocupação através das fortificações.**

Em 29 de setembro de 1729, o sargento mor e engenheiro de fortificações, Carlos Varjão Rolim, remetia uma correspondência para o rei D. João V, em que informa sobre sua viagem ao Cabo do Norte e indicava qual seria o local mais apropriado para se construir um presídio e uma fortaleza na

---

<sup>49</sup> REIS, Artur César Ferreira. **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959. P. 23. E REIS, Artur César Ferreira. **O realismo português no Descobrimento e na Exploração da Amazônia. Aspectos políticos, sociais e econômicos da expansão portuguesa. A preservação ante o apetite dos povos concorrentes. Identificação científica**. In: REIS, Artur César Ferreira. **A Amazônia que os Portugueses inventaram**. SECULT-Belém, 1994. P 40

<sup>50</sup> REIS, Artur César Ferreira. **O realismo português no Descobrimento e na Exploração da Amazônia. Aspectos políticos, sociais e econômicos da expansão portuguesa. A preservação ante o apetite dos povos concorrentes. Identificação científica**. In: REIS, Artur César Ferreira. **A Amazônia que os Portugueses inventaram**. SECULT-Belém, 1994. P.39

<sup>51</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010. PP 30-33.

região, “a fim de suster as investidas por parte dos franceses de Cayena”<sup>52</sup>.

Durante todo o período colonial a construção e reforma de fortificações foi uma preocupação constante para as autoridades portuguesas. Curiosamente, apesar do estado de guerra intenso que se vivia no Grão-Pará e Maranhão, as reclamações das próprias autoridades sobre o estado de ruínas a qual costumavam se encontrar muitas dessas localidades fortificadas da região era algo frequente <sup>53</sup>.

Segundo Arthur Vianna, já nas primeiras décadas do século XVII os holandeses construíram na margem esquerda do Xingu duas fortificações, Orange e Nassau, com plantações e lugarejos. Em 1610, os holandeses encontravam-se alojados na margem esquerda do Amazonas. O forte denominado Mariocay e posteriormente Gurupá, entre os rios Jary e Macapá, região denominada Tucujus.

Apesar das posições bem estabelecidas, os ingleses e holandeses foram derrotados pelos portugueses, principalmente pela dispersão na qual se encontravam, havendo grandes distâncias entres suas fortificações, o que as deixava bastante isoladas entre si, impossibilitando-as de socorrer-se mutuamente e de forma rápida, assim como de receberem os reforços de seus países. Sobre as ruínas do forte Mariocay, na margem guianesa do Amazonas, Bento Maciel Parente estabeleceu o forte de Santo Antonio de Gurupá. O autor ainda nos informa que os ingleses possuíam duas fortificações na região dos Tucujus, Tilletille a seis léguas da confluência dos rios e Uarimiuaca, cinco léguas após o primeiro<sup>54</sup>.

Já nestes primeiros anos de ocupação da região, os lusitanos estabeleceram-se em fortes e fortificações na região, experimentaram a cultura do açúcar e em seguida passaram a explorar as especiarias locais como madeiras, algodão, tabaco e pescados, como o peixe-boi. Paralelamente, ingleses e franceses administravam, em benefício próprio, os desafetos dos

---

<sup>52</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 11, D. 1034.

<sup>53</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 75, D. 6335; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 49, D. 4508; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 33, D. 3085; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 20, D. 1843; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 3, D. 239.

<sup>54</sup> VIANA, Arthur. **Fortificações na Amazônia**. In: Annaes do Apep. Tomo quarto. 1905. p. 229-233

tupinambás contra os portugueses<sup>55</sup>. A atividade açucareira não se desenvolveu por todo o território do Vale Amazônico, concentrando-se principalmente às margens de alguns rios da Capitania do Maranhão, como o rio Mearim<sup>56</sup>.

Segundo Joel Dias:

O risco de uma possível invasão francesa no Maranhão, como ocorrera no Rio de Janeiro, era reflexo das disputas e alinhamentos entre as potências europeias em torno da questão sucessória do trono espanhol. Ordens foram despachadas para que os governadores fizessem todos os preparativos com o objetivo de defender a posse das terras portuguesas na Amazônia. A principal rota de entrada dos franceses era pelo Oiapoque, sendo necessário estabelecer uma rígida vigilância nas cercanias do referido território para impedir as constantes entradas dos franceses em território português<sup>57</sup>.

Ingleses e holandeses apresentavam grande interesse pela região, principalmente porque nas terras dos portugueses, eles acreditavam poderem conseguir com muito mais facilidade e fartura madeiras, gomas, óleos, urucu e pescados como o peixe-boi. E planejava-se utilizar posteriormente aquelas terras para cultura de tabaco e cana. Nesse comércio, ingleses e holandeses empreendiam parceria por um objetivo comum, colonizar, pela usurpação, terras pertencentes à Espanha<sup>58</sup>.

O interesse francês pela região não cessara mesmo após terem sido expulsas de maior parte destas terras pelos portugueses. Entre 1723 e 1728, expedições com presença de militares portugueses visitaram o Oiapoc. Foram várias, comandadas respectivamente por João Pais de Amaral, Diogo Pinto de Gaia, Francisco de Melo Palheta e Xavier Botero. Essas expedições encontraram indícios, pedras, que pareciam ser uma antiga fortificação que

<sup>55</sup> REIS, Artur César Ferreira. **O realismo português no Descobrimento e na Exploração da Amazônia. Aspectos políticos, sociais e econômicos da expansão portuguesa. A preservação ante o apetite dos povos concorrentes. Identificação científica.** In: REIS, Artur César Ferreira. *A Amazônia que os Portugueses inventaram*. SECULT-Belém, 1994. p.36

<sup>56</sup> CUNHA, Ana Paula Macedo. **Engenhos e engenhocas: a atividade açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências. Belém, 2009. p. 27-30.

<sup>57</sup> DIAS, Joel Santos. **Os “verdadeiros conservadores” do Estado do Maranhão: poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII).** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências. Belém, 2008. p. 91

<sup>58</sup> REIS, Artur César Ferreira. **Território do Amapá - Perfil Histórico.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Rio de Janeiro – 1949. p.15.

mandaram construir no reinado de Carlos V, e que os franceses deviam ter destruído para dificultar a interpretação do Tratado de Utrecht. Essa questão gerou constante correspondência entre as autoridades do Pará e de Caiena. Os portugueses defendiam seus direitos sobre aquela faixa de terra com argumentos políticos, jurídicos, geográficos e históricos. E planejou-se até criar fortificações armadas na região para manter ainda mais clara para os franceses a soberania portuguesa sobre aquela área<sup>59</sup>.

Após a aparente vitória dos luso-brasileiros nesses conflitos iniciais que duraram quase três décadas, a ocupação da região entre o rio Macapá até o Oiapoque passou a ser uma questão estratégica de suma importância. O forte do Presépio e o Fortim de Santo Antonio de Gurupá garantiam a presença bélica portuguesa na região, essas posições lhes valiam a margem direita do delta do rio Amazonas. Mais tarde a fortificação do Parú lhes garantiria a margem esquerda. Nessa mesma época os franceses de Caiena tinham planos de expandir consideravelmente seu território na região, adentrando o delta em direção ao rio Amazonas para área por eles a muito já denominadas de costa do Cabo Norte<sup>60</sup>. Nessa região já havia uma grande e intensa presença de corsários europeus, provavelmente por sua proximidade com o Caribe e com as águas do Oceano Atlântico.

Após a capitania Cabo Norte, de Bento Maciel Parente, ter sido devolvida a Portugal por falta de herdeiros, em 1688, Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho, ergueu sobre as ruínas de Cumaú uma fortificação britânica e uma fortificação portuguesa. Isso ocorreu por medo dos franceses que se estabeleceram ao norte do Oiapoque<sup>61</sup>.

A grande disputa pela posse da região, especialmente acirrada no Cabo Norte, não fazia a região menos inóspita. Os Europeus, muito acostumados com climas mais amenos, eram os que mais sofriam. Segundo Ferreira Reis, devido a área ser muito “molhada”, alternava-se entre épocas de intensa chuva e cheias dos muitos rios, era comum “febres de mau caráter” que tornavam

---

<sup>59</sup> REIS, Artur César Ferreira. **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959. 1959. p. 26

<sup>60</sup> REIS, Artur César Ferreira. **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959. 1959. p. 21.

<sup>61</sup> VIANA, Arthur. **Município de Macapá**. In: Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo Nonno. 1916. p. 340-341

extremamente penosa a permanência tanto de franceses como de portugueses na região<sup>62</sup>.

Segundo Patello, o Tratado de Utrecht foi a primeira letra aceita por portugueses e franceses, uma vez que determinava os limites entre as duas colônias, a renúncia da França de todo e qualquer direito de requerer a posse das ditas terras e concedeu a Portugal, definitivamente, a posse das terras do Cabo Norte<sup>63</sup>.

Anteriormente a isso chegou-se a cogitar o abandono do Grão-Pará, avaliado o enorme esforço necessário para sua colonização, somada ao rigor da natureza, a inimizade com os indígenas e a concorrência de outras nações. Estas sugestões sempre foram recusadas pelo conselho ultramarino e a coroa lusitana optou pela manutenção das posições obtidas e pela criação de uma estrutura que lhes garantisse melhores condições de colonização. Incentivou-se, assim, núcleos de catequese e mais estabelecimentos militares<sup>64</sup>.

Em certa medida, o problema de uma fortificação que assegurasse a posse lusitana sobre a região só se resolveria com a construção da fortaleza e fundação da Vila de São José de Macapá durante a segunda metade do século XVIII.

### **A fronteira do Cabo Norte**

Não deixa de ser importante reafirmar que a conquista e ocupação da América portuguesa não se deu sem conflito. Podemos até afirmar que esta ocupação do território se deu de légua em légua. Uma vez que a natureza e os nativos figuraram com um poderoso adversário aos interesses metropolitanos para a exploração mercantilistas de tão vasto território.

De certo modo, os portugueses tiveram de transpor diversas barreiras até a obtenção de algum sucesso em cada região onde iniciavam a conquista.

---

<sup>62</sup> REIS, Artur César Ferreira. **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959. 1959. p. 22.

<sup>63</sup> PATELLO, Cecília Cunha dos Santos. **Relações na fronteira: os presentes enviados pelos governadores de Caiena e Belém e a proibição do comércio pelo tratado de Utrecht (1713-1727)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

<sup>64</sup> REIS, Artur César Ferreira. **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959. 1959. p. 22-23.

Não foi diferente no vale amazônico. E nesta região em particular, por mais que os lusitanos expandissem seus territórios mais a leste, isso não significava que suas fronteiras estivessem apenas onde havia limites e marcos entre as terras de Portugal e as de outras nações europeias, fronteiras internas também se formavam e no decorrer dos séculos XVII-XIX algumas ainda persistiam.

No Cabo Norte, em fins do século XVII, podemos dizer que a região era uma fronteira ainda a se conquistar. Desde o início da presença portuguesa na área que os indígenas não se mostravam amistosos. Tecendo melhores relações com os franceses, vizinhos e adversários pela posse da região. E em 1687, os padres Antonio Pereira e Bernardo Gomes que haviam iniciado uma missão foram assassinados devido a desentendimento com os indígenas das localidades, o que desencadeou uma guerra contra os indígenas<sup>65</sup>.

Podemos entender o contato e o conflito que se seguem no Cabo Norte como mais uma forma de fronteira e não restritamente com trecho limite entre duas regiões. Ou seja, entendemos fronteira como um conjunto de coisas, espaços naturais, culturais e políticos. E tanto os indígenas como os portugueses acabam por estar sempre em movimento nesse contexto. Assim, suas identidades assumem a forma de migrantes, constituídas no contexto da “diáspora”. Dessa forma, ainda que com ressalvas, podemos nos utilizar algumas das reflexões e problemáticas trazidas por estudiosos dos estudos culturais e pós-coloniais, como Stuart Hall.

Ao abordar a identidade cultural caribenha, Hall chama atenção para o fechamento do conceito de diáspora sustentada por uma concepção binária de diferença, que está fundamentada na ideia de uma fronteira de exclusão dependente de um “Outro” e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora”. Contudo, o autor considera que as identidades culturais não podem ser tratadas somente por “configurações sincretizadas”, pautadas principalmente por diferenças desarticuladas, mas sim por diferenças identitárias posicionadas e relacionadas, sempre em desníveis<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. ***Aleivosias e extorsões do gentio na Amazônia colonial***. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom. p. 05

<sup>66</sup> HALL, Stuart. ***Da diáspora: identidade e mediações culturais***. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p.33



Da mesma forma, Barth considera que a existência de fronteiras é que vai definir estes diferentes papéis, ou seja, é a barreira de pertencimento ou não a um determinado grupo social, como por exemplo, um oficial da câmara, considerado “principal da terra”, que se relaciona com seus vizinhos, parentelas, membros da sua irmandade, escravos e forros. O que vai constituir as relações entre esses grupos são as fronteiras existentes entre eles<sup>67</sup>.

Desta forma, para alguns teóricos, o pertencimento a determinada cultura está intrinsecamente imbricado com a identidade.

A fronteira é um lugar privilegiado para pensar as constantes reformulações e negociações que aí acontecem, uma vez que, nesses lugares, os sujeitos têm suas identidades entrelaçadas. Assim, na perspectiva de Klahn (2003), as fronteiras, até então perfeitamente definidas, sofrem uma forte necessidade de redefinição (assumindo novas funções e papéis), pois, nesse contexto, os moradores, ao mesmo tempo em que são submetidos às várias formas de violações (estupros, agressões, assassinatos etc.), têm reagido a essas e outras opressões presentes neste contexto. Nessa perspectiva e ainda segundo Klahn a “zona de fronteira pode ser lida metaforicamente como um lugar que simboliza as relações sociais incorporadas em sua geopolítica<sup>68</sup>

Nesse sentido podemos entender a forma como Chambouleyron e Melo, trataram o conflito que se seguiu no Cabo Norte. Ou seja, como uma forma de os portugueses dominá-los, para os terem como trabalhadores<sup>69</sup>. Naquele momento era fundamental aos lusos estabelecidos na região legitimarem a soberania portuguesa sobre a área e isso significava não apenas a manutenção dos estrangeiros longe daquelas terras através da construção e manutenção de fortificações. Era de suma importância mostrar-se aos indígenas locais quem eram os novos donos daquelas terras. E, dessa forma, acabar definitivamente a influência francesa na região.

---

<sup>67</sup> MONTEIRO, Livia Nascimento. **ENTRE ESCOLHAS E INCERTEZAS: A UTILIZAÇÃO DA ABORDAGEM MICRO-ANALÍTICA NA HISTÓRIA SOCIAL**. II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

<sup>68</sup> OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de; SCHNEIDER, Liane. **Revisitando conceitos de identidades e Fronteiras Na Literatura Chicana**. p.5.

<sup>69</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. **Aleivosias e extorsões do gentio na Amazônia colonial**. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom. p. 7

As fronteiras no período colonial não são apenas marcos ou divisas como comumente se reconhece. Em sentido mais amplo, segundo Barth, “fronteiras são imaginárias, econômicas, políticas, étnicas, culturais”. E em se tratando de fronteiras amazônicas, foram, e ainda podemos dizer que são tudo isso e muito mais! As fronteiras coloniais do vale amazônico por sua vez não podem ser pensadas sem os limites impostos aos colonizadores pelo gigantismo e extremos da natureza local. E o elemento indígena, mão de obra escrava exclusiva em sua quase totalidade nos primeiros tempos de conquista, também não pode ser ignorado nessa complexíssima equação histórico-social<sup>70</sup>.

### **O Cabo Norte e a política de ocupação da região.**

A partir de 1750, ações de povoamento e colonização teriam efeitos mais perceptíveis sobre a atual região Norte do Brasil em nível, econômico, político e demográfico<sup>71</sup>. Segundo Chambouleyron, entre 1640 e 1677 foram trazidos de Açores 197 casais, 1.114 pessoas<sup>72</sup>. Já durante a segunda metade do século XVIII, só de Mazagão foram trazidos para ocupar o Cabo do Norte 388 famílias, em número de 1642 pessoas<sup>73</sup>.

Apesar de os números mostrarem um enorme crescimento demográfico com a chegada dos colonos de Mazagão, é preciso relativizar esses números, uma vez que as levas de colonos trazidos para o Pará no século XVII tiveram um impacto populacional diferente do causado pelos mazaganistas no século XVIII. No século XVII, praticamente não havia população “branca” na região. No século XVIII essa população “branca” se encontrava bastante distribuída e

---

<sup>70</sup> GOMES, Flávio dos Santos. **Descobertas e experiências**. In: GOMES, Flávio dos Santos; BICALHO, Maria Fernanda. (organizadores). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

<sup>71</sup> Isto fica mais claro principalmente após a criação de Vila Vistoza (ou Viçosa) de Madre de Deus (1767), fundação de Nova Mazagão (1770) e a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1750-1777).

<sup>72</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010. p.64.

<sup>73</sup> Documento anexo. 5 de fevereiro de 1779. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 82, D. 6720.

numericamente maior, ainda assim com a chegada dos mazaganistas em Belém ela foi bruscamente aumentada. O que nos leva a crer que uma comparação simples não leva a resultados muito claros. Uma vez que cada um desses fluxos populacionais teve seu impacto particular na história da ocupação da região.

Uma localidade nas proximidades da sesmaria de Hilário Pimentel, o Lugar de Santana, foi eleita como ideal para o estabelecimento da Nova Mazagão, vila que iria receber os moradores da fortaleza abandonada de Mazagão, no Marrocos<sup>74</sup>. Assim, em Março de 1769, o Governador do Estado do Grão-Pará, Ataíde Teive, recebeu instruções de Mendonça Furtado sobre como proceder com o assentamento dos mazaganistas:

Com estas famílias ordena El Rei Nosso Senhor, que se estabeleça uma nova Povoação na Costa septemtrional das Amazonas, para se darem as mãos com o Macapá, e com Vila Vistoza.<sup>75</sup>

Santana teve sua origem em um descimento feito por Francisco Portilho em 1753 que se instalou posteriormente na ilha de Santa Anna<sup>76</sup>. Este Portilho era um capitão que esteve envolvido em descimentos feitos para particulares e por isso foi acusado, em 1747, por missionários carmelitas de perseguir religiosos e os indígenas da região<sup>77</sup>.

Curiosamente, apesar de ter causado inconveniências a Mendonça Furtado no Rio Negro, Portilho foi escolhido para liderar uma nova povoação, talvez por sua autoridade e proximidade com os indígenas da região. Ele foi liderar o Lugar de Santana, localidade essa que contou com a presença do próprio Mendonça Furtado em sua criação no ano de 1754. Quando o governador do Pará, Fernando da Costa de Athayde Teive de Souza Coutinho,

---

<sup>74</sup> VIDAL, Laurent. **Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico do Marrocos à Amazônia (1769-1783)**. São Paulo. Martins: 2008. p. 15-50.

<sup>75</sup> Transcrito In: OLIVEIRA MARTINS, Francisco A. de. **A fundação da Vila Nova de Mazagão no Pará, Subsídios para a História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1938, p. 5-7. Apud. ARAUJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Universidade do Porto. 2. ed. Porto: FAUP, 1998. p. 266.

<sup>76</sup> MUNIZ, Palma. **Patrimônios dos conselhos municipais do Estado do Pará**. 1904.p.201.

<sup>77</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 29, D. 2757.

recebeu a ordem de liberar a região para a construção de Nova Mazagão, o rio Mutuacá era a terceira localização do Lugar de Santana, haviam mudado em outras ocasiões por terem se assentado em locais pouco saudáveis<sup>78</sup>.

Por decisão do Conselho Ultramarino, e em parte pelo planejamento e influência de Mendonça Furtado, optou-se por levar os moradores da fortaleza de Mazagão no Norte da África para servirem como defensores da fronteira norte da América Portuguesa<sup>79</sup>. Foi escolhido para a morada destes colonos o rio Mutuacá, por ser relativamente próximo a Macapá e Vila Vistoza de Madre de Deus, com quem deveria unir forças na defesa da fronteira com Caiena.

A localidade recebeu o estatuto de “Vila”, com a denominação de “Vila Nova de Mazagão” em 23 de Janeiro de 1770, enquanto o traçado da futura povoação ainda era planejado por Inácio de Castro Moraes Sarmiento<sup>80</sup>. Os mazaganistas só iniciaram o desembarque em Belém no dia 11 de Janeiro de 1770, vindos de Lisboa<sup>81</sup>. E apenas no dia 4 de abril do mesmo ano iniciaram os transportes dos colonos mazaganistas para a Nova Vila. Nova Mazagão obteve o estatuto de “Vila” antes mesmo de ter um único colono, já que os antigos moradores indígenas haviam se mudado. Era uma Vila antes de ter pessoas, sem sua população.

Entre 1732 e 1797 o expansionismo português na bacia amazônica foi tão forte dentre as autoridades locais que planejou-se tomar os territórios de Maranon e Loreto (respectivamente pertencentes a Peru e Bolívia). Gama lobo de Almada planejou a incorporação de Maranon e Cassiquari. E Francisco Mauricio de Souza Coutinho, Governador do Grão-Pará e Rio Negro, planejava resolver as inquietações com os franceses através da anexação total da Guiana Francesa<sup>82</sup>.

---

<sup>78</sup> ARAUJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Universidade do Porto. 2. ed. Porto: FAUP, 1998. P 267.

<sup>79</sup> VIDAL, Laurent. **Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico do Marrocos à Amazônia (1769-1783)**. São Paulo. Martins: 2008. p. 20-25.

<sup>80</sup> MUNIZ, João de Palma. Op. Cit. PP. 511.

<sup>81</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 65, D. 5583.

<sup>82</sup> REIS, Artur César Ferreira. **O realismo português no Descobrimento e na Exploração da Amazônia. Aspectos políticos, sociais e econômicos da expansão portuguesa. A preservação ante o apetite dos povos concorrentes. Identificação científica**. In: REIS, Artur César Ferreira. *A Amazônia que os Portugueses inventaram*. SECULT-Belém, 1994. p. 41-42

Segundo Ferreira Reis, o século XVII não viu tão grandes números de casais açorianos como se veria no século seguinte<sup>83</sup>. Em poucas palavras, a conquista e efetiva ocupação da região fora garantida principalmente por escassos elementos portugueses, muitos mamelucos nordestinos e uma por uma multidão de indígenas. Ainda sobre a sociedade mestiça no vale amazônico o autor afirma: que as autoridades locais não esqueceram de todo os seus mestiços, chegando a pedirem que filhos da região fossem para as universidades portuguesas.

Como Mateus Valente do Couto, nascido em Macapá, iniciou seus estudos em Medicina, mas desviou-se para Matemática, curso no qual se formou Doutor. Foi autor de vários livros matemáticos, tornou-se membro da Academia de Ciências de Lisboa, e exerceu a direção do Real Observatório Naval. Foi conselheiro de Estado, agraciado com o hábito militar, indo ao posto de Sargento Mor do Corpo de Engenheiros [...]<sup>84</sup>.

Durante a Revolução Francesa, D. Francisco de Souza Coutinho tratou de alertar incessantemente as autoridades sobre o perigo que significava os vizinhos em Caiena, e elaborou um plano para a total dominação dos franceses de lá, com uma investida fulminante. Mas a França napoleônica era poderosa demais, mesmo no distante Cabo do Norte, para que autoridades portuguesas autorizassem tão ambicioso plano. Ainda assim, no Pará, buscava-se a todo custo informações sobre praticamente tudo o que ocorresse em Caiena. Quando em 1808 as tropas francesas sobre o comando de Junot invadiram Portugal, Manuel Marques tomou Caiena dos franceses, antes mesmo da chegada dos reforços vindos de Pernambuco<sup>85</sup>.

Desde 1738, existia no Cabo Norte um destacamento militar. Este destacamento estava no em torno do Forte de Santo Antonio de Macapá,

---

<sup>83</sup> Segundo Chambouleyron, apenas entre 1647 e 1677 entraram no Maranhão e Grão-Pará 1114 pessoas vindas dos açores, dentre elas 197 casais. CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010. p. 64.

<sup>84</sup> REIS, Artur César Ferreira. **O realismo português no Descobrimento e na Exploração da Amazônia. Aspectos políticos, sociais e econômicos da expansão portuguesa. A preservação ante o apetite dos povos concorrentes. Identificação científica**. In: REIS, Artur César Ferreira. *A Amazônia que os Portugueses inventaram*. SECULT-Belém, 1994. p. 44-46.

<sup>85</sup> REIS, Artur César Ferreira. **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959. 1959.

construído sobre as ruínas do forte britânico do Torrego. O forte localizava-se na ponta da Cascalheira, à margem esquerda do rio Amazonas, na antiga *Província do Tucujus*, cerca de quinze quilômetros ao sul da atual cidade de Macapá<sup>86</sup>. Mas é somente durante a década de 1740 que o rei de Portugal, D. João, autoriza a construção de uma nova fortificação, nas terras do Macapá. Anos mais tarde Mendonça Furtado compareceu a inauguração da Fortaleza de São José de Macapá e fundação da Vila de Macapá<sup>87</sup>.

Já Durante o período pombalino a fortaleza de São José de Macapá, veio a substituir a importância bélico-estratégica das fortificações menores que existiam na região. A fortaleza de Macapá, assim como o Forte do Príncipe da Beira, possuía 62 canhões e estava guarnecida por um regimento inteiro de infantaria<sup>88</sup>.

Mendonça Furtado foi o responsável pelo aumento significativo da guarnição de Macapá. Em 1753 a pedido dele chegaram ali dois regimentos de infantaria, um de Lisboa e outro da cidade de Belém a somarem com o regimento local e que deveriam defender a praça após o fim de suas obras<sup>89</sup>. No ano seguinte fundaram três regimentos de infantaria para Macapá sob o comando do Tenente Coronel Francisco Cordeiro da Silva Manso, o qual também tinha instruções para que se aplicasse rígida disciplina em benefício das culturas da terra e da lavoura.

Essa ação, dentre outras de Mendonça Furtado, nos dá a noção de o quanto a posição estratégica de Macapá era importante para garantir a

---

<sup>86</sup> SOUSA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brazil**. *RIHGB*. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.

<sup>87</sup> VIANNA, Arthur. **Município de Macapá**. In: Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo Nono. 1916.

<sup>88</sup> REIS, Artur César Ferreira. **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959. 1959. p. 27

<sup>89</sup> Em um alvará de 14 de novembro de 1752 de D. José para Mendonça Furtado o rei ordena que conforme consulta do Conselho Ultramarino de 23 de Outubro de 1752, se proceda à criação de dois Regimentos de Infantaria, um na Cidade do Pará e outro para a Fortaleza do Macapá, compostos por dez Companhias de cinquenta Praças cada, designando-se os respectivos oficiais superiores e menores, um Capelão, mantendo o mesmo cirurgião já está em funções de outros Regimentos da mesma Cidade, e devendo adotar-se as mesmas ordens para os Regimentos de Granadeiros, Engenheiros e Artilheiros, e em todas as fortalezas e postos adjacentes a Belém do Pará, destacando Parú, Gurupá, Pauxis, Tapajós, Rio Negro e Rio Branco. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 33, D. 3148.

expansão dos interesses coloniais em toda região do Grão-Pará. E em 1779 mandou que viessem dois regimentos de infantaria para o Grão-Pará, um para Belém e outro para Macapá<sup>90</sup>. Satisfeito com o aumento populacional de Macapá e com o progresso agrícola local o rei aprovava a criação ali de uma nova vila (de índios) e que atendesse a Macapá em alimentos e trabalhadores indígenas.

Em 1739, uma consulta do Conselho Ultramarino ponderava sobre os argumentos do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco. Ele indicara, assim como Mendonça Furtado, as condições que deveriam ser criadas para o sucesso de Macapá, dada a importância de se manter a posse sobre a margem norte do rio Amazonas<sup>91</sup>.

Já sob o governo de Mendonça Furtado na região, Portilho seria novamente acusado. Desta vez pelo governador, e a acusação era praticamente a mesma, realizar “descimentos voluntários com sua gente” e índios causando desordens no Sertão<sup>92</sup>.

Curiosamente, apesar de ter causado inconvenientes a Mendonça Furtado no Rio Negro, Portilho foi escolhido para liderar uma nova povoação, talvez por sua autoridade e proximidade com os indígenas locais, e o Lugar de Santana contou com a presença de Mendonça Furtado em sua criação no ano 1754<sup>93</sup>.

Segundo Ravena, Mendonça Furtado via nas aldeias missionárias uma das principais fontes de recurso para o efetivo sucesso dos propósitos metropolitanos na região. Ela cita um caso em que o governador solicitou das aldeias próximas ao Cabo Norte, 60 indígenas para auxiliarem na construção das casas dos primeiros colonos da Vila de São José de Macapá. No que o governador afirma terem retornado para suas aldeias mais de vinte e que os

---

<sup>90</sup> CAVALCANTI, Jarbas A. **Fortaleza de São José de Macapá**. 1973. [Acervo da Primeira Comissão Demarcadora de Limites - PCDL]

<sup>91</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 22, D. 2065.

<sup>92</sup> Carta do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para o rei D. José. Pará, 3 de novembro de 1753. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.35, D.3273.

<sup>93</sup> ARAUJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Universidade do Porto. 2. ed. Porto: FAUP, 1998. p. 267.

padres não estranhavam isso e logo os colocavam no trabalho lucrativo de coleta das drogas do sertão, que tanto enriquecia aquelas Ordens<sup>94</sup>.

Ou seja, esse e muitos conflitos de interesses entre as ordens missionárias e as autoridades portuguesas, como o citado acima, foram criando um clima de forte tensão que viria a resultar na expulsão dos jesuítas e mais tarde, de todas as outras ordens religiosas, cabendo assim, unicamente ao Estado organizar uma nova rede de abastecimento na América Portuguesa. O intento de Mendonça Furtado em transformar as aldeias missionárias em fonte de trabalhadores e suprimentos processou-se de forma conflituosa. Uma vez que ele não poderia impor-se ao forte poder das ordens missionárias, em especial os jesuítas em um primeiro momento.

Segundo Ferreira Reis, os indígenas da Amazônia possuíam uma enorme criatividade para as coisas de manufatura local. Oleiros, pescadores, caçadores, decoradores, tecelões e uma infinidade de coisas que os colonos e missionários foram incentivados a explorar por cartas régias. Alguns povos nativos possuíam padrões culturais fundamentais para a sobrevivência na região que logo foram compreendidos e adotados pelos primeiros colonos e soldados trazidos a região ainda no século XVII, e ainda no século XVIII essas habilidades dos indígenas eram fundamentais para o bom funcionamento da colônia<sup>95</sup>.

Desde a década de 1740 que o comércio das drogas do sertão trabalhava com coleta de gêneros exóticos para exportação, realizado pelos indígenas em meio a mata e organizado principalmente pelas missões, estava enfrentando o difícil problema da queda dos preços. Agravava-se assim a situação do sistema de produção e abastecimento das missões<sup>96</sup>. Mais

---

<sup>94</sup> RAVENA, Nívea. **“Maus vizinhos e boas terras”**: idéias e experiências no povoamento no Cabo Norte. In: GOMES, Flávio dos Santos. E BICALHO, Maria Fernanda B. (organizadores). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 70-71.

<sup>95</sup> REIS, Artur César Ferreira. **O realismo português no Descobrimento e na Exploração da Amazônia. Aspectos políticos, sociais e econômicos da expansão portuguesa. A preservação ante o apetite dos povos concorrentes. Identificação científica**. In: REIS, Artur César Ferreira. **A Amazônia que os Portugueses inventaram**. SECULT-Belém, 1994. p. 13-14.

<sup>96</sup> RAVENA, Nívea. **O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e Vila circunvizinhas**. In: MARIN, R. E. (org.). **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 29-52.



adiante, isso se complementaria com o projeto do índio-cidadão idealizado por Pombal como forma de utilizar o nativo como produtor, trabalhador e povoador<sup>97</sup>.

Ao contrário do que a historiografia sobre a Amazônia nos faz crer, quando lemos a respeito dos grandes projetos políticos realizados aqui no período pombalino. Ravena, afirma que havia um certo despreparo, improvisação, por parte das autoridades portuguesas no Pará. Por exemplo, quando da instalação das 432 colonos que vieram formar o núcleo de açorianos que serviram para a fundação da Vila de São José de Macapá em 1751, faltou transporte para as pessoas saírem de Belém para o Cabo Norte. A autora ainda afirma que destes, pela falta de indígenas remadores e canoas, foram enviados para região primeiramente 86 pessoas, sem médico e remédios, o que deixava Mendonça Furtado especialmente preocupado, por se tratar de um grupo composto na maioria por mulheres, crianças e velhos<sup>98</sup>.

Além da necessidade de garantir a posse do Cabo Norte através do sucesso da nova povoação, Macapá, Mendonça Furtado ainda precisava organizar de alguma forma o abastecimento da vila, uma vez que os colonos locais passaram a produzir arroz para exportação.

E é neste ponto que retornamos a Portilho. Segundo Ravena, a introdução de uma nova povoação efetuada com a fundação do Macapá junto da vinda de colonos açorianos foi um, dentre dois grandes experimentos realizados por Mendonça Furtado na década de 1750. O segundo seria a criação de um aldeamento não tutelado por ordens missionárias<sup>99</sup>.

Macapá já produzia milho, arroz, melancias, bananas e frangos em quantidade suficiente para enviar parte do que foi produzido para o

---

<sup>97</sup> SOUZA JÚNIOR, José Alves de. **O Projeto Pombalino para Amazônia e a “Doutrina do Índio-cidadão”**. In: Pontos da História da Amazônia. FILHO, Armando Alves; SOUZA JÚNIOR, José Alves; e NETO, José Maia Bezerra. 3ª Ed. Ver. Ampl.-Belém: Paka-Tatu, 2001.p. 35.54.

<sup>98</sup> RAVENA, Nívea. **“Maus vizinhos e boas terras”**: idéias e experiências no povoamento no Cabo Norte. In: Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). GOMES, Flávio dos Santos. E BICALHO, Maria Fernanda B. (organizadores) – Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 64-66.

<sup>99</sup> RAVENA, Nirvea. **“Maus vizinhos e boas terras”**: idéias e experiências no povoamento no Cabo Norte. In: Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). GOMES, Flávio dos Santos. E BICALHO, Maria Fernanda B. (organizadores) – Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 78-81.

abastecimento de Belém. Sendo que alguns dos principais produtores eram militares, que poderiam dispor de braços indígenas, e os demais contavam apenas com o trabalho familiar. Esse perfil de produção só foi possível devido a um controle sutil da coroa para a produção da vila<sup>100</sup>.

É possível que a experiência feita no Cabo Norte tenha servido de inspiração a Mendonça Furtado para a redação do Diretório dos Índios. Primeiramente, precisamos recordar, que por Instrução Real de 1751, ficava proibido que se realizasse aldeamentos sem a presença de missionários. Em todo caso, mesmo que burlando as ordens do reino, o governador pretendia criar um instrumento que lhe permitisse eliminar o atravessador de apresamento de mão de obra indígena, neste caso os missionários.

Como dito anteriormente, Mendonça Furtado Recorreu a Francisco Portilho de Melo, a quem o governador tratava como um criminoso, por este realizar descimentos ilegais. Ou seja, sem autorizações necessárias e sem a anuência de missionários. Em menos de três anos (entre 1751 e 1753), Portilho passaria de criminoso a colaborador de Mendonça Furtado. Inclusive atendendo o pedido de envio de indígenas<sup>101</sup>.

Essa “mudança”, figurada na pessoa de Portilho, um sertanista, não pode ser entendida de forma passiva. Não foi apenas Portilho a atender os interesses de um governador em disputas com os missionários responsáveis pelo controle da mão de obra indígena. Foi também o caso de um homem hábil, que soube perceber que com o novo governador haveria mudanças em como as coisas se organizavam na região. Assim, Portilho saía da clandestinidade, e aproveitando-se desta situação seria uma importante ferramenta no projeto de Mendonça Furtado e Pombal para a diminuição do poder missionário na região.

---

<sup>100</sup> MARIN, R. E. Acevedo. “**Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas. Açorianos no Cabo Norte Século XVII**”. In: BARROSO MACIEL, V. L. Açorianos no Brasil. Porto Alegre: Ed. Est., 2002. p. 43-66.

<sup>101</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963. 3v. Tomo I. p. 339.

## **A colonização do Cabo Norte durante a segunda metade do século XVIII.**

Durante a segunda metade do século XVIII, uma forte política de ocupação e povoamento foi implementada no Grão-Pará. Primeiramente, programou-se a vinda de casais açorianos para Macapá. Posteriormente, mais colonos seriam trazidos. Desta vez, Luso-Marroquinos para Vila Nova de Mazagão e novos casais de açorianos para Vila Viztosa de Madre de Deus. E, paralelamente isso visse a execução desse audacioso plano de colonização da região, através de incentivos reais, distribuição de sementes, produção de alimentos tanto para consumo interno como para exportação.

Segundo Marin, nas últimas décadas do século XVIII o sistema de exploração econômica, criado e desenvolvido pelas ordens missionárias do Grão-Pará é desmantelado. Passando a figurar na economia da região tão somente os empreendimentos tocados pelos colonos, logicamente que sobre os olhos do Estado. No entanto, esses empreendimentos assumiram uma enorme riqueza de combinações em se tratando de formas de trabalho (trabalho negro, indígena e remuneração soldada). A própria faceta desses colonos, era diversa, uns ricos, outros brancos pobres, ex-aldeados, negros fugidos viviam orbitando as vilas desses colonos produtores e com eles faziam trocas<sup>102</sup>.

Ainda segundo a autora, o padre João Daniel já havia indicado para as autoridades portuguesas o potencial agrícola das ilhas do delta amazônico e de Macapá, onde ele sugeria que se plantasse arroz para exportação além de algodão, mandioca, milho e feijão<sup>103</sup>.

As tropas do Cabo Norte dada sua posição de quase total isolamento, não tiveram o apoio de uma vila que os abastecesse de gêneros alimentícios. Tendo eles a necessidade constante de obter os próprios alimentos. Eram tidos como soldados “lavradeiros”. E apesar de haver uma grande militarização da

---

<sup>102</sup> MARIN, Rosa E.A. **Prosperidade e estagnação de Macapá Colonial: a experiência dos colonos.** In: GOMES, Flávio dos Santos; BICALHO, Maria Fernanda B. (organizadores). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX).** Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 33-34

<sup>103</sup> MARIN, Rosa E.A. **Prosperidade e estagnação de Macapá Colonial: a experiência dos colonos.** In: GOMES, Flávio dos Santos; BICALHO, Maria Fernanda B. (organizadores). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX).** Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 37.

área, ela deveria prosperar economicamente como concorrente direta da tão próxima Caiena. Sendo assim, muitos dos colonos obrigados a manter-se em uma disponibilidade compulsória, para que a qualquer momento viessem a atender as necessidades militares na região. Em 1773 foram criadas oito companhias de infantaria auxiliar com os moradores de Nova Mazagão e Vila Vistoza, ao passo que os moradores de Macapá eram divididos no terço de cavalaria auxiliar<sup>104</sup>.

Durante o período de construção da fortaleza de São José de Macapá (1764-1773), as autoridades priorizaram mais a obra que o melhor desenvolvimento econômico da região. Uma vez que os colonos eram requisitados constantemente para horas de serviço assim como seus escravos e indígenas além é claro de suas criações de animais e do resultado de suas colheitas. Somando-se a isso as convocações dos homens das vilas para tarefas militares, vemos um complexo quadro para a vila. O abastecimento de alimentos, que antes da obra gerava excedentes que eram inclusive enviados para Belém, agora era insuficiente dado a enorme presença de trabalhadores nas obras da fortaleza<sup>105</sup>.

São bastante lógicas as indicações de autoridades e padres para que se cultivasse arroz no Cabo Norte. A região possui muitas áreas alagadiças e é bastante rica em nutrientes no entorno do delta da bacia do Rio Amazonas. Dessa forma, a área tão afeita a cultura do arroz só precisava do devido incentivo para que se tornasse uma grande rizicultora ainda no século XVIII.

A ocupação dessa região se deu em torno da utilização das ilhas de agricultura, pequenas áreas onde se cultivava algo, isso ocorria no século XVII como forma de suprir minimamente as necessidades militares nos fortes e para suprir em alimentos as atividades do sistema missionário<sup>106</sup>.

---

<sup>104</sup> MARIN, Rosa E. A. **Prosperidade e estagnação de Macapá Colonial: a experiência dos colonos**. In: GOMES, Flávio dos Santos. E BICALHO, Maria Fernanda B. (organizadores). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 40.

<sup>105</sup> Em Julho de 1773, Vila Vistosa e Nova Mazagão recebiam amostras de arroz do reino. Que assim como em Macapá deveria ser produzido naquelas duas vilas e ser remetido para exportação na metrópole. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 71, D. 6034.

<sup>106</sup> MARIN, R. E Acevedo. **“Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas. Açorianos no Cabo Norte Século XVII”**. In: BARROSO MACIEL, V. L. **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Est., 2002. p. 43-66.

A cultura do arroz, apesar de farta na região, não figurou entre a alimentação padrão dos povos amazônicos que os europeus encontraram na região. Apesar de encontrarmos aqui um tipo selvagem do cereal. Estas espécies de arroz selvagem eram chamadas de “milho d’água” ou “capim de arroz”<sup>107</sup>.

Havia muito interesse em se produzir arroz na região. Primeiramente, não eram necessárias muitas pessoas para o cultivo. O arroz nativo crescia em grandes quantidades, sozinho no meio do mato gerando grande abundância como testemunho da fertilidade do solo. Disso informava em janeiro de 1772 Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, para Martinho de Melo e Castro<sup>108</sup>.

De acordo com Marin:

[...] Mandioca, feijão e milho eram alimentos destinados ao consumo interno; algodão e tabaco foram menos importantes na estatística agrícola. O arroz, importante na pauta de exportação, foi, em períodos críticos de falta de farinha, o substituto obrigatório na dieta alimentícia de remeiros e acompanhantes durante as demoradas expedições de colheita ou de demarcação das fronteiras. Mas é difícil precisar os cultivos e suas áreas<sup>109</sup>.

Através do censo realizado no Cabo Norte em 1808<sup>110</sup>, podemos perceber que esse arranjo de culturas permanecia muito parecido. Em torno de 80% dos 305 fogos existentes entre as duas vilas produziam arroz, algodão, milho, feijão e mandioca. A mandioca, vegetal nativo e muito presente na dieta dos indígenas, assumi aqui um importante papel na subsistência dos colonos.

Macapá e Mazagão, dadas as particularidades de seus processos de colonização, e por serem vilas estratégicas e militares, a primeira para guarnecer a fortaleza e a segunda como reforços para Macapá. Com o passar dos anos, vão gradativamente ganhando maior importância agrícola. Dado o potencial de suas produções para a economia da região.

<sup>107</sup> SOARES, Juliana de Moraes; BORTOLOTTI, Ieda Maria. **ETNOBOTÂNICA DE *ORYZA GLUMAEPATULA* STEUD. E *ORYZA LATIFOLIA* DESV. (POACEAE) NA BORDA OESTE DO PANTANAL, MATO GROSSO DO SUL, BRASIL**. Corumbá: ECOA/UFMS, 1998. 33p. Relatório.

<sup>108</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 67, D. 5793.

<sup>109</sup> MARIN, Rosa E. Acevedo. **Prosperidade e estagnação de Macapá Colonial: a experiência dos colonos**. In: GOMES, Flávio dos Santos; BICALHO, Maria Fernanda B. (organizadores). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999. p. 78.

<sup>110</sup> MARIN, Rosa E. Acevedo. **“Censo de Macapá” (Transcrição)**. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém, 1995. p. 179-219.

## Segundo Capítulo: Uma Tentativa de análise demográfica.

Neste capítulo irei abordar brevemente algumas questões que já foram tratadas no primeiro capítulo. No entanto, buscarei principalmente fazer descrições densas da população a partir de um conjunto de listas e de censos primitivos. Partindo da ideia de que o antropólogo, e em nosso caso o historiador, deve descrever seus estudos e seu objeto de estudo em suas mais diversas particularidades, levando em conta todos os pequenos fatos que cercam a vida social. Não os fatos em si, mas a ação social destes fatos.

Nesse sentido busquei apurar ao máximo as informações retiradas de diversas listas. Esta forma de trabalhar com as listas me deu diversas informações demográficas sobre população de mazaganistas desde a África até as primeiras décadas de sua residência no Pará. Utilizarei especificamente as listas de 1769; 1770; os envios de canoas de mazaganistas para o Cabo Norte; o Censo do Pará de 1778; as investigações complementares sobre o estado da população de Nova Mazagão em 1778; e o Censo de Mazagão e Macapá de 1808.

As listagens de 1769 são dois enormes documentos trazendo relações de todas as famílias e indivíduos que foram da Mazagão Marroquina para Lisboa<sup>111</sup> e um livro de registro constando os valores de salários atrasados e indenizações que cada família deveria receber<sup>112</sup>.

Já as listagens de 1770, diferente da de 1769, apresenta de todas as pessoas oriundas de Mazagão que chegaram ao porto de Belém vindas de Lisboa e divididas em várias embarcações<sup>113</sup>. Ou seja, não é uma lista completa com todas as famílias como as duas do ano anterior e sim várias pequenas listagens de pessoas embarcadas em navios.

As listagens seguintes que foram consultadas são uma compilação de vários documentos encontrados no Códice 290 do Arquivo Público do Estado do Pará<sup>114</sup>. Elas compõem uma relação de todas as famílias envidadas de

---

<sup>111</sup> Relação das famílias que vieram da praça de Mazagão em 11 de março de 1769. AHU – cód. 1784.

<sup>112</sup> Livro de registro do vencimento a fazer na corte e no Grão-Pará ás famílias de Mazagão que se vão estabelecer nesta capitania. AHU. Cod. 1991

<sup>113</sup> Livro de vencimentos das famílias de Mazagão (1770). 142 páginas. APEP – Cod. 208.

<sup>114</sup> Relações anexas do códice 290 do APEP. In: **Anais do Arquivo Público do Pará**, Belém, V1, T.1, 1-332, 1995.

Belém para Nova Mazagão entre 4 de maio de 1770 até 16 de novembro de 1771.

Já para o ano de 1778 parece haver um volume maior de informações uma vez que temos o “Recenseamento Geral do Pará<sup>115</sup>” com mapas populacionais detalhados de todas as vilas e povoados bem como a de Nova Mazagão. E como resposta aos questionamentos levantados pelas informações do recenseamento outros dois documentos foram elaborados. Um é uma investigação complementar feita em todo o Pará ainda em 1778 pelo capitão Severino Euzébio de Matos e que localizou todas as pessoas de Mazagão que ainda não haviam sido enviadas para Nova Vila<sup>116</sup> e outra foi feita por Manoel Gama Lobo da Almada na Vila e vizinhança<sup>117</sup>.

E por fim o “Censo de Macapá” (e Mazagão)<sup>118</sup>. Este por sua vez é diferente das outras listagens utilizadas, com exceção do Recenseamento Geral do Pará de 1778, ele não é uma listagem simples. Apresenta uma organização única entre as fontes utilizadas. No que cabe destacar o fato de não listar as esposas e de apresentar toda a descrição das famílias em um texto corrido.

### **O histórico da população e circunstâncias da migração**

Em 11 de março de 1769, após meses de um último e cansativo cerco, a Praça-Forte de Mazagão na África foi evacuada. O abandono dessa fortaleza já estava sendo planejado desde dezembro de 1768. Mas a execução da ordem de retirada só foi realizada no início do ano seguinte. Por muitas décadas os mazaganistas se orgulharam de não submeter-se aos mouros defendendo a bandeira portuguesa e a cristandade. A causa dessa retirada foi justamente um cerco militar planejado por um sultão muçulmano, Mulah Mohamed ou Sidi

---

<sup>115</sup> Carta de 22 de Junho de 1781. Barcelos [Rio Negro] - João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo os mapas anuais da população das Capitanias do Estado do Pará e Rio Negro, de 1778 a 1781. Anexos: Mapas. AHU\_ACL\_CU\_013, CX.94, D. 7509 (Projeto Resgate).

<sup>116</sup> “Relação de todas as famílias e pessoas de Mazagão (...) no Pará”. 1º de dezembro de 1778. AHU. Cod. 1790.

<sup>117</sup> “Relação dos mazaganistas estabelecidos em vila nova de mazagão e suas vizinhas, e uma individual e particular informação relativa a cada família”, por Manoel Gama Lobo da Almada em 31 de dezembro de 1778. AHU\_ACL\_CU, Cod. 1257.

<sup>118</sup> Transcrito na íntegra em Anais do Arquivo Público do Pará, Belém, V1, T.1, 1-332, 1995.

Mohamed ben Abdallah, de Marrakesh. Esse sultão *mouro* reuniu um exército de 75 mil soldados e 44 mil sapadores para expulsar os mazaganistas de sua fortaleza<sup>119</sup>. Em 1769 a população de Mazagão não passava de 2092 pessoas (1497 adultos, e 595 crianças)<sup>120</sup>. Mendonça Furtado foi o grande articulador na decisão de se evacuar Mazagão e depois em enviá-los ao Grão-Pará além de auxiliar na logística que os receberia.

O abandono da praça-forte de Mazagão não se deve unicamente à inferioridade de seus defensores se comparados aos mazaganistas de outras épocas, que por várias vezes puseram exércitos mouros numericamente muito superiores aos seus bater em retirada. A técnica dos mazaganistas nesse caso era um fulminante ataque de cavalaria<sup>121</sup> que assustasse as tropas inimigas e no caso de falha dessa primeira estratégia se utilizavam do cerco feito contra si e aproveitavam as muralhas da cidade. Durante as duas últimas décadas de sobrevivência de Mazagão na África, todo o Império português passa por profundas transformações. Essas mudanças eram capitaneadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, mais conhecido por seu título de nobreza tardio, Marquês de Pombal, que veio a se tornar o mais influente e poderoso ministro de Portugal durante o reinado de D. Jose I (1750-1777)<sup>122</sup>.

É nesse contexto que a decisão de abandonar a Praça de Mazagão se insere. A fortaleza foi evacuada de forma extremamente organizada apesar de estar em cerco de guerra. Os mazaganistas nada queriam deixar para os seus inimigos infiéis e enquanto partiam para Lisboa ainda implodiram parte da fortaleza matando algumas centenas de *mouros*<sup>123</sup> os quais foram enviados de passagem para Lisboa, e em seguida deixaram de ser os defensores da cristandade em terras muçulmanas e passariam a ser povoadores da fronteira norte da América Portuguesa. Para Ciro Flamarion Cardoso o povoamento no

<sup>119</sup> VIDAL, Laurent. **Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico do Marrocos à Amazônia (1769-1783)**. São Paulo. Martins: 2008. Pp15-50.

<sup>120</sup> A.H.U. cod. 1784. [Relação das Famílias que vieram da Praça de Mazagão]. 11 de Março de 1769. Fls 34v, imagem 0098.

<sup>121</sup> Em 1760 a tropa de Mazagão era constituída por artilharia, cavalaria e infantaria. A artilharia, formada por um conjunto de 40 a 50 homens, comandada pelo Sargento-Mor Luis da Fonseca Zuzarte. A cavalaria era comandada pelo Adail Diogo Pereira Português, que faleceu no ultimo cerco em 1769, e continha 200 cavalos divididos em 6 companhias dirigidas por capitães. O chefe da infantaria era o mestre de campo Mateus Valente do Couto que comandava 600 homens divididos em 6 companhias. VIDAL, Laurent. Op. Cit.. PP. 24-25

<sup>122</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. 2ª ed. [Rio de Janeiro] : Paz e Terra, [1997]. p.39.

<sup>123</sup> VIDAL, Laurent. Op. cit.. PP. 47-48.



Grão-Pará não teve tantos incentivos na região até a segunda metade do século XVIII, Sendo sua principal fonte de povoadores os soldados que deixavam o serviço militar, se uniam às índias e pleiteavam sesmarias<sup>124</sup>.

No Norte da África, a região via em torno da Fortaleza de Mazagão e seus arredores seus moradores lusos passando por grandes apuros. Com a diminuição dos auxílios vindos da Corte nas primeiras décadas do século XVIII, vemos lentamente a degradação da fortaleza e de sua população. Segundo Laurent Vidal:

A situação de Mazagão se deteriora fortemente durante os anos de 1760. Deve-se dizer que o apoio de Lisboa vai rareando a cada dia e torna-se especialmente irregular. A fronteira da África do Norte não é mais de fato um alvo político para Portugal, doravante totalmente concentrado no Brasil, cujas fronteiras estão ameaçadas ao sul e ao norte e cujas remessas de ouro estão em nítido decréscimo [...].<sup>125</sup>

Por outro lado, desde a década de 1740 que o comércio das drogas do sertão (trabalho de coleta e de gêneros exóticos para exportação), realizado pelos indígenas em meio à mata e organizado principalmente pelas missões, estava em crise com a constante queda dos preços. Agravava-se assim, a situação do sistema de produção e o abastecimento das missões<sup>126</sup>. Posteriormente, o projeto do índio-cidadão,<sup>127</sup> idealizado por Pombal, iria ser complementar, de tal modo, que poderia utilizar o nativo como trabalhador, produtor e povoador. Com a expulsão dos jesuítas e mais tarde das outras ordens religiosas, cabia unicamente ao Estado organizar uma nova rede de abastecimento na América Portuguesa.

A Metrópole formalizou uma política indigenista que tinha os povos indígenas como importante reforço ao contingente populacional da região. A “liberdade” do indígena já indicava uma suposta autonomia secularizada desses povos, além de que tirava das ordens religiosas o poder sobre eles e

<sup>124</sup>CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1917**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 102.

<sup>125</sup> VIDAL, Laurent. Op. Cit. PP 37.

<sup>126</sup> RAVENA, N. **O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e Vila circunvizinhas**. In: ACEVEDO MARIN, R. E. (org.). **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFGA, 1998, p. 29-52.

<sup>127</sup> SOUZA JR, José Alves de. **O Projeto Pombalino para Amazônia e a “Doutrina do Índio-cidadão”**. In: **Pontos da História da Amazônia**. FILHO, Armando Alves; SOUZA JR, José Alves de; e NETO, José Maia Bezerra. 3ª Ed. Ver. Ampl.-Belém: Paka-Tatu, 2001.pp 35.54.

previa a punição dos colonos portugueses que insistissem em escravizá-los. Ou seja, era necessário que os colonos fizessem dos indígenas seus “índios-colonos” e em 1755 a transformação dos lugares de índios mais populosos em vilas, com lideranças indígenas, deixava os nativos a beira de uma plena cidadania portuguesa<sup>128</sup>, ao menos oficialmente.

De certa forma a assimilação dos indígenas na cultura e sociedade colonial da segunda metade do século tentada pelo governo português era um elemento que não se pode ignorar como parte de uma política populacional ou de povoamento. Uma vez que a grande depopulação ocorrida após a expulsão das ordens missionárias se tornou uma enorme preocupação para as autoridades portuguesas, entre outros indicativos<sup>129</sup>.

Este aspecto da política indigenista apresentada por Pombal foi criado de forma a estimular a produção e o comércio de produtos regionais, assim como o cultivo nas propriedades particulares também foi incentivado, tendo em vista a potencialização do comércio na região.

É importante observar que não havia a preocupação dos moradores em desenvolver uma produção para o mercado consumidor interno, preocupavam-se principalmente com o cultivo de produtos exportáveis, como o cacau, por exemplo. Isto contribuiu significativamente para certo declínio econômico da região. A expectativa criada em torno da transformação dos povos indígenas em cidadãos portugueses, foi mal malograda. O esforço dado pela Metrópole não surtiu o resultado esperado, como bem revelou anteriormente o Ouvidor Sampaio. Os colonizadores viram os índios trabalhando e vivendo como os brancos, mas nunca viram os índios pensando como brancos<sup>130</sup>.

Segundo Cardoso, referindo-se a sua análise demográfica da população do Pará em 1778 e destacando as especificidades de Mazagão e Macapá, a autora sugere que um estudo mais pormenorizado deva ser feito sobre os

---

<sup>128</sup> SOUZA JR, José Alves de. **Tramas do cotidiano. Religião, Política, Guerra e Negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a companhia de Jesus e a política pombalina.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2009. 138-144

<sup>129</sup> COELHO, Mauro Cezar. **Do Sertão para o Mar – Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798).** Universidade do Estado de São Paulo. 2005. p. 260-261

<sup>130</sup> ALVES, Dysson Teles. **Urbanização e Cultura na Amazônia do século XVIII: índios e brancos em Barcelos.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas. MANAUS, 2010.

aspectos peculiares do povoamento e da colonização naquela região<sup>131</sup>. Levando-se em consideração o contexto específico da faixa da Costa Setentrional do Pará, que compreendia as vilas de Macapá, de Mazagão e de Vistosa de Madre de Deus<sup>132</sup>. Logo a decisão do Conselho Ultramarino, de levar tantos novos colonos para a área, indica um grande interesse de melhor estabelecer um forte complexo populacional no entorno de Macapá.

Mendonça Furtado, já estando incumbido de organizar os migrantes no Pará optou por enviar moradores da fortaleza de Mazagão no Norte da África para servirem como defensores da fronteira norte da América Portuguesa. Por isso escolheu para a morada destes colonos o rio Mutuacá, por ser relativamente próximo à Macapá e Vila Vistosa de Madre de Deus, com quem deveria unir forças na defesa da fronteira com Caiena<sup>133</sup>. A própria decisão de se manter o nome “Mazagão” para a nova vila parece ter um apelo pessoal para Mendonça Furtado e Pombal, pois os Carvalhos foram os governadores quase ininterruptamente daquela fortaleza luso-marroquina por quase duzentos anos<sup>134</sup>.

A localidade recebeu o estatuto de “Vila”, com a denominação de “Vila Nova de Mazagão” em 23 de Janeiro de 1770. Enquanto o tracejado da futura povoação ainda era planejado por Inácio de Castro Moraes Sarmento<sup>135</sup>. Os mazaganistas só iniciaram o desembarque em Belém no dia 11 de Janeiro de 1770, vindos de Lisboa<sup>136</sup>. E apenas no dia 4 de abril do mesmo ano iniciaram os transportes dos colonos mazaganistas para a Nova Vila.

Para obter o estatuto de Vila e os privilégios oriundos desta categoria de povoação, na maioria dos casos significava ter-se construída uma mínima estrutura urbanística como uma igreja, cadeia e pelourinho além de uma

---

<sup>131</sup> CARDOSO, Alanna Souto; Universidade Federal do Pará. **Apontamentos para história da família e demografia histórica da capitania do Grão-Pará (1750-1790)**. 2008. 257 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2008. P. 88.

<sup>132</sup> CARDOSO, Alanna Souto. **Op. Cit.** p. 87.

<sup>133</sup> “Livro de registro de ordens régias para o Maranhão, Grão-Pará, Grão-Pará e Piauí, da Secretária de Estado da Marinha e Ultramar (1768-1771)”, fl. 24v. (carta de 16 de março de 1769).

<sup>134</sup> ARAUJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Universidade do Porto. 2. ed. Porto: FAUP, 1998. P.270-271

<sup>135</sup> MUNIZ, João de Palma. **Op. Cit.** PP. 511.

<sup>136</sup> Ofício de Mateus Valente do Couto para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 11 de janeiro de 1770. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 65, D. 5583.

considerável população. Em Nova Mazagão ignorou-se a estrutura urbanística, que estava planejada para ainda ser erguida, e a presença de colonos, que ainda não estava presente.

Desde o início da expansão portuguesa um elemento era fundamental para a transformação de uma simples feitoria comercial. Construir fortificações significava dar passos gigantescos no sentido de criação de um espaço urbano colonial, a criação de uma vila<sup>137</sup>. Nova Mazagão não teria sua teia urbana construída ao redor de uma fortificação, embora uma fortaleza cheia de glórias povoasse a mente de muito de seus habitantes. Sua estrutura seria constituída dentro dos parâmetros dos iluministas da época pombalina. Em outras palavras, Nova Mazagão obteve o estatuto de Vila antes mesmo de ter um único colono, já que os antigos moradores indígenas haviam se mudado, era uma Vila antes de ter pessoas, sem sua população.

O caso de Mazagão é apenas um exemplo de uma política populacional que se vinha tentando executar na região desde o início da Conquista, mas que em diversas oportunidades não alcançou plenamente os resultados esperados. No entanto, é inegável que a partir da época de Pombal se intensifica a imigração para a Amazônia e em particular para o Cabo Norte<sup>138</sup>. Nesse período, o imigrante português era quase sempre identificado como açoriano, os “povoadores”. Segundo Rosa Acevedo, a imigração no século XVIII para o Grão-Pará foi feita pelos açorianos e mazaganistas com grande articulação entre o povoamento e projetos geopolíticos e mercantilistas<sup>139</sup>.

Como os mazaganistas eram povoadores e a administração colonial se comprometeu provisoriamente com a sua “tutela” enquanto colonizadores, eles estavam constantemente dando gastos ao Erário Régio e a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão<sup>140</sup>. Então além de povoadores esses

---

<sup>137</sup> ARAUJO, Renata Malcher de. Op. Cit. P.26.

<sup>138</sup> Isso fica bem visível e diversos documentos como os a seguir: AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 44, D. 3995; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 42, D. 3857; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 47, D. 4325; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 49, D. 4494; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 50, D. 4551; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 50, D. 4581; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 50, D. 4589; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 51, D. 4635; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 56, D. 5095; AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 61, D. 5428.

<sup>139</sup> MARIN, R. E. A. “**Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas. Açorianos no Cabo Norte Século XVII**”. In: BARROSO MACIEL, V. L. **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Est., 2002. p. 43-66.

<sup>140</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 65, D. 5631. OFÍCIO do provedor da Fazenda Real Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, para o Conde de Oeiras sobre os pagamentos feitos às famílias

mazaganistas deveriam ser defensores da fronteira, uma vez que tinham bastante experiência militar. Quem melhor para povoadores de uma fronteira disputada do que habitantes de uma região cercada de ameaças? Este era o caso do Marrocos lusófono durante todo o século XVIII, uma área sitiada. De certa forma, cada mazaganista era um combatente em potencial, como foram na África. A construção de Vila Nova Mazagão foi planejada de forma a poderem auxiliar militarmente a praça-forte de Macapá e Vila Vistosa de Madre de Deus<sup>141</sup>, o que com o tempo e as dificuldades de locomoção não se mostrou muito eficaz.

A fundação de Vila Nova de Mazagão e Vila Vistosa de Madre de Deus, como área satélite de Macapá foi a última ação de um “Projeto de Estado” que via a necessidade de remoldar a estrutura urbanística existente na Amazônia<sup>142</sup>. Durante o século XVIII foram fundadas 62 freguesias (ver Figura 1) grande parte delas estruturadas a partir de missões e aldeias administradas anteriormente pelos missionários. Como política, Pombal ordenou que essas localidades fossem elevadas a condição de vilas e por seguinte receberam denominações de cidades portuguesas, o que seria feito por Mendonça Furtado<sup>143</sup>.

---

vindas de Mazagão, através dos empréstimos solicitados aos administradores da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Os administradores da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, Gonçalo Pereira Viana e Antonio Coutinho de Almeida, satisfizeram as famílias de Mazagão com um pagamento parcial de suas dívidas no valor de 46 contos, 550 mil, 649 réis por letra passada em presença do Tesoureiro de Erário Régio, Joaquim Inácio de Roiz, registrada nos livros do Erário Régio no dia 30 de março de 1770. Pará, 30 de março de 1770.

<sup>141</sup> VIDAL, Laurent. op. cit. p. 94.

<sup>142</sup> ARAUJO, Renata Malcher de. Op. Cit. P. 270.

<sup>143</sup> ARAUJO, Renata Malcher de. Op. Cit. P.17 E TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.



A partir dessas fundações de vilas ordenou-se um novo quadro na região, o antigo sistema que se estruturou em torno das atividades das missões e aldeias deu origem a um novo sistema de controle territorial que, “se apoiava em pelo menos quatro elementos: as fortificações; o povoamento nuclear; a criação de unidades administrativas; e o conhecimento geográfico do território”<sup>145</sup>. Ou seja, tanto a proteção das fronteiras, as demarcações de limites e o planejamento urbano estavam em consonância direta com o que veio a se chamar de Política Pombalina e nenhum desses elementos pode ser entendido em desarmonia com os outros.

Visivelmente esta transformação das antigas missões em novas vilas foi somente formal, porque o que de fato foi uma simples desestruturação da organização produtiva dos religiosos. Como reflexos diretos disso no esvaziamento populacional que ocorreu em diversos núcleos do vale do rio Amazonas e a permanência de uma população ínfima que apenas sobrevivia em uma associação da economia de subsistência com a economia de trocas locais<sup>146</sup>.

### **Quem saiu da Fortaleza de Mazagão (listas de 1768)**

Após os últimos momentos do cerco de inimigos muçulmanos, os mazaganistas finalmente se retiraram de sua cidade no fim do ano de 1768. A população da Fortaleza Marroquina contava nesta ocasião com 2092 pessoas divididas em 426 famílias e 282 pessoas que não faziam parte de famílias. Dentro dessas famílias ainda encontramos 51 escravos (21 homens e 30 mulheres), uma agregada, 5 criados e 5 enjeitados<sup>147</sup>.

A grande maioria dessas pessoas “sem famílias” era do sexo masculino, a qual correspondia a 233 pessoas, praticamente todas eram vinculadas ao serviço de defesa da fortaleza. No caso das mulheres, não ouve qualquer menção as suas ocupações. Do total de 49 mulheres, apenas oito eram viúvas

---

<sup>145</sup> MACHADO, L. O. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Barcelona, 1989. Tese (Doutorado), Universidade de Barcelona. 512 p.

<sup>146</sup> ACEVEDO, R. E. A. M. “Histórico do povoamento da Amazônia brasileira”. In: HÉBETTE, J. et al. (coord.). **Natureza, tecnologia e sociedade: a experiência brasileira de povoamento do trópico úmido**. Belém: NEA, 1985. pp. 14-20. (Série Documentos GIPCT).

<sup>147</sup> Montado a partir do códice avulso do Arquivo Ultramarino “Relação das famílias que vieram de Mazagão, 1769”. AHU\_Cód. 1784.

e, como todos os outros sem famílias, não estavam arroladas com qualquer pessoa. Dentre os homens havia apenas um viúvo<sup>148</sup>.

Das 2092 pessoas da contagem, aproximadamente 29% apresentavam alguma indicação sobre suas ocupações. Essas pessoas eram todas do sexo masculino, dentre os quais, apenas 9 indivíduos tinham ocupações diferentes de patentes. Identificamos também 8 religiosos, sendo 6 padres e 2 padres frei<sup>149</sup>. Dentre os indicativos de ocupação, ainda temos 45 homens classificados como “incapaz”, a grande maioria cabeças de família de idade avançada, superior aos 50 anos, apenas 2 tinham idade inferior a essa. Ainda assim, esses “incapazes” são um indicativo da brutalidade nos conflitos existentes com os mouros e berberes, apenas 4 deles não haviam sido soldados e os 2 incapazes, com menos de 50 anos, também haviam sido soldados.

O cabeça de família João de Souza, de 30 anos, é um exemplo dessa relação de conflitos, pois havia sido recém resgatado do cativo mouro<sup>150</sup>. Ainda que os confrontos diretos tenham sido menos frequentes no século XVIII, se comparado aos séculos anteriores, e que tenham ocorrido algumas trocas comerciais com os mouros, isso não os tornava menos marcantes na vida daquela comunidade<sup>151</sup>.

Quase 60% dos homens aptos para guerrear ou servindo diretamente como soldados, com tanta força militar acostumada a defender a fortaleza, deve ter sido muito desagradável à população abandonar a sua cidade, nesse caso, fica claro o predomínio da população masculina. Essa tendência se mantém também em relação aos cabeças de família onde 368 (86,59%) são do sexo masculino e 57 (13,41%) do sexo feminino.

Havia 603 pessoas casadas, 305 do sexo masculino e 298 do sexo feminino. O fato de o número de homens casados ser superior ao de mulheres casadas pressupõe que havia homens não acompanhados de suas esposas, estando de passagem pela cidade nas proximidades de sua evacuação.

<sup>148</sup> Montado a partir do códice avulso do Arquivo Ultramarino “Relação das famílias que vieram de Mazagão, 1769”. AHU\_Cód. 1784.

<sup>149</sup> Eram um médico; um cirurgião; um escrivão; um oficial da vedoria; um escrivão dos registros da vedoria; um escrivão da vedoria; um fiel dos armazéns e dois meirinhos. Livro de vencimentos das famílias de Mazagão (1770). AHU\_Cód. 1784.

<sup>150</sup> AHU\_Cód. 1784.

<sup>151</sup> ASSUNÇÃO, Paulo. **Mazagão: cidades em dois continentes**. USJT - ARQ.URB - Número 2/ segundo semestre de 2009.



Agostinho Francisco era um soldado de 50 anos que estava servindo em Mazagão, apesar de casado, ele não vivia com sua esposa naquele momento. Assim como ele, Álvaro Botelho, de 22 anos, também era casado, mas vivia sozinho na fortaleza<sup>152</sup>.

Infelizmente, as listagens só trazem essa informação, o que não explica a ausência das esposas. Estes homens poderiam ter sido degredados para o Marrocos e deixado suas famílias para trás, ou quem sabe suas esposas podem ter sido vítimas de degredo de Mazagão para outras localidades. Como toda região de fronteira, Mazagão acabava sendo rota para viajantes, muitos dos quais se fixavam na cidade, como se pode ver a baixo em uma contagem incompleta sobre a naturalidade dos mazaganistas (ver Tabela 1).

Segundo Maristela Toma:

A pena de degredo foi uma forma de punição largamente utilizada em Portugal. Peça central do aparelho punitivo português durante todo o período moderno, era através dela que se punia uma ampla variedade de crimes. Também por meio dela, a Coroa portuguesa realizava uma espécie de alquimia que transformava ônus em utilidade. Para além do afastamento, a pena de degredo previa o aproveitamento do condenado. Seja no caso do degredo interno, presente na legislação foraleira desde o século XIII, ou do degredo externo, que ganha fôlego a partir do século XV ou do degredo nas galés, é possível notar a presença de uma lógica utilitarista que se acentua à medida em que se investe na construção do império colonial<sup>153</sup>.

Ou seja, a Coroa Portuguesa sempre teve bem clara a ideia de melhor aproveitar os degredados<sup>154</sup>. Sendo assim, é fácil entender como durante todo o período colonial foram comuns penas de degredo de até oito anos para Mazagão no Marrocos<sup>155</sup>. No entanto, ainda resta uma possibilidade, a de que não só soldados tenham sido capturados nos conflitos com os mouros, mas também que mulheres tenham sido levadas. Vale frisar que encontramos apenas duas ocorrências como essa: Antonia de Jesus (36 anos) era casada

<sup>152</sup> AHU\_Cód. 1784.

<sup>153</sup> TOMA, Maristela. **A PENA DE DEGredo EM PORTUGAL**. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

<sup>154</sup> CUNHA, Mafalda Soares de Cunha. **Governo e Governantes do Império português do Atlântico (século XVII)**. In: BICALHO, Maria Fernanda. E FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). **Modos de Governar: Idéias e práticas no Império Português – séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.

<sup>155</sup> BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. **O Brasil Setecentista como cenário de Bigamia**. P. 301-311. In: **Estudos em Homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos**. Vol. 1. SILVA, F. Ribeiro da, CRUZ, M. Antonieta, RIEBEIRO, H. Osvald.(Orgs.) Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

com João Barreto da Fonseca (60 anos), com o abandono da Mazagão marroquina, Antonia foi identificada como “veio de resgate”, condição esta que estava também para Maria da Conceição (26 anos), casada com o cavaleiro João Monteiro (36 anos) <sup>156</sup>. Nesse sentido, a existência de esposas ausentes na fortaleza poderia ser explicada pela ocorrência de raptos de mulheres durante os ataques mouros.

**Tabela 1: Origem do cabeças de família de Mazagão em 1768-69<sup>157</sup>**

<b>Local</b>	<b>Número de cabeças de família</b>	<b>Local</b>	<b>Número de cabeças de família</b>
Lisboa	36	Mazagão	9
Alenquer	1	Nação Maometana	2
Alentejo	1	Penisse	1
Algarve	8	Portalegre	1
Beira	4	Santarém	1
Ilha de Açores	45	Temar	1

Esta tabela, que como disse acima, é incompleta, mas nos dá uma ideia sutil de como podia ser “cosmopolita” essa extrema fronteira do Império Português. Com diversas culturas convivendo e ainda assim tendo seus momentos de tensão. Nela temos também várias regiões de Portugal e chefes de família de “nação maometana”, o que reforça o aspecto de que nem todas as relações como os mouros eram de conflito. Chefes de família mouros vivendo dentro da fortaleza poderiam significar um grande perigo ou mesmo um trunfo, servindo como moeda de troca estratégica em determinada situação.

Quando se pensa na possibilidade de identificação étnica, corre-se um enorme risco ao buscar caracterizar grupos culturais como fechados e estáticos no tempo ao buscar uma filiação, um nome ou um recorte geográfico em particular. A questão não é tão simples. Os registros históricos fornecem diversas pistas que servem para este tipo de identificação, no entanto, temos que atentar para o fato de que os indivíduos são acionados conforme seus

<sup>156</sup> AHU\_Cód. 1784.

<sup>157</sup> Montado a partir do códice avulso do Arquivo Ultramarino “Relação das famílias que vieram de Mazagão, 1769”. AHU\_Cód. 1784.

interesses próprios e os de outros indivíduos envolvidos na questão, assim como o momento histórico no qual estão inseridos<sup>158</sup>.

Sobre a composição dos domicílios, optamos pelo modelo proposto por Eni Mesquita<sup>159</sup> uma vez que esta autora tem sido bastante utilizada em trabalhos de demografia histórica no Brasil, como uma solução encontrada para acolher na análise os escravos e agregados tão comuns na vida colonial brasileira e que por sua vez não eram atendidos pelo modelo de Peter Laslet<sup>160</sup>.

A estrutura dos domicílios de Mazagão neste momento é caracterizada por grupos pequenos, uma média de 4,5 pessoas por domicílio<sup>161</sup>. Juntamente a isso pode-se verificar o predomínio de famílias nucleares (55,93%). Este quadro reforça o fato de que por trás dos muros da fortaleza, as famílias buscavam garantir sua subsistência, principalmente a partir da décadas de 1740, quando o apoio de Lisboa se tornou menos frequente<sup>162</sup>. Nesse caso, grupos domiciliares menores e organizados em torno de famílias também menores e mais simples se tem mais chance de garantir a sua subsistência dentro das terras de uma fortaleza que por si só já limita a capacidade de produção de alimentos e criação de animais.

**Tabela 2: A estrutura dos domicílios de Mazagão em 1768-69<sup>163</sup>**

<b>Categorias</b>	<b>Classes</b>	<b>Número</b>	<b>Porcentagem da categoria</b>	<b>Porcentagem da classe</b>
Singulares	Indivíduo só	14	3,26%	3,26%
Desconexas	Indivíduo com escravos e agregados	44	10,25%	18,64%
	Casal com escravos e agregados	36	8,39%	
	Fogos com chefe ausentes	1	0,23%	
Nucleares	Casal	72	16,78%	55,93%
	Casal com filhos e netos ou composições	83	19,34%	
	Indivíduos com filhos e netos ou composições	85	19,81%	

<sup>158</sup> LUVIZOTTO, CK. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p.

<sup>159</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família na Sociedade Paulista do Século XIX: 1800-1860*. São Paulo, 1980. E SAMARA, Eni de Mesquita. *A Constituição da Família na população Livre: São Paulo no Século XIX*. Águas de São Pedro, ABEP, 1984.

<sup>160</sup> FREITAS, José Luiz de. *Família e domicílio uma proposta de conceituação e categorização*. SPEFPPB (Seminário Permanente de Estudos da Família). São Paulo: IPE-USP/ANPUH, S/D. 25 p.

<sup>161</sup> AHU\_Cód. 1784.

<sup>162</sup> VIDAL, Laurent. Op. Cit. PP. 30-37.

<sup>163</sup> AHU\_Cód. 1784.

Extensas	Casal com parentes	31	7,22%	20,03%
	Casal com filhos e netos ou composições e parentes	31	7,22%	
	Indivíduos com filhos e netos ou composições e parentes	24	5,59%	
Aumentadas	Indivíduo com filhos netos e parentes mais agregados e escravos	3	0,69%	1,85%
	Casal com filhos, netos e parentes mais agregados e escravos	5	1,16%	
Fraternas	Domicílio sem chefe com vários parentes ou não	0	0%	0%
	Domicílio sem chefe com vários parentes ou não mais escravos e agregados	0	0%	
Total		429	100%	100%

Quanto aos cabeças de família, de ambos os sexos, eles tem idade média de 43,5 anos. Os cabeças de família mais jovens são Jose Antonio da Cruz e Sebastião Rodrigues ambos de 12 anos e o mais velho é Jose Coutinho, homem incapaz, de 81 anos. A idade média dos cabeças de família do sexo masculino era um pouco menor 43,2 anos. 302 eram casados e 66 não apresentavam essa informação. E no total, apenas 35 não tinham ocupações militares<sup>164</sup>.

**Tabela 3: Ocupação dos cabeças de família do sexo masculino<sup>165</sup>.**

Vigia da torre	1	Cavaleiro	44	Sapateiro	1
Ajudante	1	Cirurgião	1	Sargento	2
Alfaia	1	Condestável	3	sargento de navio	1
Alferes	15	condestável da artilharia	1	sargento mor de infantaria	1
alferes agregado	1	Escrivão	1	sargento supra	4
alferes de cavalaria agregado	1	Escrivão de registros da vedoria	1	Soldado	118
Almocadem	3	escrivão de vedoria	1	soldado e mestre de capela	1
Anvel	6	fiel dos armazéns	1	soldado incapaz	4
Artilheiro	6	furriel	7	Tenente	5
Atalaia	10	incapaz	21	tenente da cavalaria	3
Atalhador	3	medico	1	soldado e mestre de capela	1
Cabo	9	meirinho	2	soldado incapaz	4
cabo de cavalaria	3	oficial de vedoria	1	Tenente	5

<sup>164</sup> AHU\_Cód. 1784.

<sup>165</sup> Montado a partir do códice avulso do Arquivo Ultramarino "Relação das famílias que vieram de Mazagão, 1769". AHU\_Cód. 1784.

cabo de cavalaria	4	padre	5	tenente da cavalaria	3
capitão agregado	3	piloto da barra	1		
capitão de cavalaria	1	sargento mor	1		

Por sua vez as cabeças de família do sexo feminino tinham a idade média levemente maior, 45,6 anos. Em sua maioria viúvas. Apenas uma mulher casada foi identificada como cabeça de família, Dona Paula Inacia Joaquina de 40 anos, cujo marido Pedro Alves foi degredado da Fortaleza de Mazagão para Bissau. Outras nove chefes de família não traziam informações sobre se eram casadas<sup>166</sup>.

Mulheres de marido ausente ou viúvas das Colônias eram de extrema importância para a manutenção da integridade da família. Elas imprimiam para si um papel social de protagonista e sobre o qual caía literalmente a sobrevivência da maioria dos membros do grupo familiar.<sup>167</sup>

**Tabela 4: Homens e mulheres sem famílias por grupos etários<sup>168</sup>.**

Idade	homens e mulheres	homens apenas	mulheres apenas
0-9	1	1	0
10-19	19	15	4
20-29	57	55	2
30-39	43	4	3
40-49	48	47	1
50-59	30	27	3
60-69	16	14	2
70-79	7	6	1
80-89	1	1	não tem
90-99	1	1	não tem

Dada a natureza que a fortaleza de Mazagão possuía no norte da África como um porto estratégico, podemos entender que fossem viajantes, comerciantes ou parentes de viajantes que ali sempre encontravam quando a cidade foi sitiada pelos mulçumanos. Sendo assim foram identificadas como

<sup>166</sup> AHU\_Cód. 1784.

<sup>167</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, Mulheres e Povoamento: São Paulo, Século XVII**. Bauru-SP. EDUSC, 2003.

<sup>168</sup> Montado a partir do códice avulso do Arquivo Ultramarino "Relação das famílias que vieram de Mazagão, 1769". AHU\_Cód. 1784.

“sem família” 212 homens e 17 mulheres, dos quais apenas 6 não apresentam idade<sup>169</sup>.

Apenas uma criança, um menino, provavelmente um orfão ou exposto consta entre os sem família. As mulheres sem famílias possuem entre 13 e 75 anos e uma não apresentava a idade. E as viúvas são apenas as quatro. As mulheres mais velhas (Joana Rodrigues, Rosa Maria Coelho, Caterina Mendes e Caterina Rodrigues Rua) tinham respectivamente 59,61,67 e 75 anos<sup>170</sup>.

Os homens sem famílias possuem entre 9 e 90 anos e 5 não apresentavam a idade. Apenas Manoel Diniz do Couto de 36 anos é identificado como viúvo. Dentre os quais, 17 homens trazem apenas a informação de idade, de modo que: 4 tem menos de 30 anos; 9 tem entre 50 e 67 anos; e os outros 4 tem menos de 40 anos. Como apenas os homens sem família apresentavam outras informações pudemos inferir mais coisas, como por exemplo, a causa deles estarem naquela localidade.

Assim, 207 dos 212 homens eram soldados e pode-se verificar que dos 21 incapazes que faziam parte deste grupo a sua maioria era de soldados incapacitados (apenas 4 não haviam sido soldados). E 54% destes homens tinha entre 20 e 49 anos o que nos leva a crer que fossem, em sua maioria, reforços recentes que a cidade havia recebido<sup>171</sup>.

### **Mazaganistas em Lisboa (listas de 1769)**

Todos sem exceção foram evacuados<sup>172</sup>. Nesse momento passam a ser uma preocupação cada vez maior para os ministros de D. José I. Muitos destes homens e mulheres tinham dívidas a serem pagas pela coroa. A situação dos gastos com os mazaganistas se agrava por lhes ter sido prometida uma indenização. Isso se devia ao fato de muitos mazaganistas terem soldos vencidos no Marrocos, outros ainda tinham as *tenças*<sup>173</sup> e a alguns foi

---

<sup>169</sup> AHU\_Cód. 1784.

<sup>170</sup> AHU\_Cód. 1784.

<sup>171</sup> AHU\_Cód. 1784.

<sup>172</sup> O número de mazaganistas enviados para Lisboa foi de 2092 pessoas, sendo 595 *menores*. “Relação das famílias que vieram da praça de Mazagão em 11 de março de 1769”. AHU códice 1784.

<sup>173</sup> Tença é um antigo termo sinônimo de pensão. Pensão dada em remuneração de serviços. O Estado Português premiava alguns serviços considerados relevantes com esta categoria de

prometida uma espécie de indenização chamada de *moradias*, por terem perdido tudo o que possuíam inclusive suas casas <sup>174</sup>.

**Tabela 5: Residência dos mazaganistas em Lisboa** <sup>175</sup>

Lugar de residência	Número de famílias
Convento de São Jerônimo	90
Mercearia de Belém	67
Mercearia do Senhor Infante	32
Armazém de Belém	17
Cerca dos Frades	2
Quinta	55
Arsenal	49
[Na companhia de] Parentes ou amigos	6
Indicações ilegíveis	6
Sem indicação	177
<b>Total</b>	<b>501</b>

Ao cruzar a lista de enviados para Lisboa e o número das famílias alojadas, obtemos valores diferentes do presente em outros documentos, o que nos mostra um reflexo direto da viagem. Quanto a isso, Silva após ter feito uma apurada consulta na “Relação das famílias que vieram da praça de Mazagão em 11 de março de 1769” obteve os seguintes dados:

Ao todo, eram 418 famílias, cuja composição oscilava entre os 2 e os 11 membros, tendo-se em conta que integravam a família os criados, os escravos e os enjeitados. Temos, portanto, uma média de 5 elementos por família. Aparecem-nos 43 viúvas como cabeças de casal e 21 outras viúvas integradas nas famílias, 70 escravos (43 homens, 21 mulheres e 6 menores, 3 de cada sexo), 2 criados, 1 criada, 5 enjeitados e 1 preto forro[...] <sup>176</sup>.

O número médio de pessoas por família era pequeno, para o caso da Fortaleza de Mazagão (4,5 pessoas por domicílio) confirmamos uma tendência que para Peter Laslett é uma característica persistente do sistema familiar ocidental. O autor afirma que a perdurância prolongada e a distribuição generalizada de um sistema de família nuclear <sup>177</sup> é uma das características do

---

benefício. Dicionário Online de Português. Consultado no dia 17 de setembro de 2010 às 19h e 15 min. <http://www.dicio.com.br>

<sup>174</sup> A primeira parte foi paga em Lisboa antes do embarque para Belém. Listas das Famílias de Mazagão. Livro II. APEP Códice 208.

<sup>175</sup> Documento anexo. Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 5 de fevereiro de 1779. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 82, D. 6720. E também em VIDAL, Laurent. Op. Cit. P.60.

<sup>176</sup> SILVA, José Manuel Azevedo e. Mazagão. De Marrocos para a Amazônia. Artigo disponível em: <http://www.uc.pt/chsc/recursos/jmas>. Baixado em 10 de junho de 2009. As 19h e 15 min. P.6.

<sup>177</sup> Nas últimas décadas os trabalhos sobre história da família passaram de estudos das discretas estruturas domésticas para a investigação das relações da família nuclear com o

sistema familiar ocidental. Em oposição a trabalhos mais antigos de história da família na Europa que apontavam uma família com muitos indivíduos sobre a liderança de um patriarca<sup>178</sup>.

Essa diferença de 83 famílias contabilizadas a mais se deve aos seguintes fatos. Primeiramente, a contagem para o embarque foi feita ainda em Mazagão e levou em consideração os domicílios<sup>179</sup> existentes na cidade e que seriam abandonados. A segunda listagem verificou o número das famílias alojadas em Lisboa. Neste caso, consideramos apenas as ligações de parentesco explicitamente visíveis nas listagens. Uma vez que não existiam residências dos mazaganistas, um local de convívio restrito, e estes estavam alojados em grupos de dezenas de famílias, como os alojados no Convento de São Jerônimo e na Mercearia de Belém.

Um outro aspecto não menos relevante é o enorme perigo das travessias atlânticas no período colonial. Estas viagens eram extremamente desconfortáveis, insalubres e perigosas. Em média, um a cada três navios que partiam de Portugal nos séculos XVI e XVII afundava. E cerca de 40% da tripulação morria nas viagens, vítimas não só de naufrágios, mas também de ataques piratas, doenças e choques com nativos dos locais visitados<sup>180</sup>.

Assim devemos atribuir esta diferença entre o número de famílias a forma e a situação em que foram registradas. Apesar disto o número total de pessoas não varia nos dois casos. Durante a segunda metade do século XVIII o termo família era entendido como um local de convívio, sinônimo de *fogos*, termo comumente utilizado em documentos oficiais da administração

grupo de parentesco mais vasto e do estudo da família como uma unidade doméstica distinta para um exame da interação familiar com os mundos da religião, trabalho, educação, instituições correccionais e sociais e com os processos tais como de migração, industrialização e urbanização. TERUYA, Marisa Tayra. **A FAMÍLIA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA. BASES E PERSPECTIVAS TEÓRICAS.** & BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. SCOTT, Ana Silvia Volpi. BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Quarenta anos de demografia histórica.** R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005.

<sup>178</sup>ANDERSON, Michael. **Approaches to the history of the western family, 1500-1914.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001. PP 21-22; e p.32.

<sup>179</sup> Segundo o dicionário Bluteau. O termo família é: As pessoas que compõe uma casa. Pais, filhos e domésticos. BLUTEAU, Raphael. **VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO**, aulico, anatomico, architectonico [...]. Coimbra. Edição online.

<http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/formBuscaDicionarioPIChave.asp>

<sup>180</sup> RAMOS, Fábio Pestana. **Naufrágios e Obstáculos Enfrentados pelas Armadas da Índia Portuguesa: 1497-1650.** Editora Humanitas, 2000.



portuguesa. Estudos em antigos dicionários revelam que no antigo regime os termos “família”, “fogos” e “domicílio” eram praticamente sinônimos <sup>181</sup>.

As viúvas cabeças de família eram 45 e outras oito cabeças de família não traziam indicação sobre o estado matrimonial. Não havia solteiras cabeças de família. Encontramos apenas uma mulher casada cabeça de família. D. Paula Inácia Joaquina de 40 anos que era mãe de cinco filhos. Seus filhos eram Antonio Pedro Belcio, soldado de 18 anos, Domingos Franco Belcio de Velhasco de 15 anos, D. Vitória Joaquina do Nascimento de Jesus de 12 anos, D. Ana Joaquina Rosa de 10 anos e D. Margarida Rosa Luzia de 5 anos. D. Paula Inácia era casada com Pedro Alves, que havia sido degredado para Bisau.

Dentre as pessoas de 1 a 7 anos encontramos 200 crianças do sexo masculino e 187 do sexo feminino. Dos jovens de 8 a 15 anos encontramos 166 do sexo masculino e 163 do sexo feminino. Os adultos de 16 a 50 anos somam 610 do sexo masculino e 517 do sexo feminino. Os idosos a partir de 51 anos são 150 do sexo masculino e 88 do sexo feminino. Ainda encontramos 45 crianças de ambos os sexos constando apenas meses e 17 pessoas que não tiveram suas idades informadas.

Segundo Ariès foi comum na Europa medieval e moderna criar-se classificações etárias dividindo a vida das pessoas em fases ou ciclos. Como a infância, juventude, maturidade e velhice <sup>182</sup>. Para o século XVIII nos domínios portugueses temos as “classes”, instituídas pelo Marques de Pombal, que foram aplicadas em diversas contagens populacionais. Por exemplo, os mapas gerais (resumos) das contagens populacionais do Estado do Grão-Pará dos anos de 1773, 1774, 1775, 1776, 1777 e 1778.

---

<sup>181</sup> “Fogo”, “família” e “domicílio” são sinônimos segundo Clotilde Andrade Paiva. A autora mostra que fogo é o termo português usado no século XIX para se referir a domicílio. Segundo ela, os termos fogo e família também foram utilizados como sinônimos nas listas nominativas de habitantes mineiras. Essa utilização se deu tanto nos casos em que havia relações consanguíneas explícitas entre os arrolados, quanto naqueles em que dentro de uma mesma unidade doméstica existia a presença de pessoas ligadas por laços consanguíneos juntamente com agregados e escravos. PAIVA, Clotilde A. **População e economia: Minas Gerais do século XIX**. 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo. p. 59. E FREITAS, José Luiz de. **Família e domicílio uma proposta de conceituação e categorização**. SPEFPPB (Seminário Permanente de Estudos da Família). São Paulo: IPE-USP/ANPUH, 1991, V. 11, nº 22. PP 15-19. E FLANDRIN, Jean-Louis. **Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. Lisboa: Estampa, 1995.

<sup>182</sup> ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 279 p.

Já para Nadalin, existe uma relação direta entre a forma como as classes são pensadas para documentos populacionais antigos com as Ordenações do Reino, os elementos deviam pertencer às Companhias de milícias da terra: um critério militar, portanto. Contudo poderia representar, igualmente, a faixa de idade economicamente ativa, o potencial de força de trabalho adulta masculina. Nesse caso, um critério de natureza econômica<sup>183</sup>.

O tamanho médio as famílias de Mazagão que foram encaminhadas para Lisboa é de aproximadamente 4,34 pessoas<sup>184</sup>. Esse número pequeno para o tamanho médio do domicílio é nas palavras de Peter Laslett uma tendência do mundo ocidental<sup>185</sup>. O tamanho dos grupos familiares varia entre 2 e 11 indivíduos<sup>186</sup>.

### **A chegada dos mazaganistas em Belém (listas de 1770)**

Em 11 de janeiro de 1770 Belém se viu em grande alvoroço<sup>187</sup>. Um conjunto de dez embarcações vindas de Lisboa começava a adentrar os portos da cidade. Traziam consigo grande carga e a população de mazaganistas<sup>188</sup>. Vieram ao Pará aproximadamente 1642 indivíduos divididos em 388 famílias de novos colonos. Saíram de Lisboa em direção ao Vale Amazônico no dia 15 de setembro de 1769<sup>189</sup>.

---

<sup>183</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo : ABEP, 1994. PP 49-50.

<sup>184</sup> Obtivemos estes dados após a apurada confecção de um banco de dados contendo todas as famílias. Nome a nome de todas as pessoas e com o máximo de informações possíveis de serem anotadas. Com isso pudemos divergir dos dados de José Manoel de Azevedo e Silva que apontam uma média aproximada de 5 pessoas por domicílio. SILVA, José Manuel Azevedo e. Op. Cit. P.6.

<sup>185</sup> ANDERSON, Michael. Op. Cit.

<sup>186</sup> Silva obteve os mesmos resultados. SILVA, José Manuel Azevedo e. Op. Cit. P.6.

<sup>187</sup> Ofício de Mateus Valente do Couto para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 11 de janeiro de 1770. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 65, D. 5583.

<sup>188</sup> Ofício de João Pereira Caldas para Martinho de Melo e Castro, sobre as queixas apresentadas pelas famílias moradoras na Nova Vila de Mazagão e acerca do estabelecimento da vila Vistosa. Pará, 5 de Fevereiro de 1779. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 82, D. 6720.

<sup>189</sup> Vidal, Laurent. Op. Cit. PP 51-87.

**Tabela 6: Mazaganistas trazidos á Belém por embarcações <sup>190</sup>.**

	Navio Nossa Senhora da Gloria	Navio Nossa Senhora da Conceição	Navio Nossa Senhora da Purificação	Navio Nossa Senhora da Purificação	Navio Nossa Senhora das Mercês de Sua Majestade	Navio Nossa Senhora das Mercês da Companhia	Navio Nossa Senhora do Cabo	Navio São Francisco Xavier	Navio Penque Santana e São Joaquim	Navio Santana da Companhia	Total
nº de militares	*	*	*	*	*	*	2	*	26	*	28
nº de pessoas	288	202	133	205	107	308	105	31	26	237	1642
nº de famílias	66	46	31	46	23	79	30	11	*	56	388

Como podemos observar já pelo quadro acima realizado através das listas de embarque, mais uma vez os mazaganistas foram separados de acordo com uma estrutura militar, um pouco menos rigorosa do que no caso da lista de pagamentos. No entanto, mais rígida em evidenciar aqueles que iriam servir exclusivamente à coroa como militares.

Segundo Nadalin, a preocupação do Marques de Pombal em cobrar das autoridades as listagens que dessem conta da população, principalmente das colônias, estava ligada a necessidades militares potencializadas a partir de um momento especialmente crítico em meio às tensões fronteiriças da América entre Portugal e Espanha durante a segunda metade do século XVIII <sup>191</sup>. O controle populacional por parte do Estado também era de fundamental importância, pois, a partir dos levantamentos populacionais, o poder central, fortalecido pelas reformas pombalinas, exercia um controle cada vez maior sobre a população <sup>192</sup>.

Após a chegada desses colonos em Belém temos o seguinte problema, a dificuldade de calcular o impacto deste fato sobre a cidade de Belém <sup>193</sup>.

<sup>190</sup> Documento anexo. Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 5 de fevereiro de 1779. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 82, D. 6720.

<sup>191</sup> NADALIN, Sérgio. **História e demografia. Elementos para um diálogo** - Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004. 248p. (Coleção Demographicas, v.1).

<sup>192</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. **“Demografia numa perspectiva histórica”**. ABEP, São Paulo, 1994. p. 35.

<sup>193</sup> Pelas informações obtidas para o ano de 1772 pelo “Mapa de todos os habitantes e fogos do Pará e Rio Negro” (AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.72, D. 6100). Em Belém, a população do que hoje podemos chamar de “embrião da cidade” era de 10299 pessoas, incluídos brancos, indígenas, mestiços e africanos. Isso quando somado o número dos moradores das duas freguesias que compunham a cidade, a Sé e Campina. Ou seja, a chegada dos mazaganistas

Mas, podemos ter uma ideia disso pelas palavras do Ouvidor Geral da capitania José Feijó de Melo e Albuquerque:

A gente de Mazagaó q' sua Mage foi servido mandar para este Esto tem feito dessa cide assázmente populosa de sorte q' não pode ter inveja az do nosso Reino. Elles estaó sumamente satizfeitoz, achando aqui az maiz promptas providenciaz, q' a officiaz vilancia do meo Amo o Ilmo e Exmo Senhor Fernando da Costa de Ate Teive soube premeditar. Pareceu q' neste estabelecimento a Providencia Divina teve hua grande parte; por q' chegou a mesma gente em accaziaó emq'. Ezta cide se achava soccorrida com seiz sumacas carregadaz de carne seca, e a Provra desta Fazda Rl superabundantemte cheia de farinhas, e peixe, de sorte q os mesmos mazaganistas estaó gostozamte agradadoz da boa vida, q' levaó e da fortuna q' experimentaó: tendo alli a singularidade de acharem hum magnifico Hozpal; emq' se recolhem sem os enfermoz asiztidoz de todo o necessario, no q' sucessivamte esta restando decendo a Religiozissima piede do do Snr' Fernando da Costa. Deoz quiz dotar na verdade [ilegível] de hum Espirito tao Excellente, q' só a sua constancia, virtude, e inteireza poderia reziztir, e effectuar as mtas e diferentez pensoenz, em q' incansavelmte occupa a sua alta comprehençaó, e discernimento<sup>194</sup>.

Como a fala do ouvidor mostra mesmo antes da chegada dos mazaganistas ao Pará, foram tomadas medidas para que fosse possível recebê-los e logicamente que coube ao governador do Estado ser o principal responsável de executar da melhor forma possível as instruções recebidas sobre a questão. No entanto, não podemos deixar de perceber, que os mazaganistas só foram bem recepcionados devido ao fato, ocasional devemos salientar, de Belém ter recebido um grande carregamento de alimentos na véspera da chegada dos novos colonos.

---

em Belém causou um aumento demográfico abrupto na população da cidade de aproximadamente 15%.

<sup>194</sup> Ofício de José Feijó de Melo e Albuquerque para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre o estabelecimento na capitania da população proveniente de Mazagão. Pará, 9 de Janeiro de 1770. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 65, D. 5579.

**Tabela 7: Mazaganistas que ficaram em Lisboa com ordem de vir para Belém<sup>195</sup>.**

<b>Situação dos que ficaram em Lisboa</b>	<b>nº</b>
Ficou doente no Arsenal esperando nova viagem	14
Ficou na cadeia	1
Ficou no Arsenal cuidando dos doentes	2
Escravos capturados e prontos para serem enviados a seus donos	2
peessoas que morreram	2
<b>Total de homens e mulheres</b>	<b>21</b>
<b>Total de homens</b>	<b>15</b>
<b>Total de mulheres</b>	<b>6</b>

Apesar da falta de informações sobre os óbitos entre os mazaganistas não podemos ignorar a denúncia dos mesmos quando enviam pela primeira vez uma queixa coletiva ao conselho ultramarino. Nela eles afirmam terem morrido em torno de quinhentas pessoas entre o abandono da fortaleza e rápida estada em Lisboa<sup>196</sup>.

Idade média do cabeça de família, de ambos os sexos, era de aproximadamente 40 anos. Com 252 cabeças de família casados, 36 viúvos e 87 sem informação. Solteiros não foram identificados. Ao todo eram 315 cabeças de família do sexo masculino com idade média de 39,7 anos. Os viúvos eram 5, os sem informação 59 e solteiros não apareceram<sup>197</sup>.

Os cabeças de família do sexo feminino eram 46. Isso significa que aproximadamente 15% dos domicílios mazaganistas vindos para Belém era dirigido por mulheres. Estas cabeças de família tinham idade média aproximada de 44 anos. Pudemos registrar 189 mulheres vivendo com seus filhos. 26 viúvas cabeças de família, 11 mulheres cabeças de família com filhos sem apresentar informação sobre seus estados de casamento 152 mulheres casadas. Estas mulheres apresentam uma média de 2,4 filhos. Nenhuma foi

<sup>195</sup> RELAÇÃO das pessoas provenientes da extinta Praça de Mazagão e que não embarcaram para o Estado do Pará na expedição de 15 de Setembro de 1769, pelas causas que se declara. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 67, D. 5769.

<sup>196</sup> Requerimento “da Corporação da Camara, nobreza, e parte da população” dos moradores da extinta praça de Mazagão. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 80, D. 6639.

<sup>197</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 80, D. 6639.

identificada como solteira. 31 eram viúvas e as outras 15 não tinham informações sobre o estado matrimonial, sendo que não foram encontradas mulheres solteiras.

Dentre as pessoas de 1 a 7 anos encontramos 107 crianças do sexo masculino e 96 do sexo feminino. Dos jovens de 8 a 15 anos encontramos 141 do sexo masculino e 135 do sexo feminino. Os adultos de 16 a 50 anos somam 458 do sexo masculino e 385 do sexo feminino. Os idosos a partir de 51 anos são 76 do sexo masculino e 62 do sexo feminino. Ainda encontramos 12 crianças de ambos os sexos constando apenas meses e 51 pessoas que não tiveram suas idades informadas.

O tamanho médio dos domicílios dos mazaganistas em 1770 é aproximadamente 4,23 pessoas. Uma característica semelhante a que já foi observada um ano antes quando contabilizada toda a população da Mazagão marroquina. (explorar mostrando a historiografia que indica o tamanho dos domicílios no ocidente)

**Tabela 8: Tamanho dos domicílios de Mazagão em 1770<sup>198</sup>**

Número de pessoas	Número de famílias	Número de pessoas	Número de famílias
1	1	7	19
2	70	8	14
3	89	9	9
4	75	10	0
5	40	11	1
6	45		

### **Povoamento inicial de Nova Mazagão**

Como podemos ver na tabela a seguir, passado um único ano e a Vila inicialmente sem população passa gradativamente a ganhar os seus habitantes. Mas um fator não nos passa em branco. Além dos colonos de Mazagão, uma parcela considerável da população que residiu na localidades em sua primeira década de existência era composta de trabalhadores mestiços ou indígenas. Apesar disso, eles não eram contabilizados juntamente com os

<sup>198</sup> O gráfico foi montado a partir de APEP Cod. 197; APEP Cod. 208; e Ofício do Governador e Capitão-General do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 5 de fevereiro de 1779. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 82, D. 6720

colonos de Mazagão. Por outro lado, sua presença fica bem visível ao consultarmos algumas listas de trabalhadores instalados na localidade para executarem a obra.

Segundo Ferreira, a edificação de Nova Mazagão exigiu muita mão de obra apesar de haver grande carência de trabalhadores indígenas na área. Uma vez que o tipo de recrutamento adotado pela Coroa Portuguesa após o fim das antigas aldeias missionárias não atendia eficazmente a necessidade de trabalhadores que havia. Os diretores da região no entorno de Macapá criaram um poder próprio, segurado pela autonomia que tinham para destinar os indígenas de sua jurisdição<sup>199</sup>.

Em linhas gerais os Diretório dos Índios pretendia resolver a difícil tarefa de integrar as populações indígenas à sociedade colonial além de garantir mão de obra para os colonos, bem como povoadores e trabalhadores para os projetos metropolitanos. O Diretório facilitou o acesso dos colonos aos trabalhadores indígenas, uma vez que não necessitavam mais de uma aprovação direta do Governador, tornando o acesso aos trabalhadores um acesso direto a administração colonial. Uma vez que a necessidade de trabalhadores indígenas era cada vez maior em diversas partes do Grão-Pará<sup>200</sup>.

Para o ano de 1772, não temos uma clara distinção entre quem são os colonos e os indígenas. Pelo perfil específico apresentado de colonos operários enviados para Nova Mazagão até este ano, mazaganistas mestres de ofícios (pedreiros, marceneiros e carpinteiros na maioria). Como não há a identificação do ofício para todos fica difícil saber exatamente quais são os não-indígenas. No entanto a maioria dos trabalhadores é de outras vilas, com predominância de população indígena, o que nos leva a confirmar a presença pouco documentada destes nativos<sup>201</sup>.

Assim como mencionado anteriormente, para o ano de 1770, temos apenas uma família sendo enviada para a nova vila. Família encabeçada por um ferreiro. Como as necessidades de trabalhadores para a obra da vila eram grandes, isso se tornou uma constante.

---

<sup>199</sup> FERREIRA, E. R. **Estado e administração Colonial: a Vila de Mazagão**. In: ACEVEDO MARIN, R. E. **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPa, 1998, p. 93-114.

<sup>200</sup> COELHO, Mauro Cezar. 2005. Op. cit. PP 258-260.

<sup>201</sup> APEP Cod. 245. P. 6.

Podemos comprovar isso ao menos para todo o ano de 1771. Pois do primeiro embarque de colonos para a nova vila, em 1770, até o fim do ano de 1771 temos a descrição das profissões dos chefes de família, e em alguns casos as profissões de outros membros.

A partir do segundo embarque, em 25 de maio de 1771, até o sétimo em 13 de outubro encontramos 74 famílias sendo encaminhadas para nova Mazagão. Até o fim do ano serão ao todo 100 famílias, 363 pessoas. As listas de embarque nos apontam 13 cabeças de família com as respectivas profissões indicadas. Um cirurgião, um sangrador, sete carpinteiros, dois pedreiros, um barbeiro e um sapateiro. Ainda encontramos um serralheiro filho de uma viúva, um boticário agregado do sangrador Manoel da Silva Lisboa e um sapateiro agregado de outra família.

O envio de materiais e gêneros alimentícios para a construção da vila era mais constante que o de colonos. Em 17 de março de 1771 a vila já possuía o seu próprio Armazém Real. Com capacidade de armazenar inclusive pólvora<sup>202</sup>.

Como em qualquer obra o ambiente de nova Mazagão era bastante propício para acidentes, além é claro de estarem em uma área de mata fechada onde as doenças tropicais eram comuns e as doenças trazidas pelos europeus assolavam constantemente os trabalhadores indígenas. Por esta razão o Hospital Real de Nova Mazagão estava pronto para receber medicamentos em 17 de abril do mesmo ano. O Provedor da Fazenda Real mandou ao almoxarife dar da botica do Hospital Real de Belém medicamentos para o curativo dos operários da construção da Vila Nova de Mazagão<sup>203</sup>.

Desde a saída dos mazaganistas de Lisboa que a saúde da população era uma preocupação. Mendonça Furtado mandou uma botica para o boticário de nova Mazagão<sup>204</sup>. E os cirurgiões José de Moraes e Amaro da Costa

---

<sup>202</sup> Por não haver condições de armazenamento a vila não recebeu pólvora nas remessas de materiais anteriores. Ordens do Provedor da Fazenda Real. Pará, 17 de março de 1771. APEP. Cod. 221. Fotograma 692. Doc 639.

<sup>203</sup> Ordens do Provedor da Fazenda Real. Pará, 17 de abril de 1771. APEP. Cod. 221. Fotograma 715. Doc. 712.

<sup>204</sup> A botica foi entregue com o compromisso da Coroa de mandar vir pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão os medicamentos necessários para a sua assistência. Ofício do governador e capitão general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 65, D. 5599.



tinham cinquenta mil reis anuais garantidos para servirem na nova vila. Já aos sangradores Francisco Luis e Manoel da Silva Lisboa estavam reservados quarenta mil reis anuais. Ambos os casos deviam ser pagos pela Provedoria Geral<sup>205</sup>.

### Mazaganistas em 1778.

Após oito anos de colonização, o que parecia impossível tornou-se uma lamentável realidade. Vila Nova de Mazagão, que foi tão bem vista pelas autoridades que planejaram e executaram sua construção e ocupação não parecia atender nem de longe as positivas expectativas das autoridades portuguesas. Podemos ter uma ideia inicial deste quadro ao olharmos as ocupações e empregos dos moradores da Vila.

**Tabela 9: Emprego dos moradores<sup>206</sup>**

Empregos	Número	Empregos	Número
alferes auxiliar	28	provedor commissário da Fazenda Real	1
Almocadem	1	sargento mor auxiliar e comandante da Villa	1
capitão auxiliar	3	soldado da tropa paga	4
fiel da Fazenda Real	1	vigario calado da dita Villa	1
			<b>Total 40</b>

**Tabela 10: Ofícios dos moradores<sup>207</sup>**

Ofícios	Número	Ofícios	Número
alcaide	1	escrivão da Fazenda Real	1
alfayate	1	ferreiro	1
alfayate, e lavrador	1	ferreiro, e lavrador	1
armeiro, e lavrador	1	jornaleiro	2
boticario	1	lavrador	110
cabo de canoa	1	lavradora	12
calafate	1	negociante	3

<sup>205</sup> Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Fernando da Costa e Ataíde Teive Governador do Grão-Pará. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda. Lisboa, 14 de Setembro de 1770. Correspondência da Praça de Mazagão. APEP.Cod.207. [documento 01].

<sup>206</sup> Ofício do Governador do Rio Negro João Pereira Caldas para o Martinho de Melo e Castro, remetendo os mapas anuais da população das capitânicas do Estado do Pará e Rio Negro, de 1778 a 1781. 22 de Junho de 1785. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 94, D. 7509

<sup>207</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 94, D. 7509

çapateiro	12	pedreiro	3
çapateiro, e lavrador	1	penteeiro	1
carpinteiro	4	porteiro	1
carpinteiro, e lavrador	3	sangrador, e lavrador	1
cirurgião	1	tecelão	6
cirurgião, e lavrador	1	tendeiro	1
escrivão da almotaçaria	1	torneiro e trabalhador de jornal	1
escrivão da camera e do judicial	1		
		<b>Total</b>	<b>175</b>

Inicialmente percebemos que a estrutura do recenseamento deixa bem clara uma diferenciação entre os tipos de ocupações exercidas pelos moradores. Os empregos estão ligados principalmente a funções na tropa, Igreja e a burocracia colonial, ambas vinculadas ao Estado Português. No caso dos ofícios a grande maioria são profissões, neste caso específico ainda encontramos um alcaide, um escrivão da almotaçaria e um escrivão da Fazenda Real, funções para as quais são necessários alguns conhecimentos que a grande maioria dos trabalhadores talvez não possuísse.

O ambiente agrícola parece prevalecer na vila, pois a grande maioria era de trabalhadores braçais do campo, 110 lavradores e 12 lavradoras além dos 7 trabalhadores de duplo ofício, todos homens, que também exercem a função de lavrador. Dentre estes, todos os 20 casos em que a produção da lavoura foi identificada ela era de arroz. Em apenas dois casos havia produção de outros gêneros como farinha e algodão. Não encontramos nenhum Senhor de engenho, grande criador de gado ou outro tipo de grande proprietário agrícola na vila<sup>208</sup>. As condições de área alagadiça de praticamente todos os terrenos da localidade explica esta ausência de engenhos.

Em segundo lugar temos os sapateiros, 13 cabeças de família, em terceiro os tecelões, 6, e em quarto os carpinteiros, 4<sup>209</sup>. Durante o início da construção da vila eram estes os principais tipos de ofícios dos enviados para Nova Mazagão, quando foi possível encontrar esta informação. Após este primeiro momento, onde receberiam algum pagamento pelo trabalho na obra, passaram a depender unicamente de seus ofícios como comprova o censo.

Apenas um dos 13 sapateiros, Jozé Rabelo, passou a dedicar-se também a lavoura. Dois desses homens passaram a grandes privações por

<sup>208</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 94, D. 7509

<sup>209</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 94, D. 7509

pouco exercerem seu ofício e um é classificado como de “nenhuma aplicação”, por não ter exercido seu ofício por todo o ano de 1778<sup>210</sup>.

No caso dos carpinteiros, vemos três dos sete cabeças de família passarem a trabalhar em um segundo ofício, como lavradores. E sua primeira fonte de renda lista da pelo recenseador foi a dos ganhos na lavoura, seguidas dos ganhos por seus ofícios. Em outras palavras, para se adaptar a nova vida tiveram que deixar para segundo plano a profissão que trouxeram consigo. Foi Jozé da Costa, que com o segundo maior grupo familiar dentre os carpinteiros obteve 24\$000 réis de sua lavoura mais os ganhos por seu ofício. Esta classe de trabalhadores, como inteira não foi classificada entre os grupos de riqueza estabelecidos para o recenseador.

Ao que tudo indica havia sempre bastante trabalho para os carpinteiros e pedreiros de Nova Mazagão. Se bem que nem sempre tivessem quem pudesse pagar para que executassem seus serviços. Eles mesmos haviam construído a vila, no entanto não eram responsabilizados pelos moradores pelo estado de ruína a qual as construções da vila se encontravam<sup>211</sup>. Eram muitas casas, o armazém, o hospital e as duas igrejas.

Voltando aos empregos vemos que 28 cabeças de família estavam na tropa. Mas ao todo eram 58 homens na mesma situação, ou seja, vieram exclusivamente servir como soldados. Os outros 30 que não figuravam na chefia de uma família eram filhos de cabeças de família. Como os demais colonos provenientes da antiga praça fortificada de Mazagão na África, estes homens deviam assumir o seu lugar na nova morada e mantiveram suas funções militares sendo incorporados principalmente aos regimentos de Belém e Macapá. António Dinis de Couto Valente, por pedido de seu pai Matheus Valente do Couto, foi indicado para assumir o lugar de sargento-mor do Terço da vila Nova de Mazagão<sup>212</sup>. Nesse aspecto vemos em parte a efetivação do planejamento da burocracia portuguesa de utilizá-los para a defesa da região<sup>213</sup>. Da mesma forma um ajudante de infantaria em exercício de

---

<sup>210</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 94, D. 7509

<sup>211</sup> Ofício do governador João Pereira Caldas, para Martinho de Melo e Castro. Pará, 5 de fevereiro de 1779. Anexo número 2. Atestado de Francisco de Souza Estrela, mestre carpinteiro, e Joaquim Antonio, mestre pedreiro ambos das reais obras da Vila de Mazagão. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 82, D. 6720.

<sup>212</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 65, D. 5583.

<sup>213</sup> Livro de vencimentos das famílias de Mazagão (1770). 142 páginas. APEP – Cod. 208.

engenheiro, um cabo de esquadra destacado e 12 soldados destacados foram integrados aos trabalhos de defesa e fortificação da Praça e Barreira de São José do Macapá<sup>214</sup>. E também o capitão de Infantaria e alcaide-mor da extinta vila de Mazagão, Francisco de Azevedo Coutinho Teles de Lourenço, solicitou e foi atendido, para receber a patente de o seu provimento no posto de capitão de Infantaria de Vila Nova de Mazagão no Estado do Pará, com o respectivo soldo, em compensação pelos prejuízos resultantes da sua passagem para a América<sup>215</sup>.

O “emprego” é um dado importante de se explorar. No entanto são os ofícios dos moradores de Nova Mazagão que nos dão mais informações sobre o cotidiano da vila. São muitos os cabeças de família que sustentam seus lares exercendo seus pequenos ofícios dentro da própria vila. Como o boticário Francisco Martins da Costa, homem branco, casado e morador de Nova Mazagão<sup>216</sup>.

Este homem chegou á Nova Mazagão como agregado da família do sangrador Manoel da Silva Lisboa em 23 de maio de 1771. E quando da confecção do recenseamento aparece encabeçando uma família de 5 pessoas, sendo uma delas escrava<sup>217</sup>. Além de um considerável espaço para aqueles que exerciam pequenos ofícios, mesmo em uma vila de poucos recursos e distante de Belém havia sempre a necessidade de negociantes. Em Nova Mazagão esta função era exercida pelo capitão auxiliar Ignacio Luis da Fonseca e pelos alferes auxiliares Francisco Mamede e Rodrigo da Veiga. Os três eram membros da tropa, portanto, estavam envolvidos na defesa da vila e nas possíveis atividades que necessitassem de viagens o que lhes facilitava o transito para fora dos limites de Nova Mazagão, proibido aos demais moradores.

No entanto, o que a primeira vista pode parecer um benefício, a liberdade para se ausentar da Vila, não o era. A saída de uma tropa no século XVIII estava cerca de perigos e dificuldades. Significava uma grande movimentação tanto de recursos humanos quanto de materiais necessários para o cumprimento dos trajetos. A preparação material passava por um

---

<sup>214</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 69, D. 5933.

<sup>215</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 71, D. 6069.

<sup>216</sup> Livro de vencimentos das famílias de Mazagão (1770). 142 páginas. APEP – Cod. 208.

<sup>217</sup> Livro de vencimentos das famílias de Mazagão (1770). 142 páginas. APEP – Cod. 208.

considerável recolhimento de recursos como farinha, peixe, armas, munições e das canoas além das dificuldades para a arrumação de todo esse material<sup>218</sup>. De qualquer forma, a união entre os interesses de mercador e os deveres de guerreiro eram bastante úteis uma para a outra.

Durante o século XVIII, e especialmente durante a segunda metade, vimos uma gradativa diminuição do preconceito em torno dos negociantes. Podemos entender os mercadores como um intermediário entre os portadores do “mal mecânico”, trabalhadores manuais, e os fidalgos<sup>219</sup>. Assim a ascensão do grupo mercantil se dava a margem de poderes sociais vigentes<sup>220</sup>. Por outro lado esta classe tentava enobrecer-se enquanto utilizava seu capital financeiro para afinar seus comportamentos com os da nobreza. No caso de negociantes e mercadores da colônia este enobrecimento parece ter sido de certa forma facilitado por possíveis inserções nas chamadas “nobrezas da terra”.

Estes grupos viam seu reconhecimento consolidar-se, dentre outras coisas, ao construírem suas clientelas em torno dos poderes adquiridos em cargos na administração colonial e nas câmaras. Apesar disso, nenhum dos três negociantes residentes em Nova Mazagão esteve listado entre os membros da câmara<sup>221</sup>. A Câmara de Nova Mazagão foi enormemente monopolizada por sua “nobreza”<sup>222</sup>.

Não encontramos no Recenseamento de 1778 sempre as informações referentes ao campo “possibilidade”, o que ao menos em tese deveria . Segundo Cardoso: *“Este recenseamento mostra também as possibilidades socioeconômicas dos Cabeças de Família, identificados por pobres, possibilidades mediana, possibilidades inteiras e ricos”*<sup>223</sup>.

---

<sup>218</sup> RAMOS, Marcio Ramon Campelo & VIANA, Wania Alexandrino. **NOS CAMINHOS DA DEFESA: UMA ABORDAGEM SOBRE SERTÃO E TROPA NO ESTADO DO PARÁ E MARANHÃO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH • São Paulo, julho 2011.

<sup>219</sup> FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. **Nas Rotas do Império – eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006. P.78.

<sup>220</sup> FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. **Nas Rotas do Império – eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006. P.73.

<sup>221</sup> Obtive uma lista incompleta com o nome dos membros da Câmara de Nova Mazagão.

<sup>222</sup> Requerimento “da Corporação da Camara, nobreza, e parte da população” dos moradores da extinta praça de Mazagão. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 80, D. 6639.

<sup>223</sup> CARDOSO, Alanna Souto. Op. Cit. P.74.

**Tabela 11: Perfil dos escravos de Nova Mazagão em 1778**

ESCRAVOS			
MACHO		FEMEAS	
menores	Adultos	menores	adultos
46	208	39	102

Estes homens possuíam até três escravos em média e suas famílias variavam de 10 a 25 pessoas. Em localidades onde é rara a grande concentração de escravos fica-se condicionado a classificar como domicílios mais prósperos aqueles com maior concentração de escravos. A demonstração de carência de escravos não é o suficiente para uma caracterização. Ou seja, a qualidade do grupo de escravos deve ser analisada. Muitos escravos velhos, muitas crianças ou uma grande combinação dos dois elementos forma um plantel com pouco valor de mercado<sup>224</sup>. Aproximadamente um quarto dos escravos de Nova Mazagão era de jovens de até 15 anos.

Os números totais não são suficientes para demonstrar a real situação de carência desses trabalhadores. Dos 310 domicílios 155 apresentavam escravos, 395 no total. 11,13% eram escravos adultos do sexo masculino, 48,1% eram escravos menores de sexo masculino, 9,11% eram escravas mulheres adultas e 23,54% eram escravas menores do sexo feminino. Temos a média de 1,2 escravo por família, mas temos que salientar estes escravos só estavam presentes em metade dos domicílios. Ou seja, a média de escravos por domicílio que possuía escravos sobe para 2,4. Isso mostra que eles estava muito mal distribuídos. A qualidade desses escravos era um problema já que mais de 70% deles era menores e provavelmente muitos eram crianças<sup>225</sup>.

Essa demonstração da carência de trabalhadores escravos fica mais evidente entre os lavradores. Um ponto fundamental a se considerar é a qualidade dos cativo. Em 1778, quando a vila já se encontrava bem estabelecida e suas obras bastante adiantadas, apesar das dificuldades que encontravam. Apenas o lavrador Estevão Lopes possuía 6 escravos adultos (3 do sexo masculino e 3 do sexo feminino). Dos 112 lavradores apenas 19 possuíam escravos adultos, 62 só possuíam escravos menores e 31 não

<sup>224</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2001.

<sup>225</sup> Informações extraídas através da análise "Recenseamento Geral do Pará de 1778". AHU\_ACL\_CU\_013, CX.94, D. 7509

possuíam escravo algum. Segundo Bacellar, escravos velhos, doentes ou jovens demais podem dar uma falsa impressão de prosperidade para um domicílio, quando na verdade se trata de um plantel muito fraco e de baixo preço no mercado<sup>226</sup>.

O capitão auxiliar Inácio Luis da Fonseca era, dentre estes homens o de melhor situação, possuía apenas três familiares, um escravo menor e 20 adultos “efetivos a soldada”<sup>227</sup>. Como deveria realizar pagamentos a estes indivíduos “a soldada”, podemos supor que seus trabalhos como negociante não iam tão mal.

O fenômeno de pessoas soldadas era muito raro em Nova Mazagão, encontramos apenas 13 casos, a maioria era de pessoas adultas do sexo feminino, 30 dentre 44 indivíduos<sup>228</sup>. Dentre os 310 cabeças de família em 7 encontramos a possibilidade [nível de riqueza] declarada, 131 tiveram sua possibilidade declarada de forma vaga, 40 tiveram apenas o rendimento dos seus ofícios, 131 tiveram apenas a produção de sua lavoura contabilizada e um que nada produziu.

**Tabela 12: Famílias com escravos em Nova Mazagão 1778**<sup>229</sup>

Famílias com escravos	escravos recebidos <sup>230</sup>	escravos vivos	escravos mortos	escravos novos comprados	escravos fugidos
Amaro da Costa	6	8	0	2	0
Jose Simoes Xavier	4	4	0	0	3
Francisco Matias da Costa	1	1	0	0	0
Jose Martins	7	6	1	0	0
Vicente de Oliveira Belo	2	1	1	0	0
Custodio Duarrte Silva	1	1	0	0	0
Joao da Costa Machado	2	1	1	0	0
Rosa Maria	2	2	0	0	0

<sup>226</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo. Annablume/Fapespa, 2001. P.130

<sup>227</sup> Segundo Cardoso: “[...] *Os indivíduos que trabalhavam à soldada recebiam uma quantia como pagamento pelo seu trabalho*”. CARDOSO, Alanna Souto. Op. Cit. P. 96.

<sup>228</sup> Por exemplo, na Sé uma das freguesias mais povoadas do Estado encontramos 426 homens servindo a soldada e 487 mulheres na mesma situação. De certo modo a mão-de-obra “soldada” é um tipo de trabalho compulsório.

<sup>229</sup> AHU. Códice 1257. Relação dos mazaganistas estabelecidos na Vila Nova de Mazagão, e suas vizinhas, por Manoel Gama Lobo da Almada, 1778.

<sup>230</sup> Os escravos identificados como “recebidos” são parte das indenizações que muitos mazaganistas receberam como parte das indenizações que a Coroa pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Salvador de Amaral	3	1	2	0	0
Jose da Costa Benevides	5	4	1	0	0
Manoel Nunes da Cunha	4	3	1	0	0
Maria de Jesus	1	0	1	0	0
Luiza Mendes	2	0	2	0	0
	40	32	10	2	3

Pela tabela obtida na investigação complementar ao censo de 1778, feita por Gama Lobo da Almada no fim do mesmo ano. Podemos verificar que passados oito anos apenas 12 famílias ainda possuíam algum dos escravos que lhes foram dados como parte de suas indenizações. E observamos ainda o quanto era difícil para os moradores de Nova Mazagão obter escravos. Os dados são relativos a todo o ano de 1778 e apenas a família de Amaro da Costa foi capaz de comprar novos cativos. Portanto verificar os perfis de riqueza que se formam em meio à sociedade formada por estes povoadores luso-marroquinos nos mostra como estes homens e mulheres criaram estratégias para sobreviver, ora afinando determinadas relações, como as vinte pessoas soldadas de Ignacio Luis da Fonceca, ora as modificando como o sangrador Manoel da Silva Lisboa que criou uma nova família desvencilhando-se de sua posição de agregado.

Já no caso das mulheres, para o ano de 1778 em Vila Nova de Mazagão encontramos 62 dos 310 cabeças de família sendo chefiados por mulheres. Havia 60 viúvas e 2 solteiras. Dentre os homens havia 215 casados, 6 solteiros e 2 clérigos seculares. Segundo Cardoso, 41,25% dos indivíduos componentes da população de Nova Mazagão eram do sexo feminino no ano de 1778<sup>231</sup>. E dentre os 19,86% que figuravam como cabeças de família, uma parcela considerável, aproximadamente 20% era de mulheres que tinham o encargo, ou a necessidade, de liderar seu grupo familiar.

Dentre todas essas mulheres chefes de suas famílias encontramos apenas 12 que por terem se inserido na vida econômica da vila eram reconhecidas por seu trabalho. Eram 11 viúvas e uma solteira identificadas pelo recenseador por “lavradoras”. Essas mulheres e as famílias que estavam sob suas chefias totalizavam 227 indivíduos, aproximadamente 14,55% da população da vila.

<sup>231</sup> CARDOSO, Alanna Souto. Op. Cit. Anexos. QUADRO 74: Perfil sociodemográfico dos cabeças de família da freguesia de mazagão.



Enquanto o tamanho médio dos fogos de Nova Mazagão girava em torno de 5 pessoas. No caso destas mulheres o tamanho médio do fogo é de aproximadamente 3,5 pessoas. O que na prática significa que estas mulheres teriam muito mais dificuldade de manter suas famílias. Uma vez que dentro do grande grupo de lavradores e lavradoras da vila, que estavam dedicados ao cultivo do arroz, o número maior de braços hábeis ao trabalho era fundamental para a subsistência de uma unidade produtora.

A investigação iniciada por João Pereira Caldas sob as circunstâncias do povoamento e habitação de Nova Mazagão não levou os olhos deste Governador apenas aos colonos instalados na vila. Os mazaganistas ainda residentes em Belém também entraram para as preocupações do Governador. Os destinos indefinidos e as pressões dos moradores da vila fizeram com que estes mazaganistas de Belém entrassem para os levantamentos populacionais específicos que foram enviados para D. Maria I.

Foram contabilizados 415 almas divididas por 114 famílias. Estavam divididos em três classes. A primeira era daqueles que por não terem recebido ordens permaneciam na cidade; a segunda era daqueles que tendo sido ordenados para irem à Nova Mazagão permaneciam na cidade com licença do Governador; e a terceira era daqueles que também por ordem do Governador foram povoar a estrada no caminho para a Vila de Ourém.

Cento e quatro famílias estavam identificadas como de primeira classe, quatro de segunda classe e seis como pertencentes à terceira classe. Apesar de este levantamento não ser um censo, e sim uma lista, possui algumas informações parecidas com as do recenseamento de 1778. Porém não faz qualquer menção as possibilidades de riqueza dos mazaganistas da capital.

Assim como em Nova Mazagão, dentre os mazaganistas de Belém, a chefia feminina foi uma constante, maior até do que se poderia imaginar. Dentre 114 cabeças de família que não foram para Nova Mazagão encontramos 30 do sexo feminino. 18 eram viúvas e outras 8 eram casadas, que na ausência de seus maridos assumiram a função de chefe e responsável pelo sustento.

**Tabela 13: Casamentos** <sup>232</sup>.

	masculino	feminino	Total
cabeças de família casados	55	8	63
não cabeças de família e casados	69	71	140
não cabeças de família e casados em segundas núpcias	2		2
Viúvos	0	18	18
Desquitado	0	1	1
Solteiros	1	0	1

Segundo Paulo Teixeira, a situação das mulheres abandonadas, ou temporariamente privadas da presença de seus maridos era ainda mais sofrida do que a das viúvas. As dificuldades de se prover um lar sem o companheiro se tornavam maiores. Em alguns casos a ausência do companheiro poderia durar anos ou tornar-se permanente. Em todo caso a mulher ainda poderia esperar algum auxílio inesperado do companheiro ausente<sup>233</sup>. Um dado ainda agravava mais a situação destas mulheres. Uma vez viúva a mulher estava novamente no mercado matrimonial e candidata a segundas núpcias, a mulher abandonada não. Sempre seria casada praticamente não mais poderia oficializar uma nova união. O que em alguns casos seria a grande oportunidade de prover a si e aos prováveis filhos da união anterior.

Não é muito difícil se afirmar que o matrimônio, no século XVIII, para além de uma forma de legitimação institucionalizada para as relações sexuais e para a reprodução espécie e de católicos é um organizador social<sup>234</sup>. Estavam nessa situação D. Caetana Valente Pereira, Violante Lopes e D. Igenes Maria. Ambas moradoras de Belém por lhes ter sido concedida autorização do governador para permanecer na cidade. As três eram chefes de seus domicílios em Belém no ano de 1778 quando procuradas pelo funcionário da

<sup>232</sup> Relação de todas as famílias e pessoas de Mazagão. 1º de dezembro de 1778. AHU\_Cod. 1790.

<sup>233</sup> TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **O outro lado da família brasileira**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. Pp 132.

<sup>234</sup> WAGNER, Ana Paula. **Política e População no Império Português: Moçambique no último quartel do século XVIII**. P.402. In: DORÉ, Andréa e SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (ORG.). *Temas setecentistas: Governos e o Império Português*.

administração colonial por conta de suas origens vinculadas a Mazagão africana<sup>235</sup>.

D. Caetana possuía duas filhas e apesar de não possuir cativos, não passava grandes privações com a ausência do marido, o ajudante auxiliar Pedro de Figueiredo. Além do seu soldo Pedro tinha rendimentos com Diretor do Lugar de São Caetano. Situação semelhante era a de Violante, era dita como pessoa ordinária. Casada com Mauricio José o Diretor da Vila de Óbidos e constava ao funcionário do Governador que seu marido tinha alguns escravos<sup>236</sup>.

Já D. Ighes parece ser a mais bem estabelecida pois era dita como pessoas de bem, que veio de Mazagão com sua mãe dois filhos e uma filha e casou em Belém com o Capitão Auxiliar João Gonçalves Calheiros, homem muito bem estabelecida e com grande escravaria, moradas de casas e fabrica de madeira. Após fazer nova vida no Pará ela obteve autorização para voltar ao reino com sua família<sup>237</sup>.

Apesar destes três exemplos, as outras cinco mulheres casadas com os maridos ausentes se parecem mais é com D. Paula Ignacia Joaquina. Mãe de cinco filhos D. Vitoria Joaquina, D. Ana Joaquina Rosa, D. Margarida Rosa e Antonio Pedro Belico e Domingos Francisco Belico. Eram muito pobres e sobreviviam dos ganhos de um mulato e dos rendas que suas filhas conseguem de cozer para fora. E D. Paula não a tinha uma mínima ideia do paradeiro de seu marido<sup>238</sup>.

Dentre este grupo podemos identificar 23 casamentos. Quatorze foram de rapazes e 9 de moças. Apenas Jose Tavares da Silva, filho de Francisco Fernandes de Macedo, parece ter se casado com uma pessoa também de Mazagão, ainda em Lisboa. O pai de sua mulher, Antonio Diniz fora a algum tempo estabelecer-se na Vila Nova de Mazagão. Dois rapazes casaram no Pará com moças de Mazagão. Os outros escolheram casar no Pará com nativas. Salvador Nunes casou-se em Belém mas não passou a residir com a

<sup>235</sup> “Relação de todas as famílias e pessoas de Mazagão (...) no Pará”. 1º de dezembro de 1778. AHU. Cod. 1790.

<sup>236</sup> “Relação de todas as famílias e pessoas de Mazagão (...) no Pará”. 1º de dezembro de 1778. AHU. Cod. 1790.

<sup>237</sup> “Relação de todas as famílias e pessoas de Mazagão (...) no Pará”. 1º de dezembro de 1778. AHU. Cod. 1790.

<sup>238</sup> “Relação de todas as famílias e pessoas de Mazagão (...) no Pará”. 1º de dezembro de 1778. AHU. Cod. 1790.

esposa, largando-a em seguida e passando a cuidar de seu pequeno negocio. Já Francisco de Carvalho Ramos casou com uma índia e tornou-se remeiro nas proximidades de Belém.

Como um ato imperativo de ordem social, econômica e cultural o casamento ou a união estável em sociedades coloniais era uma das principais formas de garantir condições mínimas de sobrevivência<sup>239</sup>. Nesse sentido para jovens moças e rapazes, e mesmo para os nem tão jovens e os viúvos, consolidar uma união era estabelecer os alicerces básicos para a sobrevivência, especialmente quando se trata de sobreviver em um novo mundo de relações sociais, econômicas e de poder.

No caso das moças de Mazagão, todas optaram por casar no Pará. O perfil geral dos parceiros escolhidos é de diretores de pequenas Vilas e oficiais dos regimentos de Macapá ou Belém. Apesar de encontrarmos um padrão de escolha do conjugue. Duas moças foram identificadas como vivendo pobremente e uma vivendo bem, não foram indicados a condição das outras nem o surgimento de filhos.

O tamanho médio das famílias de Nova Mazagão é aproximadamente 5,13 pessoas. Já um pouco maior do que o registrado anos antes. Curiosamente apesar de o número total de pessoas ter diminuído encontramos agrupamentos familiares bem maiores. Por exemplo, Francisco de Pinho de Castilho saiu de Mazagão para Lisboa aos 39 anos deixando para trás sua casa e a patente de tenente. Sua família era composta de sete pessoas, sua mulher, filhos, mãe e irmã. Ao chegar em Belém sua família tinha oito pessoas, sendo duas a mais, um agregado e um irmão, sua filha caçula de meses morreu na viagem. Oito anos depois ele é um dos pobres lavradores de arroz de Nova Mazagão e que dispões de mais 15 pessoas para a lida na lavoura. Sua pequena produção lhe rendeu 178\$200 rs (cento e setenta e oito mil e duzentos réis) da venda de 360 alqueires de arroz. Mudanças radicais de vida como a ocorrida com Francisco Castilho foram a regra para muitos mazaganistas e não sem duras penas.

---

<sup>239</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Op. Cit. 73.

**Tabela 14: Tamanho dos domicílios de Mazagão em 1778<sup>240</sup>**

Número de pessoas	Número de famílias	Número de pessoas	Número de famílias
1	16	9	14
2	44	10	9
3	40	11	3
4	54	12	3
5	48	13	1
6	25	14	3
7	25	16	3

**Nova Mazagão em 1808**

“Família 203. Manoel Antonio de Pontes, branco, casado, 34 anos, natural de Macapá, lavrador. Manoel Pontes, filho, 4 anos. Eugenio Pontes, filho, 2 anos.<sup>241</sup>”

Podemos dizer que como ocorreu na período pombalino, também o período Joanino teve sua política populacional. Para Dauril Alden, o empenho dos impérios coloniais que permaneceram em lutas constantes pela hegemonia da região justificam em parte o crescente interesse por uma elaboração mais apurada de contagens populacionais visando a coleta de impostos e o recrutamento militar. Por outro lado, esta também foi uma das principais preocupações de governantes ilustrados setecentistas. O que nos ajuda a compreender estes procedimentos associados ao fornecimento de informações sobre temperaturas, localização das cidades, montanhas e outros<sup>242</sup>.

Segundo Tarcisio Botelho e Clotilde Paiva, sob o ímpeto da guerra com os franceses, logo após a chegada da Família Real ao Brasil e com a criação do Ministério da Guerra e Estrangeiros em 1808 a coroa já pedia aos capitães-generais que lhes enviassem informações sobre a população a fim de facilitar a crescente necessidade de recrutamento militar<sup>243</sup>.

<sup>240</sup> A tabela foi montada a partir de APEP Cod. 197; APEP Cod. 208; e Ofício do Governador e Capitão-General do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. 5 de fevereiro de 1779. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 82, D. 6720

<sup>241</sup> APEP, Códice 639. Censo de Macapá, ano 1808.

<sup>242</sup> Alden, Dauril, **The population of Brazil in the late Eighteenth century: a preliminary study**, *Hispanic American Historical Review*, 43(2): 176, may 1963.

<sup>243</sup> BOTELHO, Tarcisio. & PAIVA, Clotilde Andrade. **Políticas de população no Período Joanino**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

Em nível local, a contenda com os franceses só se acirrou ainda mais com invasão francesa na Península Ibérica. Como no Cabo Norte o conflito com os franceses de Caiena era algo bastante regular, as tropas locais ficaram especialmente sobressaltadas. Ao Capitão-General e Governador do Grão-Pará José Narciso Magalhães de Menezes coube organizar a operação bélica para conquistar a Guiana Francesa. Ele constituiu o núcleo da Força Expedicionária com duas Companhias de Granadeiros e duas Companhias de Caçadores do 1º e 3º Regimentos de Linha (Estremoz) e uma Bateria de Artilharia com três peças de seis polegadas<sup>244</sup>. E é nesse contexto que ainda no ano de 1808 se realiza o Censo de Macapá e Mazagão, as duas vilas de forma unificada, o que equivale a quase todo o Cabo Norte, excluindo-se as áreas ocupadas por indígenas.

Em 1808 a população de Macapá e Mazagão era de pouco mais de 1732 pessoas. Se considerarmos que todos os cabeças de família do sexo masculino casados viviam com suas mulheres na mesma residência chegamos ao número de 1885 pessoas. Com 153 cabeças de família do sexo masculino 98 chefes de família do sexo feminino, totalizando 251 famílias, o que significa dizer que 39% das chefias de família eram mulheres. A idade média dos cabeças de família era de 48,8 anos. Enquanto a idade média dos cabeças de família homens era de 44,42 anos e a das mulheres era de exatos 50 anos<sup>245</sup>.

Encontramos 153 cabeças de família do sexo masculino casados, 19 solteiros, 34 viúvos e apenas um sem esta informação, Gregório da Costa um lavrador branco de 45 anos que vivia com um casal de escravos e um agregado. No caso feminino, as mulheres casadas não foram registradas com seus maridos na chefia do domicílio. As viúvas eram 78, e havia 20 cabeças de família solteiras. Destas 20, 11 eram chefes de família com filhos. O censo só nos dá informação sobre a origem de alguns cabeça de família. E foi através dessa informação que montei a tabela a seguir. Onde podemos perceber que a população de mazaganistas foi se misturando a população local. Ainda assim encontramos 98 (quase 30%) indivíduos provenientes da Fortaleza de Mazagão ou de regiões de Portugal.

---

<sup>244</sup> ROSTY, Cláudio Skôra. Campanha da Guiana Francesa: Caiena tomada aos franceses. Revista Navigator 11. Dossiê Histórico.

[http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11\\_dossie4.pdf](http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie4.pdf)

<sup>245</sup> APEP, Códice 639. Censo de Macapá, ano 1808.

**Tabela 15: Origem dos moradores das Vilas de Macapá e Nova de Mazagão em 1808**

Pará	Pará	12	Portugal	Estremadura	22
	Caeté	2		Alentejo	2
	Camutá	8		Algarve	1
	Gurupá	4		Açores	51
	Cabo Norte	171	Itália	Itália	1
	Joanes	2	Angola	Angola	1
	Bahia	3	Marrocos	Praça de Mazagão	18
	Maranhão	2			
	Entre Douro e Minho	1			
	Trás-os-Montes	3			

**Tabela 16: Ocupação dos cabeças de família do sexo masculino de Macapá e Mazagão**

Ocupação	Quantidade	Ocupação	Quantidade
ajudante de cirurgia	2	feitor	1
ajudante miliciano	1	ferreiro	1
alfaiate	1	fiel dos reais armazens	1
alferes miliciano / lavrador	2	furriel miliciano / lavrador	3
alferes pago	3	furriel pago	1
anpeçada pago	4	lavrador	88
aplicado a lavoura	1	marceneiro	1
cabo de canoa	1	negociante	3
cabo de esquadra miliciano / lavrador	5	ourives	1
cabo de esquadra miliciano / negociante	1	sacristão	1
cabo de esquadra miliciano/ alfaiate	1	sapateiro	12
cabo de esquadra pago	2	sargento miliciano / lavrador	2
cabo de esquadra reformado	1	sargento miliciano	1
cadete pago	1	sargento pago	1
capitão de infantaria	1	soldado pago	19
capitão miliciano / provedor da Real Fazenda	1	soldado reformado	4
capitão miliciano / negociante	2	taberneiro	2
capitão pago	1	tenente miliciano	1
carpinteiro	5	tenente miliciano / lavrador	1

cobrador do assougue	1	tenente pago	1
escrivão eclesiastico	1	tirar esmolas (cego)	1
			Total
			184

A tabela “Ocupação dos cabeças de família do sexo masculino de Macapá e Mazagão” nos mostra como era diversificadas as formas de ocupação e trabalho masculinas. Ao todo são 42 formas de ocupação ou emprego e 9 arranjos de duas ocupações. É claro que os 88 lavradores deixam bem claro qual a principal forma de trabalho nas vilas. Mas as 26 ocupações ligadas ao trabalho como soldado ainda demonstra que passadas quase 4 décadas a Capitania do Cabo Norte ainda mantinha-se ligeiramente disposta para atividades bélicas.

**Tabela 17: Ocupações dos cabeças de família do sexo feminino**

costureira	2
fiadeira	10
lavradora	1
parteira	1
sem aplicação	1
taberneira	2
tecedeira	12
Total	29

Por sua vez a quantidade de atividades exercidas pelas mulheres era menos e o número de mulheres cujo atividades foram mencionadas também foi menor. Mas as ocupações que vemos como fiadeira e tecedeira estão diretamente associadas a um dos principais produto da região, o algodão. Sem estas mulheres o beneficio inicial do produto não seria realizado, logo ele teria um valor inferior. A atividade de parteira é particularmente interessante por ser um registro de uma atividade bastante comum até os dias de hoje em localidades amazônicas.



### CAPÍTULO 3: AS TRAJETÓRIAS MAZAGANISTAS.

A proposta deste capítulo consiste em analisar a trajetória dos Mazaganistas durante as últimas décadas do século XVIII e início do século XIX, atentando para as estratégias econômicas, sociais e políticas desenvolvidas por seus membros e que nos permitiram ver como algumas destas famílias inseriram-se na esfera da sociedade colonial paraense.

Para isso iremos perseguir algumas questões. Uma delas é tentar perceber como os indivíduos e toda a comunidade que migrou de Mazagão percebeu essa mudança. Uma vez que todas as etapas deste processo de migração não foram pensadas pela população mas sim dirigidas pela Coroa Portuguesa. Em seguida irei verificar como algumas famílias exemplares lidaram com os resultados dessa migração através dos anos. E por fim irei verificar como a nobreza de Mazagão e alguns indivíduos que destacaram-se por suas conquistas econômicas vieram a constituir a chamada “nobreza da terra” em Nova Mazagão.

Nesse sentido, gostaria de deixar bem claro que a problemática em questão não visa realizar uma série complexa e detalhada de biografias com fins unicamente biográficos mas sim tentar perceber e compreender determinados aspectos relativos a seus membros e assim, enxergar contexto social, político e econômico vigente.

Para que isso seja possível, a redução da escala de observação foi necessária *como um procedimento analítico valioso*<sup>246</sup>. Utilizei os nomes como ponto de partida da pesquisa<sup>247</sup>, e a partir de então pude verificar com mais acuidade o comportamento social realizado por estes indivíduos e seus respectivos círculos sociais. A análise micro-histórica que buscarei seguir, procura (re)construir as histórias destes sujeitos e grupos percebendo todos os detalhes e singularidades que as fontes possam testemunhar sobre o que

---

<sup>246</sup> LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História”. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: ENESP, 1992. p. 137.

<sup>247</sup> 2 GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In CASTELNUOVO, Enrico, GINZBURG, Carlo, PONI, Carlo (orgs.) **A microhistória e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989. pag. 74-75.

tenham de partícula e de coletivo. dos casos e o que o particular tem de coletivo<sup>248</sup>.

### **A Direção Dos que migram não é voluntária, nem totalmente pacífica.**

Nas sociedades modernas o Estado é o grande criador de categorias de codificação social, levando em consideração fatores econômicos e sociais e tendendo a privilegiar certos tipos de organização familiar <sup>249</sup>. Durante a segunda metade do século XVIII o termo família era entendido como um local de convívio, sinônimo de *fogos*, termo comumente utilizado em documentos oficiais da administração portuguesa.

“Família” é uma palavra considera extremamente difícil de se conceituar. Em dicionários de língua portuguesa antigos e contemporâneos, a palavra refere-se tanto a indivíduos que vivem um mesmo domicílio, quanto a um grupo de pessoas unidas por laços de parentesco sanguíneo, mas não necessariamente morando na mesma casa. Daí, tem-se a definição de família como algo amplo, se referindo a parentesco, descendência, linhagem e até mesmo raça. Diante desta complexidade contida no vocábulo “família”, sociólogos vêm estudando os significados do termo<sup>250</sup>. Segundo Eni Mesquita, a família brasileira no período colonial, apresentava uma feição complexa, incorporando ao seu núcleo central componentes de várias origens, que mantinham diversos tipos de relação com o dono da casa, sua mulher e prole legítima<sup>251</sup>.

Voltando ao caso da migração não espontânea. Dentre os indivíduos e famílias que foram listados para embarcar ao Pará, foram ao menos nove os casos de pessoas que “ficaram doentes” no hospital do arsenal de Lisboa as vésperas de embarcar. O cirurgião José Moraes (54 anos) e sua esposa Felícia Caetana (46 anos) ficaram cuidando destes doentes. Outros dois casos são de escravos que ficaram para ser embarcados em outra oportunidade por estarem

<sup>248</sup> MUAZE, Mariana de Aguiar F. **O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil. Oitocentista (1840-1889)**. Tese (Doutorado). UFF: Niterói, 2006. p. 30

<sup>249</sup> BOURDIEU, Pierre. **Razões praticas sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Correa – 11<sup>a</sup> Ed. Campinas, SP. Papyrus 2011. P.134.

<sup>250</sup> BARBOSA, Tânia Maria Brandão. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Tese de doutorado. Departamento de História, Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993.

<sup>251</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira**. Ed. Brasiliense. 2010. (pp10-11)

fugidos e ainda havia dois degredos para Mazagão que ficaram esperando a decisão de um novo lugar para o cumprimento de suas penas <sup>252</sup>.

Teodora Joaquina Rosa e Antonio Maria, órfãos de Mazagão, foram deixados com o Conde da Cunha por uma mulher chamada Teresa Maria. A mesma Teresa Maria conseguiu não embarcar para Belém e ficou em Lisboa na companhia de seu pai, um criado do Conde da Cunha <sup>253</sup>.

Estes últimos casos são salutarres por demonstrarem que através de relações de parentesco e outras formas de sociabilidade, mesmo pessoas mais humildes puderam evitar aquilo que para alguns mazaganistas era um degredo. Havia seis famílias em casas de parentes ou amigos e outras 177 que não se tem indicação alguma. É muito provável que dentre estes para os quais a fonte traz o silêncio, também tenham existido pessoas que aproveitando suas relações familiares puderam fugir de sua sentença. Ainda assim para a grande maioria não foi possível contrariar a decisão da Coroa. chegaram ao Pará aproximadamente 1642 indivíduos divididos em 388 famílias de novos colonos. Saíram de Lisboa em direção ao Vale Amazônico no dia 15 de setembro de 1769 <sup>254</sup>. Ficaram no Reino aproximadamente 450 pessoas. Estes casos mostram uma certa articulação interna entre elementos da comunidade de Mazagão, no entanto não existe qualquer padrão nas estratégias que possamos chamar de comportamento “padrão” daquele grupo para quem não fossem encaminhados como colonos para o Grão-Pará.

Para o antropólogo norueguês Fredrik Barth, a sociedade é formada por sistemas sociais que são fraturados por incoerências e fragmentos, diferente das abordagens macrossociais que vêem o mundo integrado regido por normas coerentes; há heterogeneidades. Para o antropólogo, o comportamento social não resulta de uma obediência mecânica a um sistema de normas; se a sociedade é fragmentada, os indivíduos se envolvem de maneiras diversas, e não de forma mecânica e sistematizada. Barth privilegia como unidade de observação a interação entre as pessoas <sup>255</sup>. Apenas pensar que foram

---

<sup>252</sup> Curiosamente um terceiro homem ficou preso na cadeia do Bairro de Belém do Tejo por ter "tratado" com uma mazaganista casada que se queixou ao marido e as autoridades. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 66, D. 5673.

<sup>253</sup> Idem.

<sup>254</sup> Vidal, Laurent. Op. Cit. PP 51-87.

<sup>255</sup> MONTEIRO, Livia Nascimento. **Entre Escolhas E Incertezas: A Utilização da Abordagem Micro Analítica na História Social**. II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social

soluções individuais e pouco planejadas, quase que respostas automáticas pode explicar o comportamento dessas pessoas nesta situação.

Como podemos observar através das listas de embarque. Mais de uma vez os mazaganistas foram separados de acordo com uma estrutura militar. Um pouco menos rigorosa do que no caso da lista de pagamentos<sup>256</sup>. No entanto mais rígida em evidenciar aqueles que iriam servir exclusivamente a coroa como militares. A preocupação do Marques de Pombal em cobrar das autoridades as listagens que dessem conta da população, principalmente das colônias, estava ligada a preocupações militares potencializadas a partir de um momento especialmente crítico em meio às tensões fronteiriças da América entre Portugal e Espanha durante a segunda metade do século XVIII <sup>257</sup>.

Entre fins de 1768 e o final de 1770 uma intensa troca de informações e, na medida do possível, um cuidadoso planejamento por parte dos representantes da administração portuguesa na África, em Lisboa e no Pará dá início a movimentação de uma população que as vésperas da Independência do Brasil ainda estaria mantendo mobilidade sem uma certeza sobre seu futuro. Isso teria possibilitado o sucesso da migração dos mazaganistas, ainda que não tenha havido um sucesso da Vila Nova de Mazagão. Praticamente todas as pessoas listadas para servir como colonos no Pará foram embarcados para este destino. E iriam se integrar a outra estrutura que esteve paralelamente sendo preparada no Pará, enquanto seu transporte era executado.

Neste sentido podemos aferir acerca do entendimento que se tinha sobre a forma de governar durante o século XVIII, que passa a ser arte de administrar, gerir pessoas, coisas, fatos excepcionais (catástrofes climáticas e epidemias, por exemplo) e as relações entre as pessoas (relações pessoais, econômicas, culturais e comportamentais) <sup>258</sup>. Dessa forma podemos entender

---

(2008: Juiz de Fora,(MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

<sup>256</sup> APEP. Cod. 2008.

<sup>257</sup> NADALIN, Sérgio. **História e demografia. Elementos para um diálogo** - Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004. 248p. (Coleção Demographicas, v.1).

<sup>258</sup> FOUCAULT, M. **Governamentabilidade**. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 24ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal. P. 166.

que as listas populacionais, ou *listas nominativas*, tinham as mais diversas funções durante a segunda metade do *setecentos*. Primeiramente, a necessidade de se ter um controle da população masculina disponível para o recrutamento e para servir a coroa de armas nas mãos ou mesmo cargos da administração pública.

O controle populacional por parte do Estado também era de fundamental importância, pois, a partir dos levantamentos populacionais, o poder central, fortalecido pelas reformas pombalinas, exercia um controle cada vez maior sobre a população <sup>259</sup>.

Por outro lado o desenvolvimento da arte de governar propiciou a aplicação da estatística, que já era utilizada para resolução de questões relativas à soberania, como instrumento de conhecimento do Estado naquilo que hoje chamamos de ramos da economia, econômico. Isso também permitiu ao Estado o conhecimento mais profundo de problemas específicos da população. A estatística dará aos Estados conhecimentos sobre fatos relativos à natalidade, mortalidade, nupcialidade que tem relação direta com a economia. E a família passará a não mais ter um papel como modelo para a arte de governar e sim como unidade de medida, no interior da população. Ou seja, é fundamental conhecer as configurações estatísticas da família, enquanto um segmento privilegiado, para um bom conhecimento populacional.<sup>260</sup>

Jacques Revel identifica o surgimento de dois ramos de estatística adotadas pelos monarcas europeus. Um de tradição alemã, descritivo que buscava abranger todos os aspectos da região estudada (solo, clima, vegetação, águas, tamanho da população, suas atividades e comportamento). O outro de tradição inglesa – *Political arithmetick* – muito preocupado em criar dados numéricos para longas séries temporais que pudessem ser comparadas posteriormente. Segundo o próprio Pombal ele era influenciado pela aritmética política de William Petty devido a tê-la conhecido durante o tempo que passou diplomata em Londres. O termo “aritmética política” acabou sendo vulgarizado

---

<sup>259</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. “*Demografia numa perspectiva histórica*”. ABEP, São Paulo, 1994. p. 35.

<sup>260</sup> FOUCAULT, M. op. Cit. P. 169

entre os círculos intelectuais e burocráticos portugueses do fim do século XVIII, especialmente para dados econômicos e demográficos <sup>261</sup>.

## A FAMÍLIA VALENTE DO COUTO

Em meio aos preparativos planejados para a recepção dos mazaganistas no Pará, as autoridades locais foram muito além das ordens recebidas para construir a Vila de Mazagão. Partindo desta lógica pode-se observar também, como alguns indivíduos mesmo ainda ausentes se inseriram na lógica de funcionamento dos poderes locais. Alguns mazaganistas, como é o caso de Mateus Valente do Couto buscavam por cartas, enviadas muito antes de sua saída de Lisboa, garantir seus lugares dentre os representantes coloniais no Pará. Fazendo de sua influencia na coroa, muitas vezes como fidalgos e cavaleiros fidalgos, uma quase certeza de garantir novas e importantes posições no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Assim Manuel Gonçalves Mininéa recém chegado a Lisboa em 1769 garante o seu posto de capitão de Infantaria da Guarnição de Macapá <sup>262</sup>. Um pouco antes de Mateus Valente do Couto, que em setembro do mesmo ano foi promovido ao posto de Mestre de Campo dos Auxiliares da Vila de Nova Mazagão <sup>263</sup>. Utilizando-se da mesma estratégia que Manuel Gonçalves Mininéa, Valente do Couto obteve sua mercê, com um detalhe curioso, nem a Vila existia e nem um único praça mazaganista iria para a ela até o início do ano de 1771. Mesmo assim quando a Coroa o tornou Mestre de Campo sem que ele sequer tivesse pisado no continente e não mais que alguns pregos houvessem sido empregados no construção da nova vila.

Ainda para exemplificar essa estratégia utilizada por Valente do Couto e Gonçalves Mininéa, rapidamente João Fróes de Brito, Bartolomeu de Macedo, Manuel da Fonseca e Pinho, e Francisco de Azevedo Coutinho obtiveram mercês e se tornam capitães dos Auxiliares no Pará <sup>264</sup>. Duas semanas depois de Gonçalves Mininéa enviar a primeira carta solicitando posto no Pará,

---

<sup>261</sup> SANTOS., Antonio Cesar de Almeida. **Aritmética política e a administração do estado português na segunda metade do século XVIII**. PP. 144-147

<sup>262</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 54, D. 4910.

<sup>263</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 64, D. 5560.

<sup>264</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 64, D. 5561.

Jerónimo Pereira da Nóbrega teve sua patente também expedida para um cargo<sup>265</sup>. Para além dos interesses individuais destes mazaganistas devemos entender que também era uma necessidade da coroa portuguesa garantir que a nova Vila tivesse suas autoridades instituídas por Lisboa.

O fato de Valente do Couto como outros mazaganistas garantirem postos de alguma importância no Pará lhes dava uma vantagem sobre outros indivíduos e famílias que não tinha este nível direto de relação com as autoridades portuguesas. No entanto isso não significava que o sucesso deste grupo como colonos no Pará fosse algo certo. Mas é certo que esta prática visava sem dúvidas reforçar o caráter de reino, de nobreza guerreira, que detinham os defensores da Mazagão Marroquina.

A noção de “estratégia” proposta por Fredrik Barth ajuda-nos a percebermos as atuações desses “homens bons” detentores posições privilegiadas dentro de suas redes de relações sociais estabelecidas. Ou seja, a forma como este elementos interagem entre si e com à própria Coroa Portuguesa tem como objetivo direto a obtenção de melhores posições sociais e também no alcance de melhores proventos para seus interesses particulares<sup>266</sup>.

Além disso havia a necessidade de afirmar e reforçar sua nobreza. Era uma necessidade para estas pessoas do Antigo Regime “ser” de uma determinada família, tendo assim, ampliado seu grau de nobreza pelo pertencimento a um “clã”. Essa diferenciação e peculiaridade de certos indivíduos e grupos frente a outros se caracteriza com um tipo de poder. O poder familiar, da prole, do clã, é garantido por uma série de regras e símbolos que compõem o seu capital simbólico e por conseguinte, garantem o exercício de tal poder<sup>267</sup>.

Mateus Valente do Couto tinha 76 anos quando em 1768 a Fortaleza de Mazagão recebeu ordem final para ser abandonada. Nesta altura ele vivia em

---

<sup>265</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 64, D. 5568.

<sup>266</sup> MONTEIRO, Livia Nascimento. Op. Cit. P. 7

<sup>267</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. DIFEL/Bertrand Brasil, Lisboa/Rio de Janeiro, 1989, pp. 7-15 e BOURDIEU, Pierre. “**Condição de classe e posição de classe**”. In: **A economia das trocas simbólicas**, ed. Perspectiva, S. Paulo, 1987, p. 16

uma casa apenas com sua mulher Catarina Rosa de 70 anos e sua filha Joana Gonçalves de 36. Ele era sargento mor da infantaria da praça<sup>268</sup>.

Quando da partida para Lisboa um ano depois a família era composta pelo casal Mateus e Catarina, pelos filhos João Valente do Couto (padre frei de 43 anos), Luis Valente do Couto (cabo de esquadra de 36 anos) e pelos escravas mouras Ana da Conceição e Maria Rosa<sup>269</sup>. A família de Valente do Couto chegou ao Pará em 1770 no Navio Santana Nossa Senhora da Glória<sup>270</sup> apresentando a mesma configuração que tinha ao sair de Mazagão em 1769.

Já Joana Gonçalves se casou ainda em Lisboa com Miguel dos Anjos de 38 anos, passando para um novo fogo. Miguel era viúvo e tinha uma filha 6 anos chamada de Veríssima dos Anjos. Junto com eles ainda viviam 3 irmãs, um sobrinho e um cunhado<sup>271</sup>.

Mateus Valente do Couto enviou carta ao Conselho Ultramarino logo após chegar em Belém e informou ter chegado em segurança após 55 dias de viagem, e disse possuir boa saúde e também em sua família todos se encontravam bem, apenas sua mulher tivera uma inflamação na perna e teve a saúde logo restituída. E afirmava estar feliz por conta dos préstimos que a “nobreza da terra” lhe tem dado assim como o Governador. Por fim indicava o nome de seu filho, António Dinis de Couto Valente, para o lugar de sargento-mor do Terço da vila Nova de Mazagão, apesar de pai e de não esquecer de seus deveres indica o filho por este ter merecimento<sup>272</sup>.

Pouco tempo depois o padre frei João Valente do Couto (43 anos), filho de Mateus Valente do Couto, foi nomeado para assumir a função de sacerdote da população de Mazagão<sup>273</sup> e almejava a assumir a Vigária da freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Nova Mazagão. Esta segunda nomeação não ocorreu sem conflito, uma vez que outros sacerdotes almejavam a mesma vaga como o padre frei Diogo Dias da Costa (69 anos) e os padres Francisco

---

<sup>268</sup> AHU. Cod. 1784.

<sup>269</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 82, D. 6720

<sup>270</sup> APEP. Cod. 207.

<sup>271</sup> APEP. Cod. 207.

<sup>272</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 65, D. 5583.

<sup>273</sup> APEP Códice 208. Listas das Famílias de Mazagão. Livro II.



Afonso da Costa (59 anos) e Braz João Romeiro (70 anos). E foi justamente o clérigo mais jovem que viria a assumir a vaga de Vigário <sup>274</sup>.

Com isso ficou bem clara a influencia e o poder que a rede de relações que o padre frei João Valente do Couto e sua família tinham. Como prova o fato de este padre ter recorrido ao ex-inquisidor e vigário capitular do bispado do Pará, Geraldo José de Abranches, alguns meses depois para solicitar a confirmação da vigaria de Nova Mazagão. Na mesma correspondência ainda solicita a Igreja de Santo Alexandre, solicitação essa que foi atendida, para servir de paróquia aos mazaganistas ainda residentes em Belém. Para que com estas providencias os sacramentos fossem descentemente dados a este povo. Justificava seu o pedido pelo fato deste religioso também atender ao povo das duas freguesias de Belém uma vez que os párocos dessa cidade viviam muito espalhados <sup>275</sup>.

No Ultramar o acesso a cargos e outras funções de prestígio eram objeto de fervorosas disputas nas quais os grupos economicamente influentes da localidade buscavam reforçar seu prestígio e ampliação do seu poder e privilégios<sup>276</sup>.

Segundo Silva, a “nobreza da terra” são aqueles que se convencionou chamar assim, por uma oposição ao grupo mercantil, assentavam-se nas sesmarias recebidas, destinadas a engenhos ou fazendas de criatório, e no número de escravos possuídos confeccionando assim sua base de prestígio social<sup>277</sup>.

O uso da expressão “nobreza da terra” tem sido comumente utilizado para designar as elites coloniais em distintas capitanias e já causou algumas controvérsias na historiografia brasileira. O fato é que o termo vai sendo constantemente utilizado em muitos trabalhos e pesquisas no mundo acadêmico brasileiro e apesar de ser utilizado com advertências conceituais seu uso se popularizou<sup>278</sup>.

---

<sup>274</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 64, D. 5562.

<sup>275</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 65, D. 5593.

<sup>276</sup> BICALHO, Maria Fernanda. “O que significa ser cidadão em tempos coloniais”. In: ABREU, Marta. & SOIHET, Rachel. **Ensino de História. Conceitos, Temáticas e Metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Faperj, 2003. 139-151.

<sup>277</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo. Editora Unesp, 2005.

<sup>278</sup> MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. **Perspectivas sobre a “nobreza da terra” na Amazônia colonial**. REVISTA DE HISTÓRIA. SÃO PAULO, Nº 168, p. 26-68, janeiro / junho 2013

A cidade de Belém na qual os mazaganistas foram recebidos abrigava a população do que hoje podemos chamar de “embrião da cidade” era de 10299 pessoas, incluídos brancos, indígenas, mestiços e africanos. Isso quando somado o número dos moradores das duas freguesias que compunham a cidade, a Sé e Campina. Ou seja, a chegada dos mazaganistas em Belém causou um aumento demográfico abrupto na população da cidade de aproximadamente 15%<sup>279</sup>.

No caso do outro filho de Mateus Valente do Couto, Antonio Dinis do Couto, ao menos aparentemente sua mercê foi conseguida sem a concorrência de outros mazaganistas. Antonio Dinis do Couto Valente ou Antonio Dinis do Couto saiu da Mazagão marroquina em 1768 ao 40 anos com sua esposa Dona Margarida Josefa de 41 anos e sua filha Maria da Pena de França de 19 anos. Antonio Dinis era alferes de infantaria por patente real. E diferente de seus pais que vieram no Navio Santana Nossa Senhora da Glória ele chegou em Belém no Navio Nossa Senhora da Purificação<sup>280</sup>. Portanto Antonio Dinis chefiava um segundo núcleo da família Valente do Couto.

O reino e o ultramar vivem em um singular interdependência. Ou seja, a fronteira se constitui como um local privilegiado para prestação de serviços, realização de conquistas. Isso significa dizer que o a prestação de serviços para a coroa nessas localidades significava a obtenção de prestígio social, político, econômico e religioso junto á monarquia. Que por sua vez articulava institucionalmente mesmo os súditos mais longínquos do império luso<sup>281</sup>.

Não pudemos precisar ao certo quando Mateus Valente do Couto passou com sua família para Nova Mazagão nem como se deu seu estabelecimento inicial na nova Mazagão. O fato é que em 1778 encontramos D. Catharina Xavier da Roza, viúva, como chefe de família. Possuía ela apenas um escravo do sexo masculino, não as escravas que trouxera, e o recenseador a considerou de “pouca possibilidade e de nenhuma applicação”<sup>282</sup>. Ou seja

---

<sup>279</sup> “Mapa de todos os habitantes e fogos do Pará e Rio Negro em 1772” AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.72, D. 6100.

<sup>280</sup> APEP. Cod. 207.

<sup>281</sup> FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Introdução. P. 20.

<sup>282</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 94, D. 7509

uma viúva de 80 anos com apenas um escravo não tinha muita possibilidade de inserção nas atividades econômicas locais.

Um olhar direto desatento sobre o recenseamento mostraria uma mulher totalmente desamparada. No entanto, percebemos que o filho dela o padre João Valente do Couto, que se tornou vigário de Nova Mazagão devido as boas relações de sua família, foi identificado como de “medianas possibilidades” pelo recenseador<sup>283</sup>. E muito provavelmente deveria amparar sua mãe viúva.

Entre 1770 e 1778 Antonio Dinis do Couto iniciou sua carreira no Pará já como sargento-mor do Terço da vila Nova de Mazagão e passou importantes postos na hierarquia soldadesca local. Foi inspetor da fortificação de Macapá, alferes de infantaria e ajudante de ordens do capitão da infantaria<sup>284</sup>. No ano de 1778 Dona Margarida Josefa residia nas proximidades de Nova Mazagão, provavelmente em Macapá, segundo Gama Lobo da Almada, e se encontrava viúva. Ainda por informações de Almada pude verificar que a família de Dinis do Couto quando se instalou na região recebeu casa, as ferramentas que se deviam dar aos colonos e socorro de farinha e Almada ainda sugeriu que as autoridades tratassem melhor esta viúva que vivia com seu filho Mateus Valente do Couto (Neto) e cinco escravos que lhe sustentavam a casa através da lavoura<sup>285</sup>. Este socorro de farinha era um auxílio que a Coroa portuguesa prometeu aos colonos mazaganistas e lhes era dado por um ano, período de instalação das famílias no entender das autoridades.

Por conta do testamento da viúva deste neto de Mateus Valente do Couto, também chamado Mateus Valente do Couto, em nome de Dona Julia da Fonseca Zuzarte do ano de 1815. Vimos que assim como o pai e o avô, Mateus Valente do Couto (Neto) ocupou um posto na carreira de armas, capitão. E que anos mais tarde mudou para Belém onde faleceu poucos anos antes de sua esposa deixando muitos bens para os filhos que tinham nomes muito parecidos com os de seus bisavós e avós. Mateus (Neto) e Julia Zuzarte tiveram como filhos Lucas Valente do Couto, D. Maria Valente (que foi casada com o capitão Pedro Silva da Cunha) que lhe deixou os netos D. Julia, D.

---

<sup>283</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 94, D. 7509

<sup>284</sup> AHU. Códice 1257. “Relação dos mazaganistas estabelecidos na Vila Nova de Mazagão, e suas vizinhas, por Manoel Gama Lobo da Almada”.

<sup>285</sup> AHU. Códice 1257.

Sebastiana, Antonio Francisco e D. Mariana Graces Palha de Almeida (que foi casada com Manoel de Azevedo, falecido) que lhe deixou o bisneto Mateus<sup>286</sup>.

### **A FAMÍLIA DE LOURENÇO RODRIGUES, UM FERREIRO.**

Lourenço Rodrigues era o cabeça de família da primeira família a ser embarcada de Belém em canoas para construir e colonizar a Vila Nova de Mazagão em 1770. Sua história começa muito antes, mas só me foi possível acompanhá-la a partir de 1768. Lourenço deixou o Marrocos aos 50 anos. Ele artilheiro da Fortaleza de Mazagão. Neste primeiro momento seu fogo era composto por ele, sua esposa Eugenia Maria, 45 anos, e Mariana da Piedade filha do casal, 21 anos<sup>287</sup>.

Em apenas um ano (1769), o destino comum dos mazaganistas lhe pregou uma peça, sua esposa Eugenia falece. E também por ação deste destino ele se casa em Lisboa com outra mulher de Mazagão, Maria José de 30 anos. O novo fogo de Lourenço Rodrigues passa a ter a seguinte configuração:

**Tabela 18: Família de Lourenço Rodrigues em 1769<sup>288</sup>**

<b>Lourenço Rodrigues</b>	<b>masculino</b>	<b>cabeça de família</b>	<b>50</b>
Maria Jose	feminino	mulher do cabeça de família	30
Joao Rodrigues	masculino	filho	27
Antonio Rodrigues	masculino	filho	9
Sebastiao Rodrigues	masculino	filho	10
Maria do Nascimento	feminino	filha	8
Caterina Maria	feminino	filha	5

A filha de Lourenço, Mariana da Piedade, simplesmente desapareceu na documentação. Não consta ter saído de Lisboa, nem de ter chegado em Belém. Nesse caso, ela só pode ter tido dois destinos, ou faleceu com sua mãe

<sup>286</sup> Centro de Memória da Amazônia. Fundo: Tribunal de Justiça. Testamento de Dona Julia da Fonseca Zuzarte, 28 de novembro de 1815. 11ª Vara Cível da Comarca da Capital/ Cartório Fabiliano Lobato

<sup>287</sup> AHU. Cod. 1784.

<sup>288</sup> AHU. Cod. 1784.

entre a viagem para Lisboa e os seis meses de permanência ali ou conseguiu escapar do embarque. Quanto a nova formação do fogo de Lourenço, ele é bastante peculiar. Aparecem cinco novos filhos e a fonte não deixa muito claro se são do marido ou da mulher. De qualquer forma, todos tem idade para ser filhos de Lourenço. E apenas João Rodrigues de 27 anos não poderia ser filho da segunda esposa.

Paralelamente aos transportes da população. Todo o intento da coroa portuguesa em povoar Nova Mazagão parecem ter sido logrados pela lentidão nas obras. A utilização do indígena no projeto de defesa e delimitação das fronteiras se confrontava diretamente com o Diretório, que previa a utilização do nativo indígena como parte importante da consolidação da ocupação portuguesa na Amazônia<sup>289</sup>. Portanto o projeto de colonização idealizado para Nova Mazagão esbarrou por grandes dificuldades já em seus primeiros anos devido á falta destes braços para uma obra que era tida primordial para o sucesso da colonização na região. Ou seja, os problemas no andamento da construção pela falta do trabalhador indígena era visível, no entanto, a enorme falta de trabalhadores especializados não era um problema a se ignorar.

Já em sua chega á Belém em Janeiro de 1770, além de sua nova esposa e cinco filhos, Lourenço traz consigo o agregado José do Rego de 30 anos. Todos vieram juntos no Navio Nossa Senhora das Mercês da Companhia<sup>290</sup>. E quando Lourenço e sua família foram escalados para já em abril do mesmo ano partirem para Nova Mazagão, que ainda estava no inicio de suas obras, o agregado José do Rego já não acompanhava a família<sup>291</sup>. E o fato de Nova Mazagão estar sendo construída com escassez de trabalhadores especializados deixou Lourenço, “oficial ferreiro”, no topo da lista de prioridades para embarque imediato.

Podemos comprovar isso ao menos para todo o ano de 1771. Pois do primeiro embarque de colonos para a nova vila, em 1770, até o fim do ano de 1771 temos a descrição das profissões dos chefes de família, e em alguns

---

<sup>289</sup> TORRES, Simeia Maria de Souza. **Projetos coloniais: antagonismos e confluência nas fronteiras da Amazônia setecentista**. In: Temas setecentistas: governos e populações no Império Português. Editora UFPR/SCHLA, 2009. PP. 128-129

<sup>290</sup> APEP. Cod. 207.

<sup>291</sup> APEP. Cod. 207.

casos as profissões de outros membros<sup>292</sup>. A partir do segundo embarque, em 25 de maio de 1771, até o sétimo em 13 de outubro encontramos 74 famílias sendo encaminhadas para nova Mazagão. Até o fim daquele ano seriam 100 famílias, 363 pessoas. As listas de embarque nos apontam 13 cabeças de família com as respectivas profissões indicadas. Um cirurgião, um sangrador, sete carpinteiros, dois pedreiros, um barbeiro e um sapateiro. Ainda encontramos um serralheiro filho de uma viúva, um boticário agregado do sangrador Manoel da Silva Lisboa e um sapateiro agregado de outra família. Esse envio de profissionais “brancos” e especializados para a Vila, indica a carência de trabalhadores.

E por fim esta família desaparece. Não consta nenhum Lourenço Rodrigues no recenseamento de 1778, nem na investigação complementar feita por Almada. Muito menos na relação de pessoas de Mazagão residentes em Belém também de 1778. Nem o nome de uma viúva Maria José. Nem nomes dos filhos com idades que me permita identificá-los como da família de Lourenço. O grande cerne da questão não é o que aconteceu com estas pessoas, mas sim o fato de terem desaparecido. No caso da família Valente do Couto havia algumas correspondências, no caso da família de Lourenço só havia uma menção em documentos em que toda ou grande parte da população de Mazagão era contabilizada. Ou seja, por não serem nobres ou importantes eles simplesmente desapareceram.

## **A FAMÍLIA ASCENDENTE DE MANOEL GONÇALVES**

O major Gaspar Leitão da Cunha, do 2º Regimento de Primeira Linha do Pará era filho do capitão de Fragata Manoel Gonçalves da Cunha, transferido para o Pará vindo de Mazagão após a década de 1760. Gaspar era casado com Maria Antonia da Fonseca Zuzarte, também natural de Mazagão. Um dos filhos do casal, Ambrósio, seria deputado provincial do Pará(1848-1852), deputado geral (1855-1870), juiz (1854), chefe de polícia (1859), desembargador, presidente das províncias Paraíba, Pernambuco, Maranhão e

---

<sup>292</sup> APEP. Cod. 207.

Bahia, senador (1870), Ministro do Império do Ministério Cotegeipe e por fim agraciado com o título de Barão de Mamoré<sup>293</sup>.

Mas voltemos ao início desta trajetória. O único Manoel Gonçalves dentre um total de seis, identificado como trabalhador de navio em 1768 se chamava Manoel Gonçalves Neves, um cabeça de família solitário de 33 anos que era sargento de um navio<sup>294</sup>. No ano seguinte (1769) quando os mazaganistas eram contabilizados para embarcar de Lisboa para Belém, Manoel Gonçalves Neves, 33 anos, sargento de navio, se encontrava casado com Dona Francisca da Cunha de 50 anos e traziam consigo 4 filhos.

Tabela 19: Família de Manoel Gonçalves em 1769<sup>295</sup>

	Nome	Sexo	casamento		idade
Sargento de navio	Manoel Gonçalves Neves	masculino	casada	cabeça de família	33
dona	Francisca da Cunha	feminino	casada	mulher do cabeça de família	50
dona	Leonor Salgueira	feminino		filha	9
	Antonio de Azevedo	masculino		filho	8
	Luis de Loureiro	masculino		filho	7
dona	Antonia Maria Rosa	feminino		filha	6

Não posso afirmar que Manoel Gonçalves se casou neste ano, nem que já era casado. A fonte também deixa dúvida se as crianças são filhas dele ou da esposa. O fato é que em 1770 ao descer em Belém a esposa de Manoel era outra, Maria Manoel de 28 anos. Conforme a tabela abaixo:

Tabela 20: Família de Manoel Gonçalves em 1770<sup>296</sup>

	Nome	Sexo	casamento		idade
Sargento de navio	Manoel Gonçalves Neves	masculino	casada	cabeça de família	33
dona	Maria Manoel	feminino	casada	mulher do cabeça de família	50

<sup>293</sup> MARIN, Rosa. **Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense**. Revista Estudos Econômicos 15, Edição Especial, 1985. PP 153-167.

<sup>294</sup> AHU. COD. 1784.

<sup>295</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 82, D. 6720

<sup>296</sup> APEP. COD. 207.

dona	Leonor Salgueira	feminino		filha	9
	Antonio de Azevedo	masculino		filho	8
	Luis de Loureiro	masculino		filho	7
dona	Antonia Maria Rosa	feminino		filha	6

Comparando o nome e a idade dos membros da família, fica impossível afirmar não ser a mesma. A família de Manoel Gonçalves passou de um indivíduo solitário em 1768 a um homem casado em segundas núpcias com filhos ao chegar em Belém em 1770.

Em 1778, não encontramos nenhum Manoel Gonçalves da Cunha ou Manoel da Cunha. Mas Manoel Gonçalves Neves ainda se encontrava na Vila e foi listado como homem branco, casado, natural de Mazagão e liderava um fogo composto por 3 homens, uma mulher e dois casais de escravos. Ainda assim o recenseador o classificou como “de pouca possibilidade e de nenhuma aplicação”. No censo de Macapá de 1808 nem ele, nem a esposa nem os filhos são listados. Daí pela lógica, suponho que tenham mudado, mas não posso precisar o paradeiro da família para ver como se construiu a rede social que permitiu a um neto de Nova Mazagão alcançar um ministério do Imperio.

## A Câmara

Um grupo considerável dos colonos de Nova Mazagão era de fidalgos, cavaleiros fidalgos e até cavaleiros da Ordem de Cristo. Não foram poucos os casos em que reivindicaram esta nobreza para tentar resolver seus problemas de moradia, falta de acesso cargos e outras mercês e até o fim de seu isolamento<sup>297</sup>. Nem tão pouco o caso de indivíduos que buscavam adquirir uma nobreza por seus préstimos enquanto lavradores, por exemplo. Neste sentido fica impossível entender a colonização da vila sem uma percepção de como era vista a nobreza por aqueles que viviam no ultramar.

<sup>297</sup> CONSULTA do Conselho Ultramarino para a rainha [D. Maria I], sobre a representação apresentada pelos oficiais da Câmara, Nobreza e Povo da extinta Praça de Mazagão, e residindo actualmente na vila com o mesmo nome no Estado do Pará, queixando-se da precariedade das suas vidas, 1783. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 90, D. 7346.



Apesar das dificuldades iniciais e das dificuldades comuns que qualquer colono português trazido para o Pará encontraria, especialmente as ligadas ao clima, à fauna e a flora locais. Os mazaganistas, mesmo com suas particularidades enquanto colonos, não tardaram a buscar uma inserção nas redes de poder e econômicas da sua nova terra. Um espaço em que concorreriam com afinco seria a Câmara de Vereança.

Para Rosa Acevedo, as elites que se estabeleceram no Pará desde a segunda metade do século XVIII, tenderam a buscar o monopólio de certos setores da sociedade paraense. Dentre eles o oficialato militar, a larga posse fundiária e o comércio, com destaque para o grande comércio, quase que totalmente controlado por portugueses<sup>298</sup>.

Segundo Cancela, as famílias da elite local que remontavam ao período colonial tinham sua riqueza pautada preferencialmente na propriedade de engenhos, criação de gado, ocupação de cargos administrativos, funções militares e por vezes firmas comerciais. Sendo que no fim do século XIX com a entrada de novos nomes para a elite econômica da região, oriundos da exploração da borracha, passaram a adotar as estratégias de diversificar seus investimentos, associar-se aos novos comerciantes ou a explorar diretamente a borracha<sup>299</sup>.

De modo geral, os trabalhos sobre história das elites só começam a aparecer a partir da segunda metade da década de 1960. Muitos historiadores embalados pela rediscussão do termo “classe” a partir das luzes reinterpretativas da revolução francesa se inseriram nessa discussão. Dentro deste debate o termo “elite” também passa a ser revisto, não mais sobre um prisma puramente marxista. Nesse sentido a técnica da prosopografia foi sendo gradativamente desenvolvida para a aplicação em estudos sobre as elites. Estudar as elites passou a ser entendido como o estudo de um instrumento muito útil para se conhecer os mecanismos do poder. E a questão de como se

---

<sup>298</sup> MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. **Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no século XIX**. In: Separata da Revista de Estudos Economicos, 15 (nº especial), 1985.

<sup>299</sup> CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870-1920)**. Belém: Ed. Açaí, 2011. PP. 23-34.

limitar estes grupos fora posta com alguma frequência como um grande problema metodológico<sup>300</sup>.

A prosopografia ganha eco como prática historiográfica a partir de algumas publicações dos *Annales* durante a década de 1970. Ela passa a ter uma grande utilização em trabalhos sobre a história de Roma “uma ciência auxiliar da epigrafia e da história antiga que estuda a filiação e a carreira de grandes personagens”. Nesse sentido as problematizações metodológicas acabaram por impor que trabalhos de orientação prosopográfica incluíssem, ao pelo menos preferencialmente, verbetes ou notas biográficas com intuito de restituir um pouco da vida, da carne, da cor e da originalidade de cada um dos indivíduos do grupo estudado em questão<sup>301</sup>.

Quanto ao Brasil, mais recentemente, trabalhos como os de Russell-Wood e Francisco Bethencourt tem indicado a necessidade de se conhecer a carreira dos administradores para melhor entender o funcionamento do Império. Russell-Wood afirma que o império português analisado unicamente sob o viés institucional pareceria centralizado, mas que as práticas humanas existentes inviabilizavam toda esta centralização e rigidez, demonstrando muita flexibilidade estatal e autonomia dos colonos nas interpretações jurídicas. Nas palavras da autora Russell-Wood apresenta um plano horizontal e um vertical das redes de governança do império português. Na primeira verifica-se as relações dos agentes com os governantes e na vertical, a flexibilidade do Estado, criaria um canal direto entre os colonos e Lisboa, o centro do poder<sup>302</sup>.

Nos últimos anos, a historiografia sobre a América lusa – em estreito diálogo com a historiografia portuguesa sobre a sociedade de Antigo Regime – tem dado grande destaque às discussões acerca das elites coloniais. Em meio a estes estudos sobre as elites, um dos problemas bastante discutido diz respeito ao emprego do conceito de nobreza para as elites coloniais. Nos estudos sobre a nobreza no reino, coloca-se em meio às discussões uma

---

<sup>300</sup> CHARLE, Christophe. **Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea.** In: Heinz, Flávio. (org.). *Por outra história das elites.* Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2006. PP. 22-30.

<sup>301</sup> LALOUETTE, Jacqueline. **Do exemplo à série: história da prosopografia.** In: Heinz, Flávio. (org.). *Por outra história das elites.* Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2006. PP 63-69.

<sup>302</sup> SOUZA, Laura de Mello. **O sol e a sombra. Política e administração na América Portuguesa do século XVIII.** PP. 44-46

questão, que diz respeito ao grande alargamento que o conceito de nobreza passa a sofrer ao longo do tempo (sobretudo a partir do século XV), o que fez com que, em certa medida, tal conceito não se configurasse exatamente como um circuito de classificação social tão restrito no reino lusitano, se for visto níveis comparativos com seu emprego em outros Estados modernos como o espanhol e o francês<sup>303</sup>.

Os duques, marqueses, condes, somavam 59 em Portugal de acordo com a publicação do genealogista Dom Antonio Caetano de Souza (1754). Mais ou menos na mesma época, o tratadista Luis da Silva Pereira Oliveira, em seu livro *Privilégios da Nobreza e fidalguia de Portugal*, escrevia: “a nobreza no nosso estado atual, podemos dizer que é uma certa dignidade derivada dos pais, ou da concessão do príncipe. A nobreza hereditária ou de linhagem exigia três gerações, como apontava este tratadista: *“entre nós é constante que só se reputa com nobreza natural aqueles cujos pais e avos foram nobres”*. São estas três gerações que, como veremos, surgem nas justificativas de nobreza para se poder usar o brasão de armas<sup>304</sup>.

Deixando de ser um atributo diretamente ligado ao nascimento e passando para o desempenho, em especial o prodigiosos, de uma função (no caso militar, ligado ao contexto de constituição do reino, e formação do Estado Nacional) – o conceito de nobreza, a partir do século XV, passa a ser, antes de tudo, um designativo de qualidade daquele que o detinha. O alargamento do conceito no reino, devia-se ao emprego do termo, não somente, a um grupo restrito de sujeitos que tivesse no sangue a origem do atributo de nobre, sendo também um termo qualificativo que passou a ser empregado a indivíduos do estrato terciário, que estivessem ligados principalmente ao desempenho de funções de destaque em instituições de caráter civil ou militar de várias paragens do reino e no Império, que então começava a se constituir. O conceito de nobreza no reino poderia, portanto, ser dividido como fruto de duas origens: no primeiro caso, uma origem no sangue, ou seja, uma nobreza de linhagem, de caráter hereditário e, no segundo caso uma nobreza definida

---

<sup>303</sup> NOGUEIRA, Gabriel Parente. **VIVER “À LEI DA NOBREZA”:** Práticas e ideais de nobilitação das elites na periferia da América portuguesa – Os camaristas de Santa Cruz do Aracati (1748-1824). ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

<sup>304</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser Nobre na Colônia:** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

como “nobreza política ou civil”, ligada ao desempenho de cargos administrativos como o de oficiais camarários, ou postos de oficiais em instituições militares como as ordenanças ou milícias. Diferente da nobreza de caráter estamental, a nobreza política caracterizava-se por ser individual, não levando em consideração, em alguns casos, a origem social do sujeito, da mesma forma que, não necessariamente, o caráter de nobreza conferido a um sujeito seria automaticamente transferido à sua descendência<sup>305</sup>.

Torna-se relevante atentarmos a este caráter de nobreza política, se levarmos em conta que, seu surgimento e larga aplicabilidade, está diretamente ligado ao processo de constituição do Império português, o qual contou com grande participação de sujeitos, em alguns casos destituídos, ou com pouca qualificação social no reino e que tinham nas conquistas do ultramar uma possibilidade de acesso às compensações inerentes ao desempenho de serviços ao rei e ao Estado que comumente eram retribuídos, segundo a lógica da “economia das mercês, com a concessão de postos, cargos patentes, terras e outros meios que conferiam uma qualificação ao sujeito que o recebesse. Nesse sentido a conquista do Novo mundo se caracterizou como um marco na “economia dos serviços” já que a conquista se deu em grande escala por sujeitos, se não destituídos de qualificação, pouco qualificados, dentro da lógica hierárquica da organização social do reino. Neste sentido, para os estudos acerca do caráter de nobreza aplicado para as elites colonial, “(...) há que tentar na especificidade da nobreza colonial, pois o que é relevante é o processo de nobilitação e não, como em Portugal, a reprodução social da nobreza.”<sup>306</sup>. Ou seja, “Ser nobre na colônia” diz respeito antes de tudo à segunda classificação de nobreza, ou seja, a nobreza de caráter político ou civil diretamente ligada à prestação de serviços ao Estado.

Os estudos e pesquisas nos fazem perceber que as estratégias de nobilitação e distinção social desenvolvidas pelos sujeitos, não diziam respeito unicamente à busca de acesso a postos e ofícios mais se configuravam

---

<sup>305</sup> RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial. Brasil (1530-1630)**. São Paulo. Alameda, 2009.

<sup>306</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. P.7.

também em uma série de práticas sociais que visavam, sobretudo, a aquisição de prestígio e legitimação de poder em esfera local. Dentro desta lógica podemos perceber que as práticas de nobilitação eram diretamente desenvolvidas pelas mais diversas Câmaras espalhadas por toda a colônia, desenvolviam-se a partir de uma lógica que visava legitimar seu estatuto tanto em uma órbita central do Império quanto em âmbito local. Dentro da ordem vigente no período, maior destaque tinha aquele que mais qualificações ostentasse. Como bem diz Nizza da Silva:

*“Na sociedade de Antigo Regime aqueles que aspiravam a condição de nobre não se satisfaziam com uma única fonte de nobreza: mesmo já sendo cavaleiros, ou mais raramente comendadores, pretendiam um ofício civil ou um posto militar, pois só graças a várias mercês, reforçadas umas pelas outras, é que sua nobreza se impunha na sociedade.*

Agora retomando a ideia de construção de uma rede e reafirmação de uma nobreza adquirida. Podemos entender que rede, em história social da época Moderna é um privilegiado instrumento da ação coletiva. Nesse sentido “rede social” é compreendida como um conjunto de conexões recorrentes, capazes de alterar ou definir estratégias, bem como o curso dos acontecimentos num dado lugar e época<sup>307</sup>. As pessoas saídas de Mazagão e que tinham contatos com integrantes das principais redes de poder do império português, iniciaram sua busca por cargos através de suas redes antes mesmo de pisarem no Pará.

Mazagão, na África, tinha o estatuto de fronteira para coroa portuguesa, e uma fronteira especial, de confronto com os mouros<sup>308</sup>. Sendo assim, os mazaganistas tinham um bom argumento para solicitar mercês em sua transferência ao Pará. O reino e o ultramar estavam em uma constante e singular interdependência. Ou seja, a fronteira se constitui como um local privilegiado para prestação de serviços, realização de conquistas. Isso significa dizer que o a prestação de serviços para a coroa nessas localidades significava a obtenção de prestígio social, político, econômico e religioso junto à monarquia. Que por sua vez articulava institucionalmente mesmo os súditos

---

<sup>307</sup> GOUVÊIA, Maria de Fátima. **Redes governativas portuguesas e centralidades regias no mundo português, c. 1680-1730.** In: **A trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI ao XVIII.** Editora Civilização Brasileira. 2010. Pp. 168-179

<sup>308</sup> CORREIA, Jorge. **MAZAGÃO: A última praça Portuguesa no Norte de África.** Revista de História da Arte - Cidades Portuguesas Património da Humanidade. Nº 4 – 2007.

mais longínquos do império luso<sup>309</sup>. A fronteira do Cabo Norte, ainda que modesta se comparada com a fronteira africana, apresentava possibilidades não desprezíveis para a obtenção de novas mercês por conta do conflito com Caiena.

Assim podemos afirmar que o que veremos se constituir como a chamada “nobreza da terra” em Vila Nova de Mazagão não terá unicamente a ver com os serviços prestados pela população no Pará. Mas sim a soma dos serviços mencionados como dignos de nota pelos mazaganistas no Pará e as muitas recordações das honras africanas. Estes fidalgos que já chegaram á região com mercês vinculadas a cargos locais já se iniciavam na disputa pelos poderes locais de Nova Mazagão.

Segundo Hausberger as redes sociais são redes de comunicação, de poder e de capital social. Nesse sentido “constituem vínculos essenciais da existência social”, pautados no parentesco, na amizade, em locais de origem<sup>310</sup>. Por esse motivo daremos uma especial atenção aos indivíduos e famílias que já chegaram ao Pará portando mercês locais e também a o grupo daqueles que pudemos identificar como membros da Câmara de Vila Nova de Mazagão. Por mais que alguns dos membros destes dois grupos em muitos casos se cruzem, isso não é uma regra geral.

---

<sup>309</sup> FRAGOSO, João. & GOUVÊIA, Maria de Fátima. Introdução. Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI ao XVIII. Editora Civilização Brasileira. 2010. P. 20.

<sup>310</sup> GOUVÊIA, Maria de Fátima. Op. Cit. P. 167

**Tabela 21: Os vereadores de Nova Mazagão (1771-1779)** <sup>311</sup>

<b>Data</b>	<b>Juízes ordinários do Senado</b>	<b>Situação no Marrocos</b>	<b>Título</b>
Setembro de 1771 – Janeiro de 1772	João Froes de Brito	Capitão de Infantaria (Almocadem), 55 anos	Cavaleiro Fidalgo, Cavaleiro do Habito de Cristo e Familiar do Santo Ofício
Janeiro de 1772 – Dezembro de 1773	Matheus Valente do Couto	Chefe de esquadra (cabo), 32 anos	Cavaleiro Fidalgo e Cavaleiro do Habito de Cristo
Janeiro de 1774 – Dezembro de 1774	Luiz Valente do Couto	Chefe de esquadra (cabo), 40 anos	Cavaleiro Fidalgo e Cavaleiro do Habito de Cristo
Janeiro de 1774 – Dezembro de 1774	Francisco Pinho de Castilho	Tenente da 1ª Companhia de Infantaria, 39 anos	Cavaleiro Fidalgo e Cavaleiro do Habito de Cristo
Janeiro de 1775 – Dezembro de 1775	Manoel Froes de Abreu	Subtenente (alferes) de cavalaria, nomeado pelo governador, 27 anos	Cavaleiro Fidalgo e Cavaleiro do Habito de Cristo
Janeiro de 1775 – Dezembro de 1775	Diogo Raposo	Cabo de esquadra, 43 anos	Cavaleiro fidalgo

<sup>311</sup> Os documentos utilizados para a montagem desta tabela são da série “Diversos com o Governo” do APEP – Cod 245 e APEP – Cod 264, hoje estão indisponíveis. A tabela foi parcialmente retirada de VIDAL, Laurent. Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico do Marrocos à Amazônia (1769-1783). São Paulo. Martins: 2008. PP 212-123. E complementada com APEP Cod 72. Correspondência de Diversos com o Governo (1669-1733)

Janeiro de 1776 – Dezembro de 1776	Thomé Barreto de Almeida Coutinho	Alferes de cavalaria, 40 anos	Cavaleiro fidalgo
Janeiro de 1776 – Dezembro de 1776	João Monteiro da Costa	Cavaleiro, 36 anos	
Janeiro de 1777 – Dezembro de 1777	Pedro da Cunha Botelho	Alferes de cavalaria, nomeado pelo governador, 40 anos	Cavaleiro fidalgo
Janeiro de 1777 – Dezembro de 1777	Simão Marques Leitão		Cavaleiro Fidalgo e Cavaleiro do Habito de Cristo
Janeiro de 1778 – Dezembro de 1778	Manoel da Fonseca Gil	Alferes de cavalaria, nomeado pelo governador, 40 anos	Cavaleiro Fidalgo e Cavaleiro do Habito de Cristo
	Manoel José Gomes Varela	Cabo, 32 anos	
Janeiro de 1778 – Dezembro de 1778	Thomé Barreto de Almeida	Alferes de cavalaria, nomeado pelo governador, 40 anos	Cavaleiro fidalgo
	Matheus Valente do Couto	Cabo, 32 anos	Cavaleiro Fidalgo e Cavaleiro do Habito de Cristo



Não é de hoje que a historiografia brasileira e a portuguesa ressaltam o papel das câmaras como ponto de articulação e aglutinação dos poderes das elites locais, principalmente no ultramar, para exemplificar a importância da Câmara recorremos a uma citação de Manoel Hespanha:

*No Brasil, nenhuma das câmaras tinha a missão diplomática similar a de Macau. Entretanto, o papel desempenhado pelas câmaras municipais era quase o mesmo, seja porque elas quase que administravam totalmente os assuntos locais, seja porque elas atuavam com sucesso contra as políticas centralistas ditadas pela coroa, seja por seus representantes. A câmara (assim também as misericórdias) tornou-se um instrumento muito eficiente de organização política das elites.(...)*<sup>312</sup>

Para os colonizadores não havia diferenças entre colônia e metrópole, ambas faziam parte do mesmo império. Dessa forma partilhavam de tradições comuns, tradições políticas, representações, língua materna, a forma de lidar com as relações humanas e as relações mercantis. Ou seja, as sociedades do mundo colonial possuíam uma profunda cultura de raiz, ainda que viajante, e não eram entidades rígidas, mantidas sobre forte controle metropolitano.

Seus laços sociais se apresentam dentro da família, da casa, do bando, de uma cidade ou em relações sentimentais com o local de origem na Metrópole. Obviamente que enquanto população em trânsito aprendia novas técnicas, novos comportamentos, tentavam suprir novas necessidades e no novo ambiente. Mas também tentavam responder a demandas metropolitanas e mesmo contra a vontade de muitos não conseguiam construir um “novo Portugal”<sup>313</sup>.

É exatamente esse o caso dos mazaganistas. Eram uma população em trânsito por excelência. Mesmo muitos sendo naturais da Mazagão africana, também havia muitos “mazaganistas” que tinham migrado de outras localidades do Império para o Marrocos. E se estes indivíduos já confeccionaram uma cultura própria e viajante, acumular mais viagens, não viagens comuns mais mudanças com tudo o que tinham, tornava sua “cultura de raiz” ainda mais ímpar. E mesmo ao absorverem comportamentos das localidades por onde viveram, apenas os membros de sua comunidade possuíam um aparato cultural similar. Ou seja, esta comunidade acabou por

<sup>312</sup> HESPANHA, Antonio Manoel. **Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português.** In: FRAGOSO, João. & GOUVÊIA, Maria de Fátima. A trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI ao XVIII. Editora Civilização Brasileira. 2010. P. 70.

<sup>313</sup> HESPANHA, Antonio Manoel. Op. Cit. PP 72-73.

criar fortes laços de grupo, conforme pudemos ver nos discursos das três solicitações coletivas para que Vila Nova de Mazagão fosse abandonada<sup>314</sup>.

Como pudemos observar pela relação acima com o nome dos vereadores de Nova de Mazagão. Pode-se perceber que em geral apenas “os mais nobres” moradores da vila ocuparam os cargos de câmara no período que se pode verificar seus membros. Apenas o cabo Manoel José Gomes Varela não possuía os título de cavaleiro ou cavaleiro fidalgo. Apesar dessa migração ter trazido um número de nobres provavelmente nunca visto na região, isso não necessariamente significa que estes indivíduos usufríssem de melhores condições econômicas que a maioria dos outros moradores. Ainda assim Gomes Varela era um membro da extinta cavalaria da Mazagão Marroquina<sup>315</sup>.

Uma breve pesquisa historiográfica me fez notar que muito se tem afirmado que as elites locais procuravam os cargos da câmara<sup>316</sup> mais por prestígio social que vantagens financeiras, apenas o juiz de fora era remunerado pela coroa, mas os emolumentos referentes aos cargos não eram desprezíveis. 3\$200 em Salvador no início do século XVIII. Esta disputa pelos cargos das câmaras fez com que a criação de novas vilas fosse palco de conflitos entre as elites, pois criariam novos cargos<sup>317</sup>.

No caso específico de Nova Mazagão e dada a precariedade material que tanto reclamavam seus habitantes e que era constantemente confirmada pelos agentes da coroa. Essas vantagens financeiras, ainda que pequenas, dada a pouca movimentação de capitais na Vila, podiam significar a sobrevivência de uma família.

---

<sup>314</sup> “Relação das famílias que vieram de Mazagão, 1769”. AHU\_Cód. 1784.

<sup>315</sup> APEP COD 208.

<sup>316</sup> RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial. Brasil (1530-1630)**. São Paulo. Alameda, 2009.

<sup>317</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. P. 143-144.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória das famílias de Mazagão mostrou-se importante para compreendermos um pouco mais da lógica da movimentação de populações coloniais na Amazônia Colonial.

Optou-se por uma perspectiva que vislumbra-se a política populacional tocada durante toda a segunda metade do século XVIII assim como a criação de teias de influência e a utilização de noções de demografia histórica utilizada em complexos recenseamentos antigos produzidos em outras regiões foi utilizada e adaptada as particularidades do Recenseamento do Pará de 1778 e das muitas listas da população de Nova Mazagão.

Em diversos momentos as inquirições sobre as muitas cartas e listas nos direcionaram ao cotidiano atípico que foi a vida das pessoas de Mazagão. Uma população que se desenvolveu e estabeleceu laços, foi assolada pela crise financeira de Portugal e por fim vitimada por povos inimigos. O futuro destes homens e mulheres é também o nosso passado, o da ocupação do Vale Amazônico, termo cunhado por Artur César Ferreira Reis.

Durante a segunda metade do século XVIII foram estes colonos um dos principais fôlegos do povoamento luso na região, onde deu-se prioridade para a área fronteira no Cabo do Norte, uma antiga capitania pouco ocupada até então.

## **FONTES**

### **Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)**

APEP Cod. 72 - Correspondência de Diversos com o Governo (1669-1733)

Carta de João Froes de Brito. 28 de outubro de 1770. APEP. Cod. 72. D. 99.

Carta do Juiz Ordinário de nova Mazagão, Benardino da Fonseca Zuzarte. 14 de outubro de 1773. APEP. Cod. 72. D. 146.

APEP – Cod 173. Correspondências de Diversos com o Governo (1766-1772). 216 páginas.

APEP Cod. 197 – Lista das famílias de Mazagão (1770). 140 páginas

APEP – Cod. 207. Correspondência da Praça de Mazagão. Não paginado.

APEP – Cod. 208. Livro de vencimentos das famílias de Mazagão (1770). 142 páginas.

APEP – Cod. 221. Correspondências de Diversos com o Governo (1770-1771).

APEP – Cod 242. Correspondências de Diversos com o Governo (1770-1771).

APEP – Cod 245. Correspondências de Diversos com o Governo (1772-1773). 86 páginas.

APEP – Cod 264. Correspondências de Diversos com o Governo (1770-1774). 204 páginas.

### **Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U – Projeto Resgate).**

Cd-ROOMS. Documentos organizados

Cd-ROOMS. Códices avulsos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alden, Dauril, **The population of Brazil in the late Eighteenth century: a preliminary study**, *Hispanic American Historical Review*, 43(2): 176, may 1963.

ALVES, Dysson Teles. **Urbanização e Cultura na Amazônia do século XVIII: índios e brancos em Barcelos**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas. MANAUS, 2010.

ANDERSON, Michael. **Approaches to the history of the western family, 1500-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ARAUJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Universidade do Porto. 2. ed. Porto: FAUP, 1998.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 279 p.

ASSUNÇÃO, Paulo. **Mazagão: cidades em dois continentes**. USJT - ARQ.URB - Número 2/ segundo semestre de 2009.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2001.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. SCOTT, Ana Silvia Volpi. BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. **Quarenta anos de demografia histórica**. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005.

BARBOSA, Tânia Maria Brandão. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Tese de doutorado. Departamento de História, Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1993.

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes Históricos do estado do Maranhão*. Lisboa: Officina de Francisco Luis Ameno, 1749.

BICALHO, Maria Fernanda. **“O que significa ser cidadão em tempos coloniais”**. In: ABREU, Marta. & SOIHET, Rachel. **Ensino de História. Conceitos, Temáticas e Metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Faperj, 2003.

BLUTEAU, Raphael. **VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO**, aulico, anatomico, architectonico [...]. Coimbra. Edição online.

<http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/formBuscaDicionarioPIChave.a.sp>

BOURDIEU, Pierre. “Condição de classe e posição de classe”. In: **A economia das trocas simbólicas**, ed. Perspectiva, S. Paulo, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. DIFEL/Bertrand Brasil, Lisboa/Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Correa – 11ª Ed. Campinas, SP. Papyrus 2011.

BOTELHO, Tarcisio. & PAIVA, Clotilde Andrade. **Políticas de população no Período Joanino**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. **O Brasil Setecentista como cenário de Bigamia**. P. 301-311. In: **Estudos em Homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos**. Vol. 1. SILVA, F. Ribeiro da, CRUZ, M. Antonieta, RIEBEIRO, H. Osvald.(Orgs.) Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870-1920)**. Belém: Ed. Açaí, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1917**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO, Alanna Souto; Universidade Federal do Pará. **Apontamentos para história da família e demografia histórica da capitania do Grão-Pará (1750-1790)**. 2008. 257 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2008.

CAVALCANTI, Jarbas A. **Fortaleza de São José de Macapá**. 1973. [Acervo da Primeira Comissão Demarcadora de Limites - PCDL]

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí/ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. **Aleivosias e extorsões do gentio na Amazônia colonial**. Texto integrante dos Anais do

XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

CORREIA, Jorge. **MAZAGÃO: A última praça Portuguesa no Norte de África**. Revista de História da Arte - Cidades Portuguesas Patrimônio da Humanidade. Nº 4 – 2007.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**, 2 vols. (Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco/Ministério das Relações Exteriores, 1965-1971).

COSTA, Kelerson S. **Homens e natureza na Amazônia brasileira dimensões (1616-1920)**. Brasília: UnB, (tese de doutorado).

COELHO, Mauro Cezar. **Do Sertão para o Mar – Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. Universidade do Estado de São Paulo. 2005.

CUNHA, Mafalda Soares de Cunha. **Governo e Governantes do Império português do Atlântico (século XVII)**. In: BICALHO, Maria Fernanda. E FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). **Modos de Governar: Idéias e práticas no Império Português – séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.

CUNHA, Ana Paula Macedo. **Engenhos e engenhocas: a atividade açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências. Belém, 2009.

DIAS, Joel Santos. **Os “verdadeiros conservadores” do Estado do Maranhão: poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências. Belém, 2008.

FERREIRA, E. R. **Estado e administração Colonial: a Vila de Mazagão**. In: ACEVEDO MARIN, R. E. **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

FRAGOSO, João ... [et al.], organizadores. **Nas Rotas do Império – eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

- FREITAS, José Luiz de. **Família e domicílio uma proposta de conceituação e categorização**. SPEFPPB (Seminário Permanente de Estudos da Família). São Paulo: IPE-USP/ANPUH, S/D. 25 p.
- FOUCAULT, M. **Governamentabilidade**. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 24ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Graal.
- FURTADO, Júnia Ferreira. **Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville**. IN: Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011.
- GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. **Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira norte do Brasil**. Estudos avançados 16 (45), 2002.
- GOMES, Flávio dos Santos; BICALHO, Maria Fernanda B. (organizadores). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. – Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Descobertas e experiências**. In: GOMES, Flávio dos Santos; BICALHO, Maria Fernanda. (organizadores). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HESPANHA, Antonio Manoel. **Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português**. In: FRAGOSO, João. & GOUVÊIA, Maria de Fátima. **A trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI ao XVIII**. Editora Civilização Brasileira. 2010.
- LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- MACHADO, L. O. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Barcelona, 1989. Tese (Doutorado), Universidade de Barcelona. 512 p.
- MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. **Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no século XIX**. In: Separata da Revista de Estudos Economicos, 15 (nº especial), 1985.



MARIN, Rosa E. A. **“Histórico do povoamento da Amazônia brasileira”**. In: HÉBETTE, J. *et al.* (coord.). ***Natureza, tecnologia e sociedade: a experiência brasileira de povoamento do trópico úmido***. Belém: NEA, 1985. pp. 14-20. (Série Documentos GIPCT).

MARIN, Rosa E. A. **Prosperidade e estagnação de Macapá Colonial: a experiência dos colonos**. In: GOMES, Flávio dos Santos; BICALHO, Maria Fernanda B. (organizadores). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: Editora Universitária/UFGPA, 1999.

MARIN, R. E. Acevedo. **“Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas. Açorianos no Cabo Norte Século XVII”**. In: BARROSO MACIEL, V. L. **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Est., 2002.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. 2ª ed. [Rio de Janeiro] : Paz e Terra, [1997].

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. **Perspectivas sobre a “nobreza da terra” na Amazônia colonial**. REVISTA DE HISTÓRIA. SÃO PAULO, Nº 168, p. 26-68, janeiro / junho 2013

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963. 3v. Tomo I.

MONTEIRO, Lívia Nascimento. **ENTRE ESCOLHAS E INCERTEZAS: A UTILIZAÇÃO DA ABORDAGEM MICRO-ANALÍTICA NA HISTÓRIA SOCIAL**. II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). **Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES**; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

MUAZE, Mariana de Aguiar F. **O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil. Oitocentista (1840-1889)**. Tese (Doutorado). UFF: Niterói, 2006.

MUNIZ, Palma. **Patrimônios dos conselhos municipais do Estado do Pará**. 1904.

MUNIZ, Palma. **Município de Macapá**. In: Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo Nonno. 1916.

MUNIZ, Palma. **Município de Mazagão**. In: Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo Nonno. 1916.

NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo : ABEP, 1994.

NADALIN, Sérgio. **História e demografia. Elementos para um diálogo** - Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004. 248p. (Coleção Demographicas, v.1).

NOGUEIRA, Gabriel Parente. **VIVER “À LEI DA NOBREZA”:** Práticas e ideais de nobilitação das elites na periferia da América portuguesa – Os camaristas de Santa Cruz do Aracati (1748-1824). ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de; SCHNEIDER, Liane. **Revisitando conceitos de identidades e Fronteiras Na Literatura Chicana**.

PAIVA, Clotilde A. **População e economia: Minas Gerais do século XIX** . 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo.

PATELLO, Cecília Cunha dos Santos. **Relações na fronteira: os presentes enviados pelos governadores de Caiena e Belém e a proibição do comércio pelo tratado de Utrecht (1713-1727)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

PINTO, Luis Flodoardo da Silva. **Amazônia:** Retrato de uma região questionada. Editora Age. Porto Alegre, 2002.

POSSAMAI, Paulo Cesar. **“Quem não sabe governar a si, mal governará a outrem”:** conflitos pelo poder na Colônia do Sacramento. X Encontro Estadual de História (ANPUH-RS). O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. 2010.

PRADO, F. P.: “Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII”, *Horizontes Antropológicos*, 19 (2003), p. 79-104.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. & GOMES, Flávio. **Amazônia, fronteiras e identidades Reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX)**. *Lusotopie* 2002/1

RAMOS, Fábio Pestana. **Naufrações e Obstáculos Enfrentados pelas Armadas da Índia Portuguesa: 1497-1650**. Editora Humanitas, 2000.

RAMOS, Marcio Ramon Campelo & VIANA, Wania Alexandrino. **NOS CAMINHOS DA DEFESA: UMA ABORDAGEM SOBRE SERTÃO E TROPA NO ESTADO DO PARÁ E MARANHÃO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH • São Paulo, julho 2011.

RAVENA, Nívea. **O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e Vila circunvizinhas**. In: MARIN, R. E. (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

RAVENA, Nívea. **“Maus vizinhos e boas terras”: idéias e experiências no povoamento no Cabo Norte**. In: GOMES, Flávio dos Santos. E BICALHO, Maria Fernanda B. (organizadores). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

REIS, Artur César Ferreira. **Território do Amapá - Perfil Histórico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1949.

REIS, Artur César Ferreira. **A Expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: SPVEA. 1959.

REIS, Artur César Ferreira. **O realismo português no Descobrimento e na Exploração da Amazônia. Aspectos políticos, sociais e econômicos da expansão portuguesa. A preservação ante o apetite dos povos concorrentes. Identificação científica**. In: REIS, Artur César Ferreira. **A Amazônia que os Portugueses inventaram**. SECULT-Belém, 1994.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial. Brasil (1530-1630)**. São Paulo. Alameda, 2009.

RODRIGUES, José Damião. **Geopolítica e migrações no contexto de Utrecht: Colonos portugueses no Brasil meridional**. *Cuadernos de Historia Moderna* 2013, XII.

ROSTY, Cláudio Skôra. **Campanha da Guiana Francesa: Caiena tomada aos franceses**. Revista Navigator 11. Dossiê Histórico.

[http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11\\_dossie4.pdf](http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie4.pdf)

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família na Sociedade Paulista do Século XIX: 1800-1860**. São Paulo, 1980.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Constituição da Família na população Livre: São Paulo no Século XIX.** Águas de São Pedro, ABEP, 1984.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, Mulheres e Povoamento: São Paulo, Século XVII.** Bauru-SP. EDUSC, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira.** Ed. Brasiliense. 2010.

SANTOS., Antonio Cesar de Almeida. **Aritmética política e a administração do estado português na segunda metade do século XVIII.**

SARGES, Maria de Nazaré. **Fincando uma tradição colonial na República: Arthur Viana e Antonio Lemos.** In: BEZERRA NETO, José Maia. GUZMÁN, Décio de Alencar. (Organizadores) **Terra Matura. Historiografia e História Social da Amazônia Colonial.** Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Trad. Jussara Simões, - Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser Nobre na Colônia.** São Paulo. Editora Unesp, 2005.

SILVA, José Manuel Azevedo e. **Mazagão. De Marrocos para a Amazônia.** Artigo disponível em: <http://www.uc.pt/chsc/recursos/jmas>. Baixado em 10 de junho de 2009. As 19h e 15 min.

SOARES, Juliana de Moraes; BORTOLOTTI, Ieda Maria. **ETNOBOTÂNICA DE ORYZA GLUMAEPATULA STEUD. E ORYZA LATIFOLIA DESV. (POACEAE) NA BORDA OESTE DO PANTANAL, MATO GROSSO DO SUL, BRASIL.** Corumbá: ECOA/UFMS, 1998. 33p. Relatório.

SOUSA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brasil.** *RIHGB.* Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885.

SOUSA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a “História Do Amazonas” nos quadros da Historiografia brasileira: um possível diálogo com Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda?** Anais do X Encontro Estadual de História da ANPUH-RS. Santa Maria- RS. 2010.

SOUZA JR, José Alves de. **O Projeto Pombalino para Amazônia e a “Doutrina do Índio-cidadão”.** In: Pontos da História da Amazônia. FILHO, Armando Alves; SOUZA JR, José Alves; e NETO, José Maia Bezerra. 3ª Ed. Ver. Ampl.-Belém: Paka-Tatu, 2001.

SOUZA JR, José Alves de. **Tramas do cotidiano. Religião, Política, Guerra e Negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a companhia de**

**Jesus e a política pombalina.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2009.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011.

**TERUYA, Marisa Tayra. A FAMÍLIA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA. BASES E PERSPECTIVAS TEÓRICAS.**

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **O outro lado da família brasileira.** Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

TOMA, Maristela. **A PENA DE DEGREDO EM PORTUGAL.** XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

<sup>1</sup> TORRES, Simeia Maria de Souza. **Projetos coloniais: antagonismos e confluência nas fronteiras da Amazônia setecentista.** In: DORÉ, Andréa e SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (ORG.). **Temas setecentistas: Governos e o Império Português.** Editora UFPR/SCHLA, 2009.

VIANA, Arthur. **Fortificações na Amazônia.** In: Annaes do Apep. Tomo quarto. 1905

VIDAL, Laurent. **Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico do Marrocos à Amazônia (1769-1783).** São Paulo. Martins: 2008.

WAGNER, Ana Paula. **Política e População no Império Português: Moçambique no ultimo quartel do século XVIII.** P.402. In: DORÉ, Andréa e SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (ORG.). **Temas setecentistas: Governos e o Império Português.** Editora UFPR/SCHLA, 2009.